



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ARQUITETURA E HISTÓRIA NO SERTÃO DA PARAÍBA: UM ESTUDO DAS
MORADIAS RURAIS NA CIDADE DE PAULISTA (1820 A 1935)**

TADEU PEREIRA DA SILVA

CAJAZEIRAS

2017

TADEU PEREIRA DA SILVA

**ARQUITETURA E HISTÓRIA NO SERTÃO DA PARAÍBA: UM ESTUDO DAS
MORADIAS RURAIS NA CIDADE DE PAULISTA (1820 A 1935)**

Monografia apresentada à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Licenciatura Plena em História, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção de nota.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Rita Uhle

Cajazeiras

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

S586a Silva, Tadeu Pereira da.
Arquitetura e história no sertão da Paraíba: um estudo das moradias rurais na cidade de Paulista(1820 a 1935) / Tadeu Pereira da Silva. – Cajazeiras, 2017.

125f.: il.

Bibliografia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rita Uhle.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1.Arquitetura histórica. 2. Casas- patrimônio histórico. 3. Sertão Paraibano- construção de casa-1820-1935. I. Uhle, Ana Rita.
II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS


CDU – 904:72

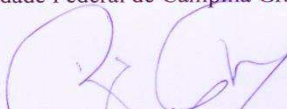
TADEU PEREIRA DA SILVA


ARQUITETURA E HISTÓRIA NO SERTÃO DA PARAÍBA: UM ESTUDO DAS
MORADIAS RURAIS NA CIDADE DE PAULISTA (1820-1935)

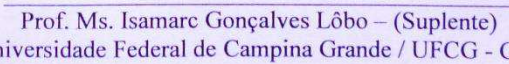
Aprovada em 19 de setembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Ana Rita Uhle - Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG - CFP


Prof. Dr. Rodrigo Ceballos - (1º Examinador Titular)
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG - CFP


Prof.ª Dr.ª Mariana Moreira Neto - (2ª Examinadora Titular)
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG - CFP


Prof. Ms. Isamarc Gonçalves Lôbo – (Suplente)
Universidade Federal de Campina Grande / UFCG - CFP

Cajazeiras

2017

RESUMO

A pesquisa que ora se apresenta é resultado de um estudo acerca de um conjunto de casas construídas entre a década de 1820 ao ano de 1935, na mesorregião do sertão da Paraíba, correspondendo aos limites políticos do município de Paulista, no mesmo estado. Com visitas *in loco* empreendidas às seis residências, obtivemos como resultado uma análise de suas estruturas, atentando para as suas características internas e externas, bem como registros fotográficos e outros materiais visuais com o objetivo de auxiliar no entendimento dos elementos textuais. Desse material, se originou um estudo que ao longo de três capítulos discute essas casas como resultado da sociedade que se instalou nessa região, em virtude do processo de ocupação do interior brasileiro que trouxe consigo a atividade pastoril, migrada do litoral para o sertão. Com o apoio de bibliografia, problematizou-se as características dessas casas a partir de aspectos da sociedade brasileira e, de modo específico, da sociedade sertaneja, que explicam a presença, as transformações e a incorporação de elementos observados em suas estruturas. Por fim, foi discutida a situação dessas casas ante à ação desgastante do tempo e do abandono, e se, pelo valor histórico para a sociedade sertaneja como símbolos materiais de sua própria formação, elas poderiam ser alvo de uma política de preservação patrimonial.

Palavras-chave: Sertão, História e Arquitetura, casas, patrimônio.

Dedico este trabalho a Marcelo Henrique Formiga Nunes (*in memoriam*), amigo e companheiro de caminhada que não pôde estar conosco neste momento.

AGRADECIMENTOS

Sozinho eu não teria conseguido concluir esse estudo, e em todas as vezes que necessitei de ajuda sempre fui muito bem atendido. É um orgulho poder dizer isto.

Por isso, agradeço primeiramente a Deus pela força dada quando eu mesmo já acreditava que não mais tinha, tanto na conclusão desse estudo quanto no próprio curso.

Agradeço a minha família, especialmente aqueles que sempre me incentivaram e permitiram que eu continuasse nesse caminho, e dentre estes, a minha mãe, dona Francisca, que sempre fez o possível e o impossível para que eu chegasse onde hoje me encontro.

Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão dessa pesquisa, seja indicando ou permitindo fazer o estudo das residências, colaborando com informações, ou me acompanhando nas visitas. As dificuldades pelas quais passa um pesquisador foram vencidas com o apoio de vocês.

Não poderia esquecer-se dos colegas da turma 2011.2 do curso de História, companheiros de luta e de batalhas diárias em busca de um objetivo comum. Tudo fica mais fácil quando temos com quem dividir as dificuldades da vida. As conversas na *confraria do café* ficarão para sempre nas minhas lembranças.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Rita Uhle, que não desistiu de mim mesmo quando mereci. Agradeço pela dedicada atenção. Eu não poderia ter escolhido melhor pessoa para me orientar neste trabalho.

A todos e a todas, muito obrigado.

*“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou
o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o
que era antes.”*

(Martin Luther King)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das residências no mapa do território da Paraíba.....	27
Figura 2: <i>Casa velha</i> (Casa de Cândido José de Assis).....	29
Figura 3: Casa de Chico Bezerra.....	29
Figura 4: Casa de João Bezerra.....	30
Figura 5: Casa de Aquilino Marques.....	30
Figura 6: <i>Chalé de Vicente Xavier</i>	31
Figura 7: Casa de Sady Wanderley.....	31
Figura 8: Mesorregiões da Paraíba.....	32
Figura 9: Restos do antigo engenho de Aquilino Marques.....	37
Figura 10: Localização das residências no território do município de Paulista.....	39
Figura 11: <i>Casa velha</i>	45
Figura 12: Casa de Chico Bezerra.....	46
Figura 13: Casa de João Bezerra.....	46
Figura 14: Casa de Aquilino Marques.....	47
Figura 15: <i>Chalé de Vicente Xavier</i>	47
Figura 16: Casa de Sady Wanderley.....	48
Figura 17: Casa de Aquilino Marques e reprodução de palacete neoclássico em modelo chalé do século XIX.....	52
Figura 18: Vista a partir da Casa de Aquilino Marques.....	53
Figura 19: Conjunto de janelas frontais da Casa de Sady Wanderley.....	54

Figura 20: Platibanda da Casa de Chico Bezerra.....	57
Figura 21: Vista frontal e platibanda do <i>Chalé de Vicente Xavier</i>	58
Figura 22: Vista lateral e platibanda da Casa de Sady Wanderley.....	58
Figura 23: Arcos abatidos na <i>Casa velha</i> e na Casa de Chico Bezerra.....	60
Figura 24: Arco pleno do <i>Chalé de Vicente Xavier</i>	60
Figura 25: Arco reto da Casa de Aquilino Marques.....	61
Figura 26: Caixilho (Casa de Sady Wanderley).....	62
Figura 27: Frisos em alto relevo que emolduram as aberturas frontais da <i>Casa velha</i>	63
Figura 28: Currais das casas de Chico Bezerra e João Bezerra.....	67
Figura 29: Curral da Casa de Aquilino Marques.....	68
Figura 30: Árvore Pereiro e porta e janela da Casa de Aquilino Marques.....	68
Figura 31: Paredes dos currais das casas de Chico Bezerra e de João Bezerra.....	69
Figura 32: Reprodução da planta baixa atual da <i>Casa velha</i>	71
Figura 33: Reprodução da planta baixa atual da Casa de Chico Bezerra.....	72
Figura 34: Corredor de circulação da Casa de Chico Bezerra.....	73
Figura 35: Reprodução da planta baixa do <i>Chalé de Vicente Xavier</i>	75
Figura 36: Reprodução da planta baixa atual da Casa de Sady Wanderley.....	76
Figura 37: Reprodução da planta baixa original da Casa de Sady Wanderley.....	79
Figura 38: Exemplificação das opções de circulação na Casa de Sady Wanderley.....	80
Figura 39: Reprodução da planta baixa da Casa de João Bezerra.....	81
Figura 40: Reprodução da planta baixa da Casa de Aquilino Marques.....	81
Figura 41: Reprodução da planta baixa original da Casa de Chico Bezerra.....	84

Figura 42: Copa da Casa de Sady Wanderley (detalhe interno e externo).....	85
Figura 43: Escada e abertura de acesso e interior do sótão da <i>Casa velha</i>	87
Figura 44: Detalhe da parte elevada da Casa de João Bezerra que abriga o sótão.....	88
Figura 45: Piso do sótão da Casa de João Bezerra.....	89
Figura 46: Paiol da Casa de Chico Bezerra.....	90
Figura 47: Tornos presentes nas residências.....	91
Figura 48: Caritó com portas de madeira da Casa de Chico Bezerra.....	93
Figura 49: Caritó localizado no armazém da <i>Casa velha</i>	94
Figura 50: Caritós encontrados nas casas de Aquilino Marques e João Bezerra.....	95
Figura 51: Detalhes da degradação da Casa de João Bezerra à esquerda e da Casa de Aquilino Marques à direita (interior).....	99

LISTA DE SIGLAS

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DR - Delegacia Regional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: A HABITAÇÃO SERTANEJA NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SERTÃO PARAIBANO.....	26
CAPÍTULO II: CONHECENDO OS ESPAÇOS: ESTRUTURA E MATERIALIDADE DA MORADIA SERTANEJA.....	44
2.1.Modelo da casa sertaneja.....	50
2.2.Orientação geográfica.....	53
2.3.Elementos decorativos.....	56
2.4. A moradia sertaneja e seus construtores.....	64
2.5.Currais.....	67
2.6.Sala, quarto e cozinha: o arranjo espacial da moradia sertaneja.....	70
2.7. O quarto e a interligação de cômodos na casa sertaneja.....	78
2.8.Sótãos, tornos e caritós.....	87
CAPÍTULO III: A MORADIA SERTANEJA COMO OBJETO DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
BIBLIOGRAFIA.....	120

INTRODUÇÃO

A casa é o lar, lugar de refúgio e de proteção, de descanso, de organização da vida familiar e habitação. Ela segue transformações da sociedade apresentando mudanças de acordo com as influências de novos costumes. Sua estrutura física, seu desenho, se altera a medida que novas técnicas construtivas e novos elementos vão surgindo e sendo incorporados. Um novo estilo arquitetônico utilizado em uma casa pode acabar influenciando outras; o aumento do poder aquisitivo de seus donos pode resultar na utilização de materiais de construção de melhor qualidade gerando acabamentos mais rebuscados; o nascimento de um novo integrante da família pode fazer com que um novo cômodo seja construído, alterando assim a configuração da casa. Ela nunca é estática, perde e ganha características ao longo do tempo.

Quando pensamos no conceito de casa, a noção que vem em nossa mente é certamente o espaço físico compostos de paredes, divisórias e mobílias que nos fornece abrigo e proteção da chuva e do sol e dos perigos que porventura rondem os limites externos de suas paredes, embora raramente reflitamos sobre ela (a casa), assim como a vestimenta, em que a função de encobrir o pudor e o caráter protetivo é poucas vezes lembrada, como se essa função primordial estivesse num plano subtendido.

Mais do que um espaço habitável, quando falamos “casa”, não necessariamente nos referimos ao espaço físico propriamente, como o conhecemos. Desse modo, um caminhoneiro pode definir a estrada como sendo a sua casa, assim como também o próprio caminhão. Para um morador de rua, é esta a sua casa, mesmo que se limite a um viaduto ou marquise de um edifício, esses tetos improvisados apenas os protejam da chuva e do sol. Ou seja, a casa é, nas palavras de Roberto DaMatta¹ uma categoria sociológica que não designa “simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis”.

DaMatta² nos diz que o espaço definido pela casa aumenta ou diminui de acordo com a unidade de oposição, ou seja, tanto o seu quarto de dormir – um espaço íntimo e privado –, quanto um espaço maior e público – o Brasil, entendido como a nossa casa –, são espaços definidos como casa: “Deste modo, meu quarto (por oposição aos outros quartos) é a minha

¹ DAMATTA, Roberto. A casa e a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 15.

² DAMATTA, 1997, p. 16

casa. [...] Mas, se estou no centro da cidade, minha casa pode muito bem ser o meu bairro, com todas as suas ruas e jardins [...]”³. Nesse sentido, a “casa” não é definida apenas pelo espaço criado pela existência de paredes e cobertura, define também um espaço capaz “de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas [...]”⁴, seja qual for este espaço, se um caminho ou um viaduto.

As primeiras casas brasileiras se definiriam, segundo Carlos Lemos⁵, por sua característica sincrética. Sincréticas porque, segundo o autor, o uso pelos colonizadores de materiais já utilizados pelos indígenas não produziu o mesmo estilo de moradias dos indígenas, ou seja, as ocas abobadadas e coletivas, mas sim espaços cristãos repartidos por paredes que selecionavam as funções domésticas⁶.

Posteriormente, os abrigos temporários deram lugar ao melhor aproveitamento dos recursos encontrados na nova terra e para erguer um abrigo era somente necessário conhecimento e disponibilidade de materiais. Assim “Quem sabia mexer com pedras tratou de buscar a cal a partir dos sambaquis e quem lavrava a madeira aprendeu logo a trabalhar as madeiras [...]”⁷. Carlos Lemos explica que dado ao tamanho da colônia, não havia um modelo de construção a ser seguido e ideal para cada localidade, e isso se explica também, segundo ele, pelo fato de os que aqui chegaram, eram de todas as localidades de Portugal, lugares estes que, devido ao clima e disponibilidade de materiais, também condicionava a existência de moradias com aspectos distintos⁸.

Das primeiras residências improvisadas que garantiriam a sobrevivência ao uso dos materiais naturais mais resistentes, “(...) tudo foi amalgamado e reinterpretado, inicialmente conforme as condições materiais, para, num segundo estágio, ajustar socialmente”⁹. Daí resulta, em fins de 1650, sob o modelo agrícola da monocultura de cana-de-açúcar, o aparecimento da casa-grande como a primeira moradia consolidada do colonizador¹⁰.

³ DAMATTA, 1997, p. 16.

⁴ DAMATTA, 1997, p. 15.

⁵ LEMOS, Carlos A. Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*: Nova Série, n. 1, p. 95-106, 1993. p. 96.

⁶ LEMOS, 1993, p. 96.

⁷ LEMOS, 1993, p. 96.

⁸ LEMOS, 1993, P. 95-96.

⁹ VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Wiliam S. Mallmann. **500 anos da casa no Brasil**: As transformações da arquitetura e da utilização de espaço de moradia. Ediouro, 1999. p. 22.

¹⁰ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 17-22

Assim formava-se a casa brasileira, diferenciada somente por “variações formais regionalizadas¹¹”. Para José Wash Rodrigues, em publicação na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1945, percebe-se na casa brasileira “certos pormenores referentes a construção, ao material ou aos ornatos, [...] sem, contudo, chegar a definir-se em um regionalismo marcante”¹². Desse modo teremos a casa-grande e senzala na economia açucareira, a casa mineira resultante de uma economia ligada ao abastecimento interno e à produção e comércio de fumo¹³, a casa paulista – do bandeirismo ao ciclo do café¹⁴ -, e a arquitetura resultante da indústria do criatório nos *sertões* do nordeste.

Como nos diz Nathália Diniz, em sua tese, *Um sertão entre tantos outros*, a arquitetura rural ligada à pecuária

(...) não possui a riqueza dos repertórios dos exemplares ligados ao café e ao açúcar (...), [mas] apresenta soluções genuínas, baseadas no saber vernacular, respondendo com rara beleza e conveniência as lógicas e especificidades dos *sertões* onde foram implantadas [grifo do autor] (DINIZ, 2013, p. 152).

É sobre as casas sertanejas, precisamente seis residências, construídas entre a década de 1820 ao ano de 1935, situadas dentro dos limites políticos de Paulista, Paraíba, que essa pesquisa se atém.

Esse trabalho, muito em parte tenha se direcionado por outro caminho, nasceu de uma curiosidade e admiração que este autor tinha por casas antigas, notadamente aquelas que refletiam em suas paredes as marcas da passagem do tempo ou que desprovidas de qualquer reboco exibiam tão somente a estrutura de tijolos, cujas linhas entremeadas por barro criava um aspecto tão simplório e ao mesmo tempo encantador, que serviria de inspiração para qualquer poeta romântico.

¹¹ LEMOS, 1993, p. 100.

¹² RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil Antigo. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1945, n. 9, p. 159-190. p. 184.

¹³ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, p. 91-128, jan./dez. 2004. p. 116.

¹⁴ FREHSE, Fraya. Carlos A. C. Lemos. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo, EDUSP, 1999, 264 p. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 43, n. 1, 10 p., 2000. p. 3.

Ao visualizar essas casas, esta admiração era acompanhada por uma inquietação sobre quem teria vivido e como seria viver ali, do que brincavam as crianças, quais dificuldades teriam passado, ou seja, como era o dia a dia de seja quem fosse que ali tivesse habitado.

Essa inquietação transformou-se num projeto de pesquisa que culminaria nesta monografia. De imediato saberia esse autor que dificilmente reconstituiria esse cotidiano – ao menos da forma que ele imaginava -, no entanto, não se desgarrara ele daquele objeto de pesquisa – as casas sertanejas. Devido a esse trabalho, descobriria ele, mais tarde, por meio de Alois Riegl, que essa admiração tinha definição e se chamava de “culto à antiguidade”.

Assim, se desenvolveu o estudo das casas sertanejas em três capítulos: No primeiro capítulo, dedicamos a nos situar no espaço de pesquisa - o sertão paraibano - e compreender essas moradias – do século XIX e XX - como parte do processo de ocupação do sertão, no que diz respeito a um dos aspectos: a habitação. Embora, essas casas tenham sido construídas a partir do século XIX, e a colonização e ocupação do sertão paraibano tenha se iniciado em fins do século XVII, buscamos também compreender a partir de bibliografia, compreender como eram as moradias nos primeiros tempos da ocupação nessa região da Paraíba.

No segundo capítulo, adentraremos propriamente na casa sertaneja e iremos conhecer e compreender suas características físicas a partir de aspectos da sociedade brasileira, e especificamente da sociedade que se desenvolveu no sertão paraibano. Utilizando-se de bibliografia, de ilustrações e outros recursos visuais, poderemos perceber como essas casas refletiam em seus desenhos os costumes e a moralidade contemporâneos à sua época e como a assimilação de influências, muito delas urbanas, eram impressas em suas fachadas e que alterariam a planta dessas casas a medida que avançamos para o século XX. Recorremos a subtítulos exclusivamente nesse capítulo, para ajudá-lo a compreender os aspectos dessas casas separadamente.

No terceiro capítulo, trataremos a discussão acerca da preservação dessas casas, dentre as quais algumas se apresentam desocupadas – o que contribui significativamente para a sua degradação. Ao longo deste capítulo discutiremos se essas residências, com base nos capítulos anteriores, possuem valor histórico para reclamar uma política de preservação, e se elas, considerando suas especificidades, como o espaço em que se localizam, podem ou não ser alvo de cuidado por parte, não somente dos órgãos a quem compete esse trabalho – como o INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) e INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA

(IPHAEP) – como também das gestões públicas não somente em nível estadual, mas também a nível municipal. Embora a discussão se atenha ao conjunto inventariado, as considerações que são feitas podem e devem abranger tantas outras casas espalhadas pelo sertão paraibano em situação semelhante.

Para levar a frente tal projeto, as dificuldades não foram poucas, principalmente aquelas oriundas de autoimposição. No entanto, as dificuldades externas também representaram um empecilho, em parte pela falta de apoio financeiro ao graduando, cujos gastos, seja qual for a sua pesquisa, têm que partir do próprio interessado. Por outro lado, tivemos que percorrer uma parte considerável da região para o estudo dessas casas – que acabaria compreendendo o município de Paulista - bem como localizar os donos de algumas moradias quando se necessitava de permissão para empreender o estudo.

É importante ressaltar o papel da internet na sociedade atual, e cuja dificuldade teria sido maior para essa pesquisa se não tivéssemos acesso a ela. Embora a sua utilidade se aplique a diversos domínios, graças à internet e a democratização de acesso às ferramentas, pudemos confeccionar mapas e plantas baixas que facilitarão ao leitor a compreensão do texto quando este exigir determinada ilustração.

Metodologicamente, o início do processo estava em localizar qual residência seria visitada e analisada. Desse modo, a composição do acervo de residências resultou tanto do conhecimento do próprio autor, como na indicação de terceiros. Assim, visitamos seis residências que delimitaram o recorte cronológico, da mais antiga – década de 1820 – a mais recente – 1935. Espacialmente, o recorte que se situa dentro dos limites de Paulista, foi também condicionado pelas próprias casas, já que outras residências que comporiam o inventário e que se situavam em outros municípios não puderam ser analisadas.

Nas visitas, era feita a medição da casa – apenas nas paredes exteriores, pela dificuldade em medi-las totalmente – que resultaria na confecção de plantas baixas, assim como nos registros fotográficos que ilustrariam os aspectos que abordaríamos no texto, bem como a visualização desses aspectos *in loco*.

Correndo o risco de parecermos redundantes, a casa é um elemento, e por vezes central de nosso cotidiano. Embora passemos grande parte fora dela e isso variará de indivíduo para indivíduo, é para esse ambiente que retornamos ao fim das atividades que desenvolvemos fora dela. A configuração espacial de nossa casa, embora muitas vezes apresentem certas distinções, é no geral, bastante parecido, e, no entanto, raramente nos

perguntamos o porquê disso. Neste sentido, sendo a casa uma produção material, podemos explicar a questão colocada no parágrafo anterior ao analisarmos o papel que desempenhava os objetos materiais no campo historiográfico.

Apenas um desejo pessoal não teria sido possível transformar as habitações sertanejas em objeto de pesquisa, se a história não tivesse incorporado as produções materiais ao campo historiográfico. Ao tempo em que essas casas, ou grande parte delas, eram construídas, principalmente a partir de fins do século XIX, a cultura material – em que se inserem as habitações – galgava espaço entre as ciências humanas procurando sua afirmação como objeto de estudo.

A noção de cultura material começou a ser formada a partir de meados do século XIX quando as ideologias de várias correntes de pensamento parecem convergir¹⁵. Desse modo, estudos ligados à arqueologia, paleontologia, teoria da história e economia das sociedades, como também a antropologia social e cultural, começam a experimentar uma nova metodologia ligada à experimentação prática, em que se revelava necessária a utilização de dados que pudessem ser confrontados e comprovados, em que houvesse a demonstração com provas¹⁶. “Assim, se chegou a um primeiro ponto fundamental para este tema: experimentações, confrontos, provas, leis têm necessidade imperativa de objetos materiais e de fatos concretos”¹⁷.

Boucher de Perthes desempenharia um papel importante nos primórdios da noção de cultura material ao substituir o

(...) objecto de arte excepcional pelo objeto material comum e anônimo, e em vez de lhe exigir uma noção estética isolada do resto da civilização que o produziu, procura um laço material com a civilização que, por seu intermédio, quer entender (BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 4).

Embora a noção de cultura material começasse a engatinhar a partir da metade do século XIX, os objetos e restos materiais já eram motivos de preocupação desde a Antiguidade. Não ainda como fonte histórica, mas como objeto de culto, que em sua maioria eram compostos de objetos de arte.

¹⁵ BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, vol. 16, p. 11-47, 1989. p. 3.

¹⁶ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 3-4.

¹⁷ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 5.

Francoise Choay observa que em Roma, em 146 a.C., o general romano L. A. Mummius adquire uma pintura centenária de Aristides juntamente com algumas estátuas, ao qual expede-os em oferenda aos deuses romanos¹⁸. Segundo autora, “houve quem considerasse este episódio a data de nascimento simbólico do objeto de arte e da sua coleção entre os romanos”¹⁹.

O advento das coleções privadas que ficaria conhecido como “Antiquariato – o culto ao antigo”²⁰, passaria, no século XIX, a ser utilizado para fins político ideológicos ao servirem de instrumentos de formação de uma identidade nacional que serviria de base para a formação dos estados nacionais. Manoel Luís Salgado Guimarães²¹ nos diz que

As antigas coleções, objeto de prática do antiquarianismo e vindas à luz a partir de critérios próprios da cultura desses eruditos, deveriam agora ser reorganizados segundo um critério, definido a partir dos princípios formulados por uma geração voltada para a construção política e simbólica da nação francesa (GUIMARÃES, 2012, p. 103).

Os museus, que desempenhariam um importante papel nesse sentido, e criados no “(...) contexto dos novos estados nacionais surgidos a partir do século XVIII e no XIX (...) contribuíram tanto para a formação de uma identidade nacional como, também, para reforçar a ideologia imperial das grandes potências [...]”²². Como lembra Choay, a criação de espaços na França da pós-revolução denominados de *museum* – daí museu – tinha por função servir de instrução para a nação²³.

No processo de afirmação da noção de cultura material, a sociologia surgida nas duas últimas décadas do século XIX daria a sua contribuição. Segundo Richard Bucaille e Jean-Marie Pesez, a sociologia que seria levada a maturidade por Durkheim, poderia ser identificada por aquilo que hoje se chama antropologia social e cultural e no seu abrangente projeto teórico que englobava todos os fenômenos sociais e culturais, incluiria também os

¹⁸ CHOAY, Francoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 1982, 1996, 1999. p. 30.

¹⁹ CHOAY, 1982, 1996, 1999, p. 30.

²⁰ FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81-110. p. 85.

²¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História, memória e patrimônio. In: CHUVA, Márcia. **História e Patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 2012, n. 34, p. 91-111.

²² FUNARI, 2006, p. 86.

²³ CHOAY, 1999, p. 88.

aspectos materiais das civilizações²⁴. Embora os mesmos autores nos digam que, em seu conjunto, a antropologia nunca se interessou muito pela cultura material²⁵, “(...) o aparecimento da noção de cultura material será muito facilitado por este espaço teórico que lhe foi atribuído”²⁶.

A maturação da cultura material enquanto noção aconteceria nos primeiros vinte anos do século XX, tornando-se a partir daí presença constante em diversos campos das ciências humanas e seria nesse tempo que especificamente surgiria a expressão *cultura material*²⁷.

Seria no fim desses primeiros vinte anos, precisamente em 1919, que a cultura material ingressaria definitivamente no campo da história²⁸. Deve-se ao uso metodológico que os intelectuais do pensamento marxista fariam da cultura material na Rússia, ao ser criado por decreto de Lenine, a Akademiia Istorii Material’noi Kul’turu. A partir desse momento, a cultura material passaria a ser objeto da história.

Enquanto conceito, a cultura material

(...) pode ser definida antes de mais como a cultura do grosso da população. Quer isto dizer que é aquela que diz respeito à imensa maioria numérica da coletividade estudada. [...] a cultura material, cultura do colectivo, contrapõe-se sobretudo à individualidade [sic]. (BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 13).

Há ainda outra característica conceitual e que fará com que a cultura material enquanto objeto de estudo se fortaleça a partir da década de 20, principalmente com o advento dos *Annales*:

[...] concilia-se mal [...] com aqueles fatos isolados ou excepcionais a que os historiadores chamam acontecimentos. Esse estudo, portanto não só não tem necessidade de heróis como, para além disso, não tem necessidade de heróis que fazem << fazem a história>> ou pensam fazê-la à força de acontecimentos [sic] (BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 14).

Se verificaria o conceito de cultura material na reação que os novos historiadores franceses provocariam a partir da década de 20 na França, em relação a geração de autores anteriores, quando estes “(...) tinham principalmente dedicado a elaboração de uma história

²⁴ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 5.

²⁵ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 9.

²⁶ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 5.

²⁷ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 7.

²⁸ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 7.

nacional que legitimasse no plano ideológico o novo Estado republicano e centralizado”²⁹. A essa reação ligava-se dois nomes importantes da historiografia francesa daquela época: Marc Bloch e Lucien Febvre³⁰.

Na relação entre cultura material e história, os *Annales*, fundado por Bloch e Febvre, introduziram a cultura material no horizonte de pesquisa do historiador³¹. O último, “pôs a história em contato com a etnografia, um dos caminhos mais seguros para chegar à cultura material”³². Assim, “buscava-se a ampliação das fontes, para além da tradição textual e dos arquivos”³³.

Com o advento da cultura material, a história alargou o seu campo de estudo se utilizando não somente de documentos escritos, mas recorrendo aos objetos materiais quando não havia escrita ou quando esta não daria conta de preencher algumas lacunas. “Dando palavras àqueles a quem Bloch chama <<os mudos da história>> os historiadores sujeitavam-se a uma tarefa imensa, ainda hoje longe de estar terminada [sic]³⁴”. Desse modo, agora não somente importavam os grandes personagens, como reis, imperadores e etc., como também a massa de trabalhadores que permitiam que estes se mantivessem no poder³⁵.

Por sua vez, encontramos Em *História e memória*, de Jacques Le Goff³⁶, as palavras de Lucien Febvre sobre a dinamicidade que é exigida do historiador quando há falta de documentação escrita e nesse tempo, pode ele se valer de outras fontes, entre elas, as fontes materiais:

A história fez-se, sem dúvida, com documentos escritos. Quando há. Mas pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem... Faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios; com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significativa a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser (FEBVRE, 1949, p. 4281 apud LE GOFF, 1990, p. 55).

²⁹ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 7.

³⁰ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 8.

³¹ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 21.

³² BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 8 - 21.

³³ FUNARI, 2006, p. 90-91.

³⁴ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 8.

³⁵ FUNARI, 2006, p. 90.

³⁶ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

A arqueologia representaria uma importante ferramenta de reconstituição de épocas remotas passando a “(...) fornecer uma grande quantidade de informações [...] já que a maioria do que se encontra, em uma pesquisa arqueológica, são artefatos banais, em série, de uso cotidiano, assim como vestígios de casas vernaculares simples”.³⁷ Não se trata apenas de estudos de épocas remotas, mas também de sociedades ou grupos sociais que eventualmente não puderam ou não deixaram vestígios escritos. Nesse sentido “Quem diz arqueologia diz vestígios de habitações e de edifícios, de objetos domésticos e de utensílios, etc., logo de cultura material [...]”.³⁸ Bucaille & Pesez³⁹ nos diz que pela base epistemológica e metodológica de que a arqueologia passou a dispor, esta ciência passou a representar uma forma segura de oferecer documentação aos historiadores contemporâneos, e que muitas vezes, arqueólogo e historiador, fundem-se numa mesma pessoa.

Em síntese, o estudo da cultura material interessa mais e de preferência por aquilo que na coletividade é estável e constante e que por tal característica, procura diversos fatos que dada a repetição acabam sendo interpretados como hábitos, ou seja, tradições da cultura que se deseja observar ou se observa.⁴⁰

Não podemos deixar de citar, mesmo brevemente, a importância de Fernand Braudel dentro da Escola do *Annales* para com o estudo da cultura material. Pertencendo à segunda geração de historiadores dos *Annales*, é de Braudel o livro que Bucaille & Pesez⁴¹ consideram como a “referência a uma investigação sobre o que é a cultura material e o que pode ser seu estudo”: *Civilisation matérielle et capitalisme*.

Para Braudel, “a vida é sobretudo feita de objetos, de utensílios, dos gestos da maioria dos homens: só esta vida lhes diz respeito na existência quotidiana, só ela absorve os seus actos e os seus pensamentos [sic]”⁴². Nesse livro, Braudel dedicou atenção também à história das habitações. Como o próprio autor diz, “A maneira de comer, de vestir, de morar, para os diversos estratos, nunca é indiferente”⁴³. Em suas considerações sobre as habitações, Braudel nos diz que “Em suma, uma casa, seja ela qual for dura e não pára [sic] de testemunhar a

³⁷ FUNARI, 2006, p. 90.

³⁸ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 10.

³⁹ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 11.

⁴⁰ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 14-15.

⁴¹ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 21.

⁴² BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 22.

⁴³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p 17.

lentidão de civilizações, de culturas obstinadas, em conservar, em manter, em repetir [sic]”⁴⁴, característica que por natureza interessa ao estudo da cultura material.

O estudo de Braudel é bem mais profundo, analisando dados demográficos, vestuários, alimentação, moedas, cidades⁴⁵ e demonstra a importância da cultura material não apenas para a Arqueologia e seus estudos sobre uma época pré-histórica. A variedade de materiais que Braudel utiliza em sua pesquisa revela a dinamicidade do uso da cultura material não só como forma de conhecer uma época mais recuada da história, mas também como forma de entender as sociedades contemporâneas e afirma “a dignidade do estudo da cultura material, proclamando o interesse proeminente da história das massas, derrubando os esquemas habituais da História, colocando em primeiro lugar”⁴⁶.

No Brasil, destaca-se o uso que o Museu Histórico Nacional daria a cultura material ainda pela prática do antiquariato, em que se selecionava e se interpretava os vestígios materiais para a formulação de uma história da pátria baseada nos grandes eventos políticos e militares⁴⁷. Foi criada dessa forma no Museu, uma exposição de 43 itens compostos, em sua maioria, de fragmentos de construção nas quais se encontravam também duas pedras que haviam sido retiradas do Antigo Arsenal de Guerra da Corte quando este deixou de abrigar a função para a qual havia sido construído⁴⁸.

A exposição desses objetos abriu mão “(...) de um texto temático ou cronológico, nem mesmo o auxílio da palavra nesse espaço como forma de contextualização”⁴⁹. Somente era necessário que o visitante em contato com esses vestígios “fosse envolvido pelas épocas representadas e a ele não restasse dúvidas da existência dessas épocas findas, simplesmente ao ver ou inalar o cheiro do que não mais estava no seu cotidiano”⁵⁰.

Como vimos, a cultura material levou algumas décadas até que fosse efetivada como fonte histórica. A história que até então mantinha uma ligação muito forte com o documento escrito⁵¹, incorporaria agora a cultura material como fonte para se conhecer um passado em que não havia a oferta de documentos escritos, como também, quando se necessitasse de

⁴⁴ BRAUDEL, 1995, p. 328.

⁴⁵ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 22-23.

⁴⁶ BUCAILLE & PESEZ, 1989, p. 22.

⁴⁷ BARROSO, 1997 apud RAMOS, Francisco Régis Lopes; MAGALHÃES, Aline Montenegro. A lição da pedra: usos do passado e da cultura material. *hist. historiogr.*, Ouro Preto, n. 13, p. 96-113, dez. 2013. p. 102.

⁴⁸ RAMOS; MAGALHÃES, 2013, P. 103

⁴⁹ RAMOS; MAGALHÃES, 2013, p. 103.

⁵⁰ RAMOS; MAGALHÃES, 2013, p. 103.

⁵¹ FUNARI, 2006, p. 81.

objetos concretos “que se pode tocar, examinar e interpretar sem o perigo de erro devido a subjetividade da documentação”⁵².

Devido a importância que a documentação escrita mantinha dentro do campo histórico, conferindo a ela o protagonismo dos estudos, não havia a necessidade de “dizer, descrever aquilo que todos sabem porque o têm debaixo dos olhos, aquilo que a todos é familiar porque cotidiano. E o que há de mais familiar, conhecido e cotidiano que a cultura material dos objetos, dos gestos, dos hábitos de todos os dias?”⁵³. Desse modo, retomando aquela dúvida sobre o porquê de não indagarmos sobre como a casa evoluiu e sobre o porquê hoje ela se apresenta como se apresenta, ou no mínimo, nem dedicamos atenção a ela como objeto histórico, é possível que se deva, em certa medida, a questão proposta pela citação anterior, ou seja, a casa está tão presente em nosso cotidiano que não a vemos senão como abrigo, ou de certa forma, sendo a casa um aspecto material da sociedade, recaia sobre ela ainda alguma herança de quando a cultura material ainda não havia sido incorporada como fonte histórica.

Foi voltando-se então para a cultura material, ou melhor, um de seus aspectos, as habitações, que desenvolvemos essa pesquisa. Não se trata de um estudo que parte do sentido casa-sociedade, ou seja, que busca entender a sociedade sertaneja a partir das características das habitações sertanejas, mas especificamente no sentido inverso, quando buscamos entender as residências sertanejas, seu desenho, como resultado dos costumes e da moralidade da sociedade sertaneja e de modo geral, da brasileira.

⁵² BUICALLE & PESEZ, 1989, p. 11.

⁵³ BUAILLE & PESEZ, 1989, p. 10.

CAPÍTULO I

A habitação sertaneja no processo de ocupação do sertão paraibano

No propósito de conhecermos a arquitetura residencial do sertão da Paraíba, apresentando as características das moradias de uma região que ainda foi pouco explorada, este capítulo trata de situar o leitor nesse espaço, discutindo o conjunto de seis casas analisadas – construídas no período da década de 1820 a 1935 - como parte do processo de ocupação do sertão paraibano. Além disto, também objetivamos apresentar ao leitor, a partir de bibliografia secundária, uma discussão sobre as casas construídas nos primeiros séculos de colonização do sertão paraibano (XVII e XVIII).

Embora tratemos o *sertão paraibano* como o espaço onde se desenvolveu a pesquisa das fontes para esse estudo, todas as casas analisadas que serão apresentadas neste capítulo e que conheceremos de maneira aprofundada no capítulo seguinte, estão situadas nos limites políticos do município de Paulista na Paraíba. O fato de essas casas analisadas estarem no território desse município foi mais condicional do que proposital, pois objetivávamos inserir também os municípios limítrofes de Condado e Pombal no mapa dessa pesquisa, mas diante da impossibilidade de acesso as fontes, o inventário ficou composto somente de casas que se encontram dentro dos limites territoriais de Paulista. Soma-se a isso a constatação de que seria dispendioso ampliar essa pesquisa para outras regiões do sertão paraibano, já que a construção de um trabalho de conclusão de curso não recebe nenhum apoio financeiro e o custeio da pesquisa origina-se do próprio pesquisador.

O mapa a seguir traz a localização exata dessas residências dentro do território paraibano (Figura 1).

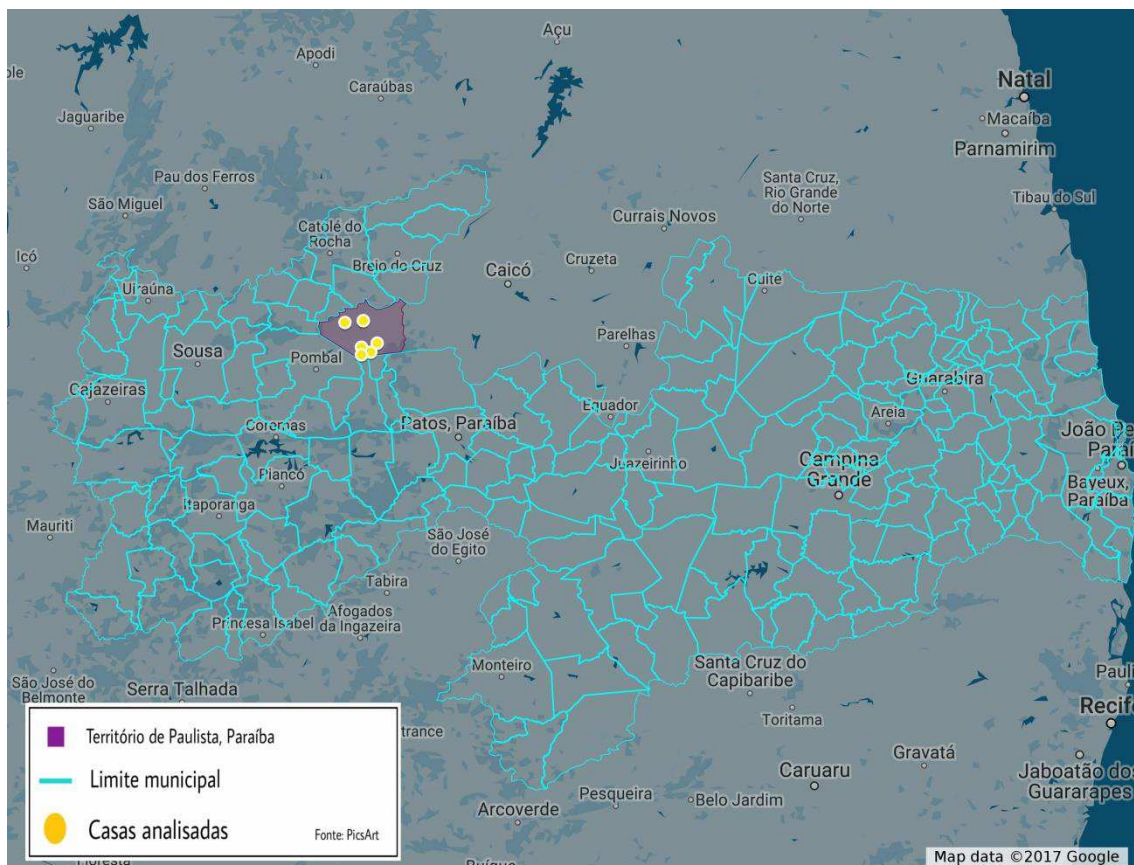


Figura 1: Localização das moradias no mapa do território da Paraíba. Livre construção do autor. Fonte: Google Maps.

Sobre o município de Paulista, há poucas informações a respeito de sua história. Há referência sobre a *povoação do Paulista* – que provavelmente deu origem ao município – em termo de vereação da Vila de Pombal de 9 de outubro de 1794⁵⁴. Em 1924 a *povoação do Paulista* foi elevada à categoria de distrito, vindo a emancipar-se politicamente do município de Pombal em 1961, com a posterior divisão territorial em 1963⁵⁵.

Embora todas as casas analisadas estejam situadas dentro dos limites territoriais do município de Paulista, este não possui elementos culturais e sociais que atuariam no surgimento de uma arquitetura residencial específica. Na verdade, as casas analisadas fazem parte de um espaço maior – *sertão paraibano* – cujo tipo de exploração econômica, que se

⁵⁴ SEIXAS, p. 99 apud SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697 – 1800.** 2007. 162 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007. p. 124.

⁵⁵ Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cidades. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251090&search=paraibalpaulistainfograficos:-historico> Acesso em: 19/02/2017 às 11:55.

notabilizou pela atividade da pecuária, resultou em uma arquitetura residencial que antes de tudo, respondia as demandas dessas atividades e cujas moradias possuem características que são compartilhadas por outras regiões interioranas do Nordeste.

Para a conclusão de um projeto que visa fazer um estudo das moradias do sertão paraibano compreendendo o período da década de 1820 a 1935, visitamos *in loco* seis residências que apresentaremos com a identificação e o ano de construção, exato ou aproximado. Para a definição do recorte temporal utilizamos a linha de tempo definida pelas próprias fontes, ou seja, da década em que provavelmente foi construída a casa mais antiga presente no inventário – 1820 – ao ano da construção da casa mais recente – 1935. As casas serão apresentadas em ordem crescente a partir da mais antiga.

Optamos por identificá-las pelo nome de seu primeiro dono ou por outra pessoa que tenha seu nome relacionado à identificação daquela casa, algo bastante comum no espaço que se desenhou essa pesquisa, já que na zona rural, onde se encontra a maioria das residências estudadas não é comum a identificação numérica. Também não encontramos a identificação relacionada ao termo fazenda nas casas localizadas no espaço rural e, se existe, não tomamos ciência.

A primeira casa desse inventário foi construída na década de 1820 por Cândido José de Assis, também conhecida como *Casa velha*, nome pelo qual será citada durante esse trabalho (Figura 2); Construída provavelmente nas décadas finais do século XIX, sem o ano exato, a segunda casa foi construída por Chico Bezerra (Figura 3:); Irmão deste, João Bezerra construiu a terceira desse inventário - provavelmente nos primeiros anos do século XX (Figura 4); Em 1910 foi construída a quarta casa presente nesse inventário por Aquilino Marques de Medeiros (Figura 5); Já na década de 20, precisamente em 1922, Maria Cecília Xavier construiu a sua casa que ficou conhecida como *Chalé de Vicente Xavier* – nome pelo qual citaremos nesse estudo (Figura: 6); a sexta casa foi construída em 1935 por Sady Wanderley (Figura 7).



Figura 2: *Casa velha* (Casa de Cândido José de Assis). Foto do autor (2017).



Figura 3: Casa de Chico Bezerra. Foto do autor (2017).



Figura 4: Casa de João Bezerra. Foto do autor.



Figura 5: Casa de Aquilino Marques. Foto do autor.



Figura 6: *Chalé de Vicente Xavier*. Foto do autor (2017).



Figura 7: *Casa de Sady Wanderley*. Foto do autor (2014).

Excetuando o chalé de Vicente Xavier e a casa de Sady Wanderley, todas as outras residências já são centenárias. O chalé de Vicente Xavier é a única residência que se situa no perímetro urbano do município de Paulista. As restantes localizam-se na zona rural. Das seis casas, apenas três se encontravam sem ocupantes no momento da visita. A falta de moradores inclusive contribui significativamente para a degradação do imóvel – assunto que será tratado no terceiro capítulo.

O sertão paraibano – espaço onde se desenvolveu esta pesquisa, é uma das quatro mesorregiões que compõem o estado da Paraíba, juntamente com a Borborema, o Agreste Paraibano, e Mata paraibana⁵⁶ (Figura 8).

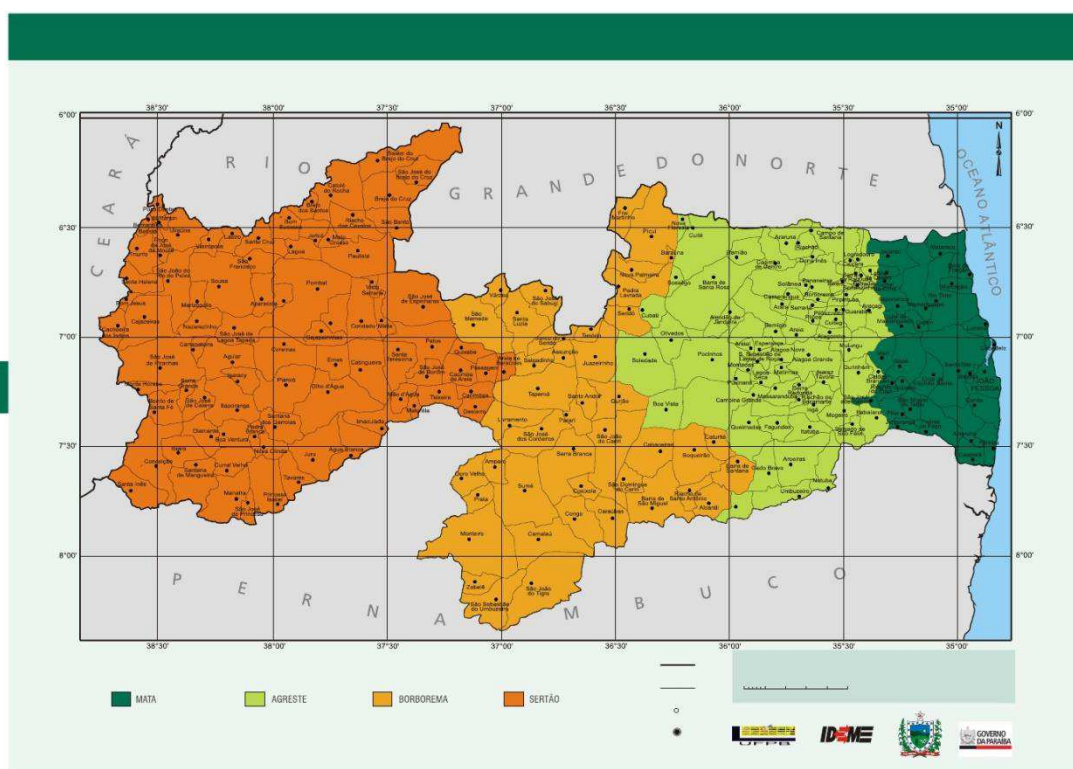


Figura 8: mesorregiões da Paraíba. Fonte: IDEME⁵⁷.

O sertão da Paraíba insere-se em uma área “cuja abrangência se dá a formação e o predomínio da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas. O principal rio formador de tal bacia

⁵⁶ MONTEIRO, Hugo Stênio de Carvalho. **Estudo da formação e características da situação socioeconômica e física da microrregião do Curimataú**. 2014. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Curso de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

⁵⁷ PARAÍBA. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME). **Mesorregiões Geográficas**. Disponível em: <<http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos/mesorregioes.pdf/view>>. Acesso em: 22/07/2017 às 11:58.

também recebe o nome de Piranhas, denominação encontrada desde antigos documentos pesquisados”⁵⁸. O autor Irêneo Joffily assim descreveu o “Valle do Piranhas”⁵⁹:

O piranhas nasce no município de S. José na serrania que divide a Parahyba do Ceará, e depois cerca de 40 léguas de curso no território parahybano, penetra no Rio-Grande do Norte, onde banha as cidades de Assú e Macáo, situada quase em sua foz. Os seus principais afluentes são: pela *margem esquerda* o [Rio do] Peixe que, correndo por extensas várzeas, cobertas de carnaúbaes, banha a villa de São João e cidade de Souza, reunindo-se depois ao Piranhas, entre esta cidade e a de Pombal, com umas 20 léguas de curso; e o de Porcos, na comarca de Catolé do Rocha, ribeira bem conhecida pela excellencia de suas pastagens. Pela *margem direita* recebe o Piancó, que nasce além da villa da Conceição, passa pelas de Misericórdia, e Piancó e cidade de Pombal, em cujas proximidades tem lugar a sua junção com o Piranhas, ao qual é superior em curso; O Espinharas ou Pinharas, que na Parahyba banha a villa de Patos e no Rio-Grande do Norte a [vila] de Serra Negra; e o Seridó, que nasce na lagôa do Quixeré, também comum aos dous Estados com os seus tributários Quinturaré, Acauã, Cupauá e Sabuay. (JOFFILY, 1927 [1892], p. 99 apud MORAES, p. 88)

O processo de ocupação do sertão paraibano se inicia em 1678 a partir da organização de uma *entrada* comandada por Antônio de Oliveira Lêdo⁶⁰. No entanto já existiam no sertão da Paraíba, algumas fazendas de gado que já vinham sendo instaladas, principalmente nos vales mais férteis dos rios⁶¹. Esses espaços banhados por rios recebiam o nome de *ribeira*⁶², que mais do que apenas uma denominação a uma área, eram “(...) circunscrições administrativas definidas pela Coroa portuguesa para a coleta dos dízimos das mercadorias do sertão (...)”⁶³. Segundo Nathália Maria Montenegro Diniz (2013), as ribeiras

(...) tinham na produção de gado a sua principal fonte de renda, mas não somente isso, eles se localizavam nos principais caminhos das boiadas relacionados às rotas de penetração do “sertão de dentro” e “sertão de fora” durante a Colônia e Império
64.

⁵⁸ SARMENTO, 2007, p. 47.

⁵⁹ MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Sertão, sociedade e meio ambiente no Rio Piranhas, capitania da Paraíba do Norte, 1670 – 1750. **Espacialidades**, vol. 7, n. 1, p. 80-95, 2014. p. 99.

⁶⁰ SARMENTO, 2007. p. 15.

⁶¹ SARMENTO, 2007, p.37.

⁶² ROHAN, 1885 apud FARIA, 2009, p.43 apud DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. 2013. 307 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 27.

⁶³ DINIZ, 2013, p. 27.

⁶⁴ DINIZ, 2013, p. 36.

Na região do rio Piranhas, a presença dos povoadores se efetivou com a fundação do *Arraial das Piranhas*, “(...) acampamento militar oficialmente instalado no Extremo Oeste paraibano e que veio a se tornar o seu primeiro núcleo de povoamento (...)”⁶⁵.

A criação do *Arraial das Piranhas*, em 1697⁶⁶, por Teodósio de Oliveira Ledo, foi crucial para o plano da administração da capitania em interiorizar o território paraibano. A partir dele, que posteriormente daria origem a Villa de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, atual Pombal, se criou um

(...) centro de irradiação territorial e do povoamento no Oeste da Paraíba. Daqui partiram dezenas de famílias, que se fixando nas caatingas com fazendas de gado, nos vales férteis, à margem dos rios, conseguiram transformá-las em lugares e depois, em povoações e vilas” (SEIXAS, 1962 apud SARMENTO, 2007, p. 16)

A interiorização do sertão paraibano fazia parte de um programa da Coroa de explorar o interior da Colônia, em parte pela situação caótica em que se encontrava a economia, somando-se a isso o fato de que entre os séculos XVI e XVII os franceses haviam alcançado e conquistado a região conhecida como Grão-Pará e Maranhão⁶⁷ e a presença da Coroa nas terras antes incultas, era uma forma de impedir a aproximação de agentes invasores que poderia ser evitada pela integração de regiões e que, somada à expulsão dos indígenas das áreas litorâneas e a busca de riquezas, seria as três necessidades básicas que levariam à expansão do controle das áreas situadas no interior do Brasil⁶⁸.

A resistência dos povos autóctones à presença dos colonizadores representou um dos grandes empecilhos à colonização do sertão paraibano. O aniquilamento desses povos era totalmente válido para levar a frente os interesses coloniais de exploração das zonas interioranas. Mas segundo Yan Bezerra de Moraes⁶⁹, embora os ataques empreendidos aos indígenas que habitavam os sertões fossem tidos como uma guerra justa e necessária aos interesses coloniais de conquistar o sertão para povoá-lo, isso não implica dizer que a

⁶⁵ SARMENTO, 2007, p. 16.

⁶⁶ SARMENTO, 2007, p. 17.

⁶⁷ MORAIS, Yan Bezerra. **Nos mares de terras:** o bando dos conquistadores e a dinâmica social na povoação do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte (c. 1700 – c. 1760). 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2016. p.23

⁶⁸ WEHLING & WEHLING, 1994 apud MORAIS, 2016, p. 23.

⁶⁹ MORAIS, 2016, p. 19.

erradicação dos povos autóctones fosse o interesse primordial da Coroa portuguesa, nem mesmo o aprisionamento.

Morais (2016) menciona algumas razões apresentadas por Puntoni (2002) para o interesse de pacificar os índios e não erradicá-los. Uma delas é que a aliança com os índios poderia atuar como salvaguarda contra agentes externos, uma vez que a perícia deste em habitar locais hostis e ermos dera aos índios conhecimentos que eram necessários aos colonos⁷⁰.

O caminho “aberto” pelos desbravadores era seguido pelo povoamento e pela instalação da pecuária em unidades territoriais concedidas pela Coroa – as sesmarias. No caso da Paraíba,

Na segunda metade do século XVII e, principalmente no século XVIII, essas sesmarias alcançaram os pontos mais distantes do território paraibano, o que representou a expansão sertaneja deste, com a incorporação das terras sertanejas à colonização. (MELLO, 1994, p. 29)

Com a presença do *Arraial das Piranhas* assegurando a permanência e a segurança dos colonos, a prática da pecuária migrou das regiões litorâneas para o interior. Essa migração, no entanto, foi condicionada pela prática da monocultura da cana-de-açúcar no litoral, já que se revelou impraticável a presença dessas duas atividades no mesmo espaço:

O crescimento da procura de animais de tiro em função da expansão da atividade açucareira, o paulatino aumento do consumo de carne nos engenhos e centros urbanos em emergência e os conflitos entre criadores e lavradores foram responsáveis pela separação das atividades canavieira e pecuária (MOREIRA e TARGINO, p. 66 apud SARMENTO, 2007, p. 37).

Em seu livro “Historia Econômica do Brasil”, Caio Prado Junior enfatiza que, em se tratando do Brasil, é necessário distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro, reportado aos produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco, enquanto o outro, ao que ele chama de “atividades acessórias”, que na sua definição trata-se dos produtos subsistenciais cujo fim é manter a economia de exportação em funcionamento⁷¹. Desse modo, cabia às atividades acessórias o papel de alimentar a população empregada na economia de exportação⁷² nesse caso, entrando a pecuária no setor de subsistência⁷³.

⁷⁰ PUNTONI, 2002, apud MORAIS, 2016, p. 29.

⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. Editora Brasiliense. [1981]. P. 36

⁷² PRADO JÚNIOR, [1981,]p. 36.

O caráter subsistencial atribuído à pecuária, condicionou a essa atividade, segundo Prado Junior, o status de “segundo plano, subordinando-se às atividades principais da grande lavoura, e sofrendo de perto todas as contingências”⁷⁴.

A prática da grande lavoura no litoral, aliada ao caráter de economia de subsistência da pecuária, termo que Prado Junior defende como plausível para as atividades acessórias⁷⁵, atuou no deslocamento das atividades criatórias das áreas próximas ao litoral para as áreas mais afastadas - que viria a corresponder ao sertão. Dessa forma a economia de exportação atuou incisivamente na ida da atividade criatória para o interior da colônia, já que

A cultura da cana não permitiu que se desenvolvesse nos férteis terrenos da beira-mar. Relegou-a para o interior mesmo quando este apresentava os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades, como se dá em particular no sertão do Nordeste (PRADO JUNIOR, [1983], p. 39).

No caso das casas inventariadas para essa pesquisa, a atividade recorrente praticada pelos donos dessas residências era a pecuária, embora houvesse outras práticas secundárias, além da agricultura, cujo caráter representava a subsistência para os habitantes do sertão.

Donos de duas casas inventariadas para essa pesquisa, Francisco (Chico) Bezerra de Sousa e João Bezerra de Sousa - eram filhos de Matheus Bezerra da Luz, que por volta 1840, muda-se juntamente com sua família para Pombal na Paraíba e se instala na fazenda Arruda, onde constrói um açude, planta cana-de-açúcar e monta também um engenho de rapadura⁷⁶.

Assim como Matheus Bezerra, Aquilino Marques que construiu a sua residência definitiva em 1910, construiu também posteriormente um engenho de cana-de-açúcar que hoje se resume a apenas alguns restos de tijolos onde se localizava (Figura 9). Não sabemos se se tratava de uma produção voltada a apenas a subsistência dessas famílias, ou mesmo para comercialização local. O fato é que o cultivo da cana-de-açúcar no sertão já se dava desde os primeiros anos de ocupação, “mas estes de menor escala e para o fabrico de rapadura e seus subprodutos, como a batida e o alfinim, cujos sabores e texturas se fizeram próprios do paladar sertanejo”⁷⁷.

⁷³ PRADO JUNIOR, [1981], p. 36.

⁷⁴ PRADO JUNIOR, [1981], p. 39.

⁷⁵ PRADO JUNIOR, [1981], p. 36.

⁷⁶ WANDERLEY, Lauro Vercélio Bezerra. **Família entrelaçadas, história e genealogia**. No prelo. Não paginado.

⁷⁷ SARMENTO, 2007, p. 52.



Figura 9: Restos do antigo engenho de Aquilino Marques. Foto do autor (2016).

A prática de outras atividades que não somente a pecuária já mostrava uma alteração no perfil econômico do sertão. Por meio das observações de Fernandes e Amorim (1999), Janice Correia Silva⁷⁸ demonstra que o uso da terra para a prática da pecuária parece ter se sobressaído no período de 1696 a 1745, vindo a mudar entre 1750 e 1810. No primeiro período de 55 sesmarias registradas, 48 eram destinadas a criação de gado, seis ao gado/lavoura e uma à lavoura; no segundo período, de 95 sesmarias, 50 eram destinadas a criação de gado e 41 a atividade criatória e lavoura⁷⁹.

Os conquistadores que desbravaram o sertão paraibano formaram a primeira elite local do sertão de Piranhas. A posse de terra, conseguida por doação sob pedidos que não poupavam evidenciar as citações de favores que o colono tinha prestado à Coroa – o que assegurava o sucesso da concessão – representava no sertão “o acesso a cargos municipais e a outros postos do funcionalismo”⁸⁰.

⁷⁸ SILVA, Janice Correa. **Em busca de distinção e riquezas:** patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, capitania da Parahyba Norte (segunda metade do século XVII). 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013. p. 48.

⁷⁹ SILVA, 2013, p. 48.

⁸⁰ RICUPERO, 2009, pp. 18-19 apud SILVA, 2013, p. 47.

De acordo com Baíza Faustino Soares, “(...) o sistema de sesmarias e a dinâmica de doação propiciaram a criação de redes de sociabilidade e cumplicidade entre esses senhores”⁸¹. Nesse sistema, em que os enlaces matrimoniais representavam a possibilidade de fortalecimento das redes familiares, o dote tinha um papel crucial por ser ele “um mecanismo que facilitava a união conjugal”⁸², além de ser um veículo de “estratégias familiares para adquirir um maior poder econômico, político e social”⁸³.

As terras, segundo Soares, quando inclusos juntamente com as casas, na composição dos dotes, tinha o objetivo de manter a filha e o genro por perto, além de determinar o lugar de residência do casal recém-formado⁸⁴. Não sabemos, pois, se as terras em que se deram a construção das habitações de Chico e João Bezerra, avizinhas do lugar onde se instalara seu pai, Matheus Bezerra⁸⁵ - embora as casas tivessem sido construídas a relativa distância -, foram provenientes de dotes. No entanto, o que percebemos é que ao menos na dinâmica da ocupação dos espaços, as casas de Chico e João Bezerra – além de Josué Bezerra – pai de Quermine Wanderley Bezerra, esposa de Sady Wanderley – viriam a apresentar semelhanças no que concerne a instalação das moradias em um espaço próximo da família de onde provinham. E isso explica o fato de que a casa de Sady Wanderley e Quermine Bezerra Wanderley também tenha sido construída próxima à casa de Josué Bezerra, pai de Quermine.

O mapa a seguir (Figura 10) demonstra a mesma localização das casas do mapa anterior, mas numa perspectiva local, evidenciando a área do município de Paulista. Assim podemos notar o espaço que João, Chico e Sady Wanderley ocupariam, ali construindo suas residências.

⁸¹ SOARES, Baíza Faustino. Vestígios de dotes: as alianças matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahiba do Norte, 1740-1790). In: **Encontro Estadual de História – ANPUH/PB**, vol. 17, n. 1, p. 497 -503, 2016. p. 499.

⁸² SOARES, p. 497.

⁸³ SOARES, p. 502

⁸⁴ SOARES, p. 499-500.

⁸⁵ WANDERLEY, no prelo, não paginado.

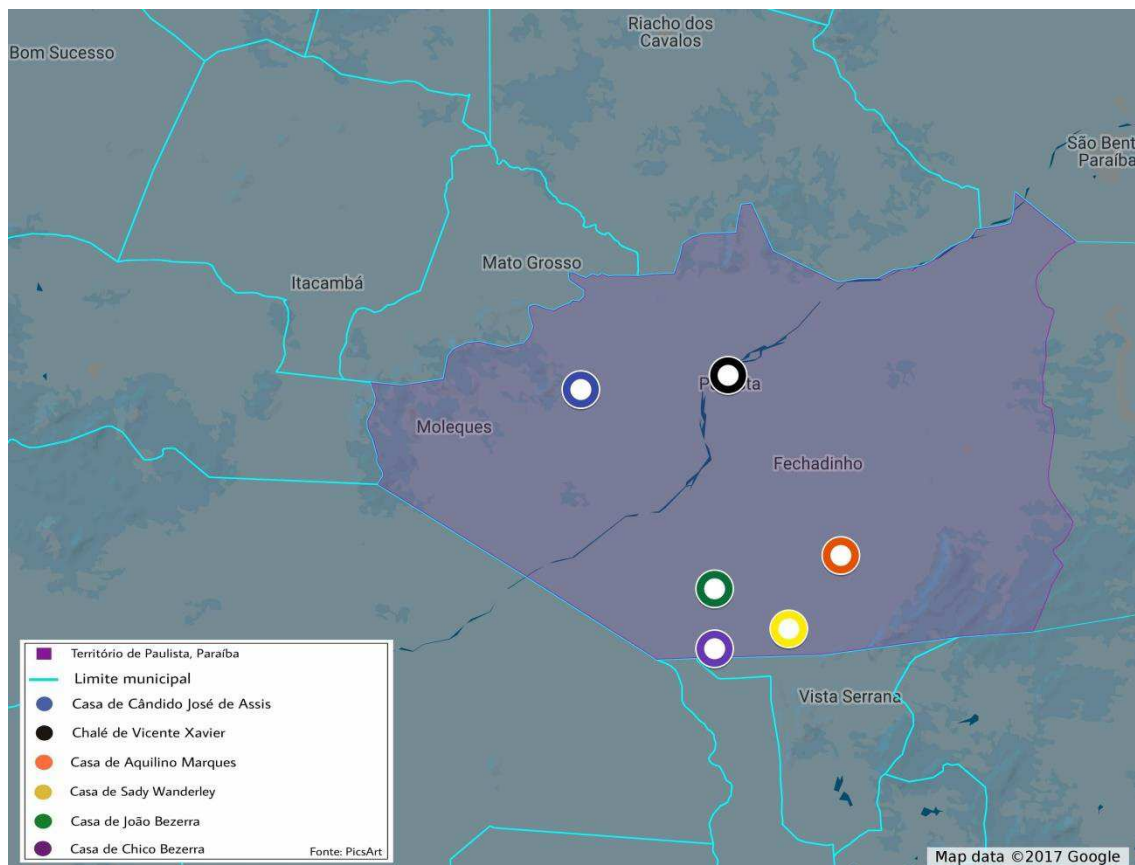


Figura 10: Localização das residências no território de Paulista. Construção do autor. Fonte: Google Maps.

A ocupação no sertão, que consistia na instalação de currais de gado, marca o início também da fundação de uma arquitetura residencial resultante da indústria do criatório, presente não somente nessa região da Paraíba, como em outros estados que também desenvolveram a atividade criatória em suas regiões interioranas, como Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Bahia⁸⁶. “Curral” designava o núcleo de uma fazenda de gado e este era composto de uma casa e de um cercado de ramagem, passando posteriormente a designar a própria fazenda⁸⁷. No entanto essas casas se diferenciariam daquelas do século XIX e XX, em aspectos que passaremos a conhecer agora.

As casas nas quais fizemos o estudo – que será detalhado no próximo capítulo – foram construídas no século XIX e XX, como já vimos. No entanto, seu modelo, no que se refere aos materiais que as constituíam se alteraram com o passar dos anos. Feitas de alvenaria de tijolos, essas casas representaram uma alteração no modo de construir no sertão paraibano como resultado da utilização de novos materiais. Mas se retornamos algumas décadas antes

⁸⁶ DINIZ, 2013, p. 129.

⁸⁷ ALMEIDA, 1978, p. 22, apud SARMENTO, 2007, p. 15.

do início do recorte temporal dessa pesquisa, poderemos dimensionar, dentro do possível, um pouco da transformação da moradia no sertão.

Essas transformações estiveram ligadas a utilização de novos materiais de construção usados nas moradias sertanejas, ou melhor, em parte delas. Mais do que apenas uma alteração no modo de construir, isso refletia também o poder econômico de seus donos. Constatamos isso ao analisarmos algumas informações encontradas nos inventários produzidos na jurisdição de Pombal no século XVIII e que fazem parte da pesquisa de Janice Correa Silva sobre os patrimônios materiais no sertão do Rio Piranhas. Sobre a organização dos cômodos, e outros detalhes das casas de taipa, como hoje caracterizam as casas de alvenaria, não foi possível conhecermos.

As referências às casas que aparecem em três inventários produzidos em 1785, 1787 e 1793 demonstra que ainda nessa época, as casas no sertão paraibano eram feitas de taipa, mesmo as que se localizavam na vila de Pombal, elevada a essa categoria em 1772⁸⁸.

O uso da taipa como material de construção das moradias em fins do século XVIII não implica dizer que seus donos fizessem parte do extrato pobre da população. Se bem lembrarmos, a riqueza e o status social no sertão estavam ligados à posse de terras e de gado⁸⁹, mas isso tão pouco parece ser a explicação, além de que, mesmo feitas de taipa, elas ainda se constituíam em bens, já que apareciam nos inventários.

Gustavo Barroso (1912) descreveu assim as casas sertanejas: “(...) são humildes, quer sejam de palha só ou de palha e adobe como as dos pobres, quer sejam de taipa e têlha (sic) como as dos abastados. (...) Não se usam casas de tijolo, nem se fazem casarões”⁹⁰. Pela descrição de Barroso, embora a matéria-prima tanto da construção de uma casa de um pobre quanto a de um rico adviessem de materiais facilmente encontráveis na natureza, ainda assim existia diferenciação dessas moradias. A presença de telhas representava nas residências um item de importância, independentemente da região do Brasil. Em Minas Gerais, se presente, as telhas constariam na descrição das residências citadas em inventários⁹¹.

Verificamos pelas informações de Barroso que enquanto a população abastada vivia em casas de taipa, cabia aos pobres o uso da palha como material de construção de suas

⁸⁸ SARMENTO, 2007, p. 123.

⁸⁹ SILVA, 2013, p. 85.

⁹⁰ BARROSO, 1912 apud DINIZ, 2013, p. 9.

⁹¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 91-128, jan./dez. 2004. p. 93.

moradias. Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, refere-se assim a uma parcela da população que não eram nem os senhores nem os escravos, mas entre os quais se encontram os sertanejos e que ratifica as palavras de Barroso: “Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque”⁹². Provavelmente a taipa utilizada no sertão paraibano fosse taipa de mão⁹³, cujos materiais – barro e madeira – podiam ser facilmente encontrados – técnica esta ainda encontrada nos dias de hoje. Não há informação se havia a utilização do couro do boi nas amarrações das estruturas de madeira que sustentavam a casa, assim como aconteceu em moradias do século XVIII no Piauí, como foi notado pelo arquiteto Paulo Thedim Barreto (1938)⁹⁴.

Além da amarração nas estruturas das casas de taipa, o couro do boi foi amplamente utilizado na confecção de peças de uso diários pelos habitantes do sertão nordestino, como observa Capistrano de Abreu:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, [...] para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso (...) (ABREU, [1907] 1954: 217-218 apud DINIZ, p. 4).

O uso da taipa como material de construção não estava presente somente no sertão paraibano. Em São Paulo, o uso da taipa duraria até a segunda metade do século XIX⁹⁵. Característica igual foi notada nas casas do Seridó, no Rio Grande do Norte, onde mesmo os homens de postos importantes – administrativos e militares - tinham na taipa o material de construção de suas residências⁹⁶.

⁹² FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 49.

⁹³ A taipa de mão recebe esse nome pela forma como é aplicada o barro, que consiste na prensagem do material na estrutura de madeira (JUSTI PISANI, Maria Augusta. *Taipas: A Arquitetura da terra*. **Sinergia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan./jun. 2004. p. 14.)

⁹⁴ DINIZ, 2013, p. 155.

⁹⁵ FREHSE, Fraya. Carlos A. C. Lemos. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo, EDUSP, 1999, 264 p. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 43, n. 1, 10 p., 2000. p. 294.

⁹⁶ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. 205 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 92

Em escritura de obrigação para a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso (Pombal), de 1721, há a indicação do uso de tijolos em algumas partes da igreja como arco, portais e janelas⁹⁷. Os inventários em que há a citação das casas a que nos referimos datam de 1785, 1787 e 1793, portanto algumas décadas após o início da construção da matriz. O que se apreende é que pelo menos nas primeiras décadas não havia a utilização de tijolos nas construções das casas sertanejas, devido, provavelmente a falta de lugares de produção desse item de construção, ao contrário das telhas. Portanto, quando disponíveis, provavelmente fariam parte de prédios importantes, como igrejas. Seria no século XIX que o uso de tijolos nas construções das residências passaria a ser utilizado, mas ainda de maneira gradativa:

A evolução da casa de taipa para alvenaria foi lenta, inicialmente passaram a construir de tijolos apenas, as frentes das moradias, permanecendo de taipa o restante da construção. Mas por fim prevaleceu a casa de alvenaria, que permitia edificações mais altas, com cumeeiras mais altas, que favoreceu o aparecimento dos sótãos, etc. (MEDEIROS, 1983 apud DINIZ, 2013, p. 92).

No século XIX, as casas passariam a utilizar os tijolos de barro em suas construções. Provavelmente tratava-se de um item apenas disponibilizado a elite local, dado, como vimos, a maneira gradativa como passou a ser utilizado.

Todas as residências que analisamos já partem deste momento. Mas embora a matéria prima ainda fosse a mesma utilizada em casas de taipa, ou seja, o barro, o uso de tijolos exigia uma técnica diferente e provavelmente pelo custo da produção, ainda deveria constar como um material a quem poucos tinham acesso, mesmo que a matéria-prima estivesse disponível no lugar em que se daria a construção.

Daí decorre que os donos das seis casas analisadas deveriam fazer parte de um estrato elevado da sociedade sertaneja, em parte pela atividade que desenvolviam – pecuária e atividades agrícolas, e em parte por provavelmente serem descendentes de um status já pré-constituído. Segundo Janice Correia Silva (2010) e Yan Bezerra de Moraes (2016) o poder decorrente da posse de terra e dos títulos militares e administrativos, colocavam os indivíduos em posições privilegiadas dentro do estrato social sertanejo. E naturalmente o poder que decorria de suas posições dentro do estrato social seguiria com os seus herdeiros.

⁹⁷ SILVA, 2013, p. 101-102.

O que objetivamos neste capítulo foi discutir essas seis residências como parte do processo de ocupação do sertão paraibano, mas cujo recorte se inicia no século XIX. Embora as casas inventariadas entrem no século XX – com quatro residências analisadas - não podemos dissociá-las do processo de ocupação do sertão paraibano, mesmo que o processo de ocupação viesse a ser bem diferente daquele iniciado o século XVII a partir da concessão de sesmarias.

Os modelos de casas analisadas para essa pesquisa diferia das moradias sertanejas do século XVIII, como vimos, mas continuaram ainda sendo resultado da atividade da pecuária e, assim como as casas de taipa do século XVIII, estas pertenceram a pessoas de um estrato social elevado, ou no mínimo diferenciado, do sertão paraibano. No século XIX essas residências, já construídas com materiais mais sólidos, permitiriam a seus ocupantes mais conforto e refletiriam em seus desenhos a capacidade de funcionar ante as demandas dessa região. Mas a análise aprofundada desses aspectos caberá ao capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

Conhecendo os espaços: estrutura e materialidade da moradia sertaneja

No capítulo anterior já conhecemos os primórdios da ocupação no sertão paraibano cujo marco foi a construção do *Arraial das Piranhas*. A partir dele se teve início a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, atual Pombal. O arraial assegurou o projeto de interiorização do sertão ao garantir a segurança necessária para as instalações dos currais de gado, já que nesse processo, segundo Yan Bezerra de Moraes⁹⁸, a nação indígena Tarairú – uma das nações o sertão paraibano, juntamente com a nação Cariri -, empreenderam resistência à presença do colonizador⁹⁹. Vimos também que, na ausência de alvenaria, eram de taipa as primeiras casas sertanejas, mesmo as da elite local, característica que só viria a mudar no século XIX. É nesse século, na década de 1820, que se inicia o recorte temporal dessa pesquisa indo até 1935.

O que objetivamos nesse capítulo é fazer um estudo da arquitetura residencial sertaneja por meio de seis residências situadas dentro do município de Paulista, Paraíba, entendendo o modo de morar e o desenho dessas casas a partir de aspectos da sociedade brasileira e de modo específico da sociedade sertaneja - esta originada das fazendas de gado que se instalaram nos interiores do Nordeste, e nesse caso, no sertão da Paraíba. Mesmo construídas nos séculos XIX e XX, essas casas não só refletem os costumes e os aspectos da sociedade dessa época, como também o processo evolutivo ao longo dos séculos precedentes que possibilitaram que elas apresentassem os aspectos que agora conheceremos.

O estudo de campo que consistiu nas visitas às residências que logo o leitor conhecerá mais a fundo é complementado por bibliografia secundária. Na falta de acesso à história do cotidiano sertanejo, recorreremos a textos e livros de autores que já estudaram a casa sertaneja em outros lugares do Nordeste, além de livros que tiveram a casa brasileira - sem

⁹⁸ MORAIS, Yan Bezerra. **Nos mares de terras**: o bando dos conquistadores e a dinâmica social na povoação do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte (c. 1700 – c. 1760). 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2016. p. 34.

⁹⁹ Moraes chega a essa conclusão baseando-se nos estudos de Inaldo Chaves Junior (2014) de que num primeiro momento, a nação Cariri teria atuado como aliados de Antônio de Oliveira Lêdo em suas entradas para o interior paraibano (MORAIS, 2016, p. 34).

regionalismos – como o objeto central de estudo. Desse modo tentamos desvendar a história da casa sertaneja da década de 1820 a 1935 a partir de aspectos também da sociedade e da casa brasileira em si.

Especialmente, a localização das residências dentro dos limites de Paulista se deveu mais à condição do que de fato uma escolha metodológica. Inicialmente objetivávamos inserir no acervo desse trabalho, casas do município de Pombal e de Condado, ambos limítrofes. Porém, diante da dificuldade de acesso a essas residências, o inventário ficou composto apenas de casas localizadas no município de Paulista.

Embora já tenhamos conhecido as identificações das seis residências no capítulo anterior, traremos novamente os seus nomes visando apenas a melhor compreensão da discussão deste capítulo, citando-as novamente em ordem a partir da mais antiga. Assim, temos a *Casa velha* – da década de 1820 (Figura 11); a Casa de Chico Bezerra, de fins do século XIX (Figura 12) e a Casa de João Bezerra de início do século XX (Figura 13); a Casa de Aquilino Marques construída em 1910 (Figura 14); o *Chalé de Vicente Xavier* de 1922 (Figura 15) e a Casa de Sady Wanderley de 1935 (Figura 16).



Figura 11: Casa de Cândido José de Assis – *Casa velha*. Foto do autor (2017)

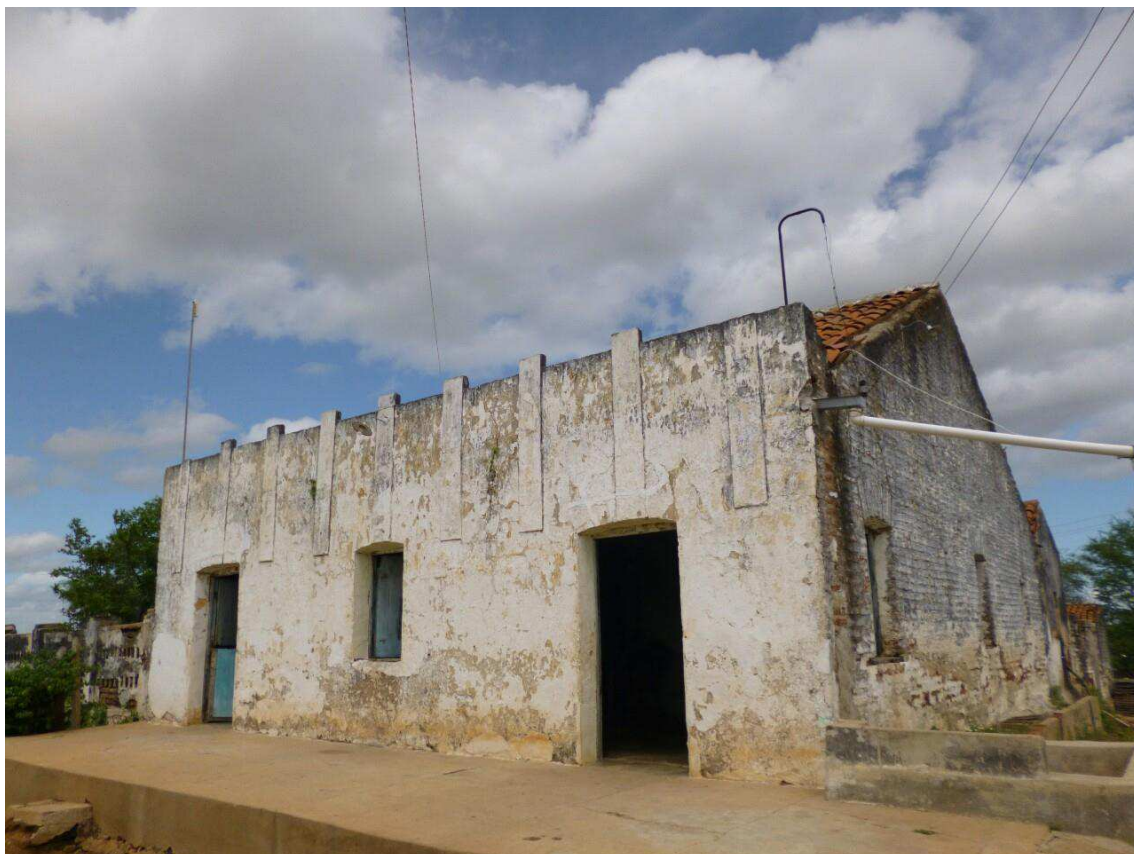


Figura 12: Casa de Chico Bezerra. Foto do autor (2017).



Figura 13: Casa de João Bezerra. Foto do autor (2017)



Figura 14: Casa de Aquilino Marques. Foto do autor (2015)



Figura 15: Chalé de Vicente Xavier. Foto do autor (2017).



Figura 16: Casa de Sady Wanderley. Foto do autor (2014).

As visitas *in loco* resultaram em registro fotográfico, assim como na confecção de planta baixa, ambos essenciais para ilustrarem o texto e ajudar o leitor no entendimento do que está sendo discutido. Para qualquer utilização posterior, ressaltamos que as plantas não foram desenhadas em escala. Diante da dificuldade de medição dessas residências, optamos por medir somente as paredes externas. No entanto, todos os espaços foram respeitados. Em alguns casos optamos por não inserir nessas plantas espaços que não serviriam ao propósito de discussão dessa pesquisa – como muros e telhados que foram construídos muito posteriormente.

A metodologia da apresentação visa criar um texto bem fluído. Assim, não apresentaremos o resultado de nossa pesquisa por residência, mas sim por tópicos relacionados a aspectos dessas moradias atentando para as características semelhantes ou distintas, considerando o tempo cronológico em que essas casas estão inseridas. Assim quando falarmos sobre as “salas”, estaremos agrupando nesses tópicos as informações de todas as residências estudadas. A fim de evitar a repetição da identificação das residências e

de suas características, alternaremos, sempre que se revelar necessário, as informações explicadas entre o modo generalizado - ao nos referirmos sobre as casas do sertão paraibano - e o específico, quando se fizer necessário que determinada característica seja apresentada especificamente. Quando estivermos tratando no modo generalizado com as informações baseadas em nossos estudos, citaremos que se trata das casas inventariadas para essa pesquisa. Assim, o leitor saberá quando se trata de informações resultantes desse estudo ou de bibliografia consultada.

2.1. Modelo da casa sertaneja.

As casas que compõem o acervo dessa pesquisa foram construídas em alvenaria de tijolos, assentadas sobre uma base cuja proeminência para fora da casa é conhecida como calçada. É este também um espaço de lazer e conversa, já que tende a ficar sob a sombra durante a tarde. Compostas de telhado em duas *águas*¹⁰⁰, apenas distinguem-se o lado para o qual se dá o caimento. Assim na *Casa velha* e na casa de Chico Bezerra o caimento das águas se dá para as extremidades da casa: “Essa cobertura é chamada de ‘telhado de arrasto’, pelo fato dos dois planos se prolongarem da cumeeira até a frente da casa e atrás da casa”¹⁰¹. As demais possuem o caimento das águas para as laterais.

No período colonial os lotes estreitos nos centros urbanos condicionam à casa uma característica retangular, geralmente possuindo apenas aberturas nas extremidades (salas e cozinha)¹⁰² já que não havia espaços entre um lote e outro. Nesse exemplo se insere a *Casa velha* e a casa de Chico Bezerra, mas na zona rural, exemplificando a influência urbana sobre este meio que, como veremos ao longo do texto, se estenderá a outros aspectos. No sertão paraibano as casas com telhado de arrasto seriam bem características do século XIX, assim como o chalé, que conheceremos agora, seria no século XX.

Ainda no século XIX o modo de vida urbano no Brasil sofrerá abertura à cultura europeia, principalmente a francesa, que perdurará ainda nas primeiras décadas do século XX¹⁰³. Novos elementos vão sendo incorporados sob a forma de um modelo eclético que, aspirando ares de modernidade, tenta inserir o Brasil nessa mesma atmosfera da Europa¹⁰⁴. Insere-se entre estes novos elementos tanto o modelo chalé de casa quanto as platibandas - que abordaremos mais adiante.

¹⁰⁰ *Água* é o nome que se dá aos planos inclinados que compõem o telhado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Manual de Conservação de Telhados**. [S.I.], 1999, 50 f. p. 10).

¹⁰¹ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. 205 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 101.

¹⁰² VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Wiliam S. Mallmann. **500 anos da casa no Brasil: As transformações da arquitetura e da utilização de espaço de moradia**. Ediouro, 1999. p. 89.

¹⁰³ PINTO SANTIAGO, Zilsa Maria. **A influência do neoclassicismo na Arquitetura Brasileira a partir da missão francesa**. Universidade Federal do Ceará. p. 1-15. p. 9; VERÍSSIMO E BITTAR, 1999, p. 34.

¹⁰⁴ PINTO SANTIAGO, S/D, p. 9.

A incorporação das cidades brasileiras aos costumes ao modo europeu que aqui chegavam deve-se tanto à existência de um mercado consumidor, principalmente as classes abastadas, como o aumento da oferta da mão de obra, que alteraria os hábitos de construção nos centros urbanos¹⁰⁵. No século XIX, o Brasil receberia arquitetos estrangeiros e mão de obra imigrante que contribuiriam significativamente para a assimilação e a efetivação da modernização que chegava ao país¹⁰⁶.

Seria, portanto, nesse ambiente, que aspirava a modernização, que o telhado de duas águas com caimento lateral viria surgir a partir da década de 1850, quando o meio urbano sofre alterações na forma de orientação das residências e os lotes antes estreitos precisam alargar-se, privilegiando o afastamento dos vizinhos, o que culminaria nas casas em modelo “chalé”¹⁰⁷. Esse ideal de modernização que se instalava no Brasil durante o século XIX “estava intimamente ligado à ideia de progresso, de ir adiante. O ideal moderno expressava a aceitação de que a sociedade poderia melhorar e se superar, sempre em relação a outro estado anterior considerado de menor evolução”¹⁰⁸.

De influência europeia, o chalé representou a reprodução de modelos europeus no Brasil, especificamente das residências rurais de algumas regiões da Europa, como a Suíça¹⁰⁹. Essa forma de construção parece ter sido absorvida pelo saber popular e passou a ser reproduzida no meio rural, substituindo o antigo modelo de *águas* com caimento para as extremidades, já que neste a *água* cai para as laterais. No caso do sertão paraibano, a assimilação desse modelo parece ter demorado algumas décadas, já que as casas rurais inventariadas com esse formato de cobertura são todas construídas nas primeiras décadas do século XX, tornando esse modelo popular nas décadas subsequentes (Figura 17).

¹⁰⁵ ZORRAQUINO, Luis D. **A evolução da casa no Brasil**. 2006. 67 p. Programa para análise de revalidação de diploma. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p. 25.

¹⁰⁶ ZORRAQUINO, 2006, p. 25.

¹⁰⁷ ZORRAQUINO, 2006, p. 24.

¹⁰⁸ CAPEL, 2006, p. 9 apud QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930 – 1950. **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 103-135, nov. 2010/abr., 2011. p. 105.

¹⁰⁹ ZORRAQUINO, 2006, p. 24.



Figura 17: Casa de Aquilino Marques (foto do autor, 2017) e reprodução de palacete neoclássico em modelo chalé do século XIX¹¹⁰.

A utilização do modelo chalé encontrou adaptação não somente no sertão paraibano, como podemos ver a partir dos estudos de Marcos Ferreira de Andrade sobre as casas de vivenda e de morada do século XIX em Minas Gerais. O autor cita o exemplo de uma fazenda cujo sobrado ali existente teve seu pavimento superior destruído em 1902, para que houvesse a adaptação do prédio a esse novo modelo¹¹¹. Em Campina Grande, Paraíba, as casas em modelo chalé também encontrariam utilização em meio ao processo de modernização pelo qual passava a cidade no século XX¹¹².

O modelo de casa em estilo chalé encontraria adaptação em outras regiões do Brasil, em parte pela modernização urbana influenciada pela Europa que chegara ao país e em parte, assim como aconteceu na zona rural do sertão paraibano, pela repetição desses modelos em regiões não urbanas.

No sertão paraibano, o chalé se perpetuaria durante todo o século XX, ainda presente no século XXI, mas já com algumas mudanças, como a inserção do alpendre no corpo principal da casa e novos arranjos espaciais dos cômodos.

¹¹⁰ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 25.

¹¹¹ ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, p. 91-128, jan./dez. 2004. p. 107.

¹¹² QUEIROZ, 2010/2011, p. 126.

2.2. Orientação geográfica

A maioria das casas que inventariamos situa-se em terrenos com pouca elevação, mas que ainda assim “permitia o controle visual de vastas extensões”¹¹³ (Figura 18). A orientação das residências situadas na zona rural mantém estreita relação com o ponto cardeal Leste, ou nascente – termo comumente usado pelos sertanejos.



Figura 18: Vista a partir da Casa de Aquilino Marques. Foto do autor (2017).

É possível que essa orientação tivesse o objetivo de aproveitar melhor a entrada de ar vindo do leste por meio das aberturas frontais. A casa de Sady Wanderley, por exemplo, orientada para este ponto, possui seis janelas frontais (Figura 19), característica incomum nas residências sertanejas. Mesmo quando a orientação do corpo principal se dá para o Sul, os cômodos se orientam no sentido Leste-Oeste, como na casa de João Bezerra.

¹¹³ BEZERRA, 1984 apud DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado das Ribeiras do Norte**. 2013. 307 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 66.



Figura 19: Conjunto de janelas frontais da casa de Sady Wanderley. Foto do autor (2014).

Assim como o vento, é possível que a orientação e a distribuição dos cômodos das residências de nosso inventário fossem construídas buscando soluções que amenizassem os efeitos do sol sobre a casa, já que em apenas uma delas – a *Casa velha* - foi construído um alpendre, atualmente constituídos de materiais modernos (ver figura 11 na página 42).

Segundo Carlos Lemos¹¹⁴, Debret descreveu a importância do uso do alpendre como forma de sombrear as paredes da casa e evitar o aquecimento das paredes, o que durante o verão promovia conforto térmico. Situado anteriormente à sala, o alpendre tinha também a função de espaço de socialização, ostentando a função transitória entre o ambiente externo e interno¹¹⁵, compondo juntamente com a sala o setor social das residências. Mas no caso de nosso espaço de pesquisa, o alpendre foi utilizado em apenas uma residência, sendo posteriormente refeito com materiais mais modernos.

Se não houve aqui a difusão da utilização do alpendre como forma de evitar o aquecimento da parede ou criar espaços de lazer e conforto no clima do semiárido – ao menos

¹¹⁴ LEMOS, Carlos A. Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*: Nova Série, n. 1, p. 95-106, 1993. p. 98.

¹¹⁵ DINIZ, 2013, Pp. 159-160.

no período cronológico desse estudo - a orientação espacial das moradias e a distribuição dos cômodos por funções parecem ter amenizado essa falta.

Empiricamente, percebemos que as residências estudadas se caracterizam por espaços cuja ordem social, íntima e de serviço (sala, quartos e cozinha), permite que ao nascer do dia, enquanto o sol incide sobre a sala, o movimento da casa se encontre principalmente na cozinha. Já à tarde, enquanto o sol incide sobre área onde se situa a cozinha, o movimento dentro da casa já migrou para a área íntima e social da casa e, quando existente, para o alpendre. Essa orientação é mais comum na zona rural, onde há maior liberdade de escolha do lugar em que a casa será construída e da orientação que ela terá.

2.3. Elementos decorativos.

A arte do ciclo do gado é mais humilde, toda sua arquitetura se faz, pela falta da pedra de obra apropriada, em simples alvenaria, na qual se executam uma ornamentação própria. Nem escultura, nem cinzeladuras, nem obra de talha, nem ouro, nem liós, nem mármore, nem azulejo. Os artistas anônimos obtêm com as linhas, na combinação ingênua das curvas e dos ornamentos retilíneos, os efeitos decorativos (BARROSO, 1948; BOAVENTURA, 1959 apud DINIZ, 2008, p.8).

Em nosso espaço de pesquisa, pudemos constatar a afirmação de Barroso (1948) quanto a humildade da casa sertaneja no que se refere a utilização de elementos decorativos, mas constatamos que eles são existentes. E quando existentes são reflexos da cidade sobre meio rural, ou a perpetuação de estilos de épocas precedentes, como a arquitetura colonial.

Relembremos que a partir de meados do século XIX, o Brasil passaria por um processo de modernização da vida urbana inspirados nos costumes europeus. O modelo chalé das moradias, que conhecemos anteriormente, estava entre os novos elementos, assim como a platibanda. A implantação dessas novas ideias deve-se, também, a presença da grande oferta de mão de obras, em parte de estrangeiros.

A platibanda¹¹⁶ (Figura 20) surge então como um elemento primordialmente funcional, já que antes do surgimento das residências em modelo “chalé”, estas possuíam telhado cujo caimento se dava para as extremidades, logo o desague das chuvas acontecia para a rua e para o quintal. Como medida de padronização¹¹⁷ e de proibição do descarrego das águas pluviais sobre a rua¹¹⁸, além de esconder a calha, adota-se o uso da platibanda como mais um elemento modernizante que se instaurava na vida urbana.

¹¹⁶ [...] as platibandas constituem o coroamento do edifício encobrendo as calhas que captam as águas de chuva da cobertura que são desviadas, através de tubos, diretamente para o solo - evitando-se, assim o escoamento das águas de chuva sobre a fachada principal (PASSOS, Luciana Andrade dos; PEDROSA, Nádia de Almeida. **O ideário urbano no meio rural**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB, João Pessoa, p. 5-14. p. 7).

¹¹⁷ No Código de Posturas de 1893, já havia determinações de adoção de *padronização formal nas platibandas, obrigatórias nas fachadas de frente, bem como nos vãos de portas e janelas externas* (PINTO SANTIAGO, s/d, p.11. Grifo do autor).

¹¹⁸ CAVALCANTI, 1996 apud PASSOS; PEDROSA, s/d, p. 7.

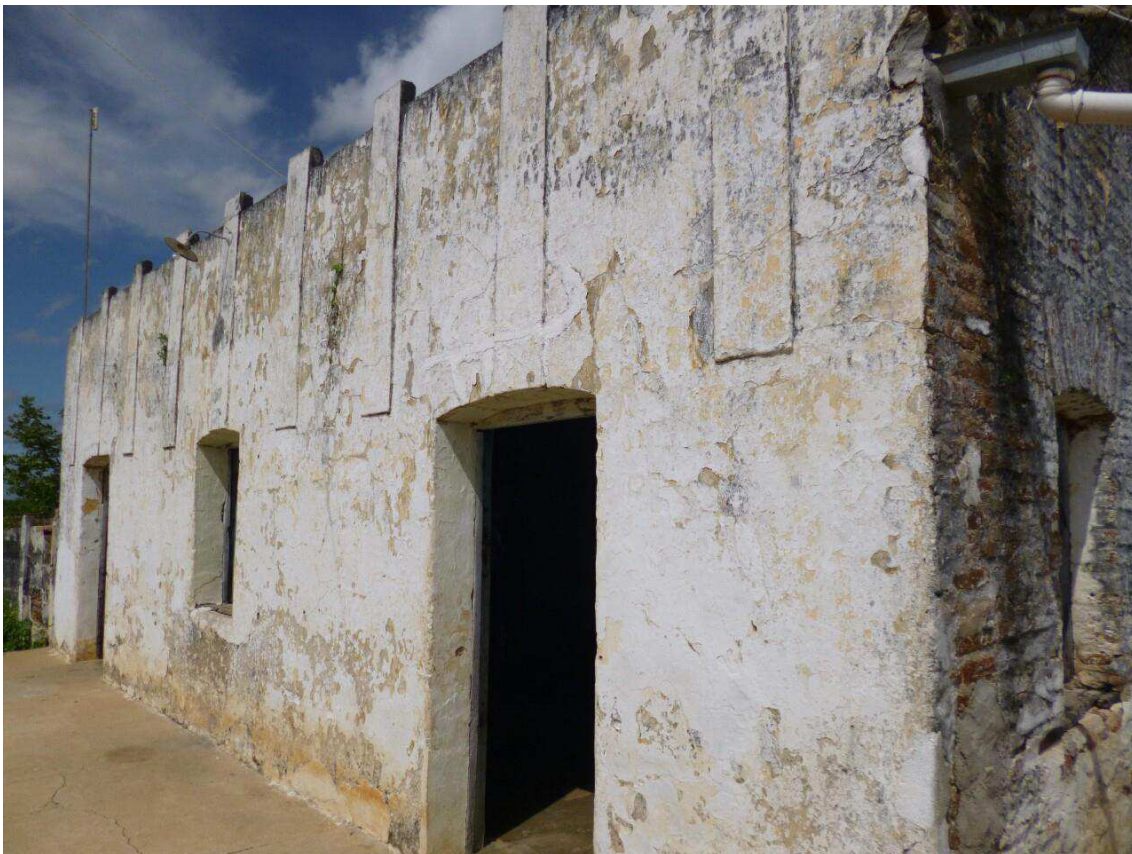


Figura 20: Platibanda da casa de Chico Bezerra. Foto do autor (2017)

Percebemos que primordialmente funcional nas casas de telhado de caimento frontal dos centros urbanos, a platibanda é adotada também no meio rural. Mas nas casas de modelo “chalé” – cujos telhados possuem caimento para as laterais, já no século XX, a platibanda sofre uma ressignificação e passa a ser utilizada como elemento decorativo, perdendo assim sua característica funcional (Figuras 21 e 22).



Figura 21: Vista frontal e platibanda do chalé de Vicente Xavier. Foto do autor (2017).



Figura 22: Vista lateral e platibanda da Casa de Sady Wanderley. Foto do autor (2014).

Nas casas de nosso inventário, as platibandas foram construídas com variedade de formas e de adornos (contornos e formas geométricas em relevo). A casa de Chico Bezerra (rever figura 20) exemplifica claramente a utilização da platibanda nos centros urbanos, mesmo estando ela localizada na zona rural. Já nas casas de modelo “chalé” – *chalé de Vicente Xavier* e a casa de Sady Wanderley - as platibandas que passaram a ser usadas como elementos decorativos foram construídos com mais imponência e com maior prolongação para o alto.

Independentemente de sua presença ser funcional ou decorativa, a platibanda acabou por refletir em suas fachadas a influência do Art déco no sertão paraibano. O Art déco que surge nas primeiras décadas do século XX¹¹⁹, é um dos recursos arquitetônicos lançados à mão como um dos meios de modernização da vida urbana em que se apropriava “de temáticas distintas em busca de uma estética moderna de cunho decorativo (...)”¹²⁰.

Utilizando-se de estilização e geometrização, o Art déco buscava a uniformização dos elementos ornamentais nas fachadas¹²¹. Desse modo, ao observarmos as platibandas presentes nas casas de Sady Wanderley e no *Chalé de Vicente Xavier* – ambas do século XX - vemos a apropriação dessas influências como a utilização de listras, contornos e retângulos em alto relevo, preenchendo os espaços e criando, juntamente com as aberturas frontais, um conjunto que prezava pela simetria.

Essas mesmas características aqui descritas, constam entre os elementos decorativos do Art Déco presente em Campina Grande entre as décadas de 1930 e 1950, como foi notado por Marcus Vinícius Dantas de Queiroz, que estudou naquela cidade o processo de modernização que se instaurava no Brasil no século XX¹²². Não somente corroborando a influência e a repetição de elementos na zona rural, a presença desses elementos revela também a circulação dessas influências, no caso, no contexto do território paraibano.

Além do uso da platibanda, como elemento funcional e decorativo, destaca-se também o uso de arcos nos vãos que se abrem para o exterior de algumas residências. Na *Casa velha* e na casa de Chico Bezerra utilizou-se o arco abatido (Figura 23). Na primeira, apenas nos vão frontais e na segunda em todos os vãos do corpo original da casa. No *Chalé de Vicente Xavier*

¹¹⁹ QUEIROZ, 2010/2011, p. 113.

¹²⁰ QUEIROZ, 2010/2011, p. 122.

¹²¹ PINHEIRO, 1997, pp. 205-206 apud QUEIROZ, 2010/2011, p. 114 -115.

¹²² QUEIROZ, 2010/2011, p. 116.

temos a utilização do arco pleno nos vãos frontais e laterais (Figura 24). Já na casa de Aquilino Marques, houve o uso do arco reto (Figura 25).



Figura 23: Arcos abatidos na *Casa velha* e casa de Chico Bezerra. Fotos do autor (2017).



Figura 24: Arco pleno do chalé de Vicente Xavier. Fotos do autor (2017).



Figura 25: Janela com arco reto na casa de Aquilino Marques. Foto do autor (2017).

Quando utilizados em vãos (portas e janelas), o arco tem a finalidade de transportar o peso da construção para os lados aliviando a pressão sobre a verga¹²³, que no sertão é comumente de madeira e compõe o caixilho (Figura 26). Nas casas de nosso inventário, as paredes são compostas de duas fiadas de tijolos, desse modo uma delas tem o peso caído

¹²³ BARISON, Maria Bernadete. Arcos. **Geométrica:** desenho geométrico. Disponível em: http://www.uel.br/cce/mat/geometrica/php/dg/dg_8t.php Acesso em: 27/07/2017 às 10:28.

sobre a verga superior, que juntamente com as vergas laterais sustentam o uso das janelas e portas. A outra fiada foi dedicada ao uso do arco, como podemos perceber na figura 24.



Figura 26: Caixilho (Casa de Sady Wanderley). Foto do autor (2014)

No Brasil, a utilização de arcos em portas e janelas é uma importante característica da arquitetura colonial, assim como os ornamentos (frisos) que acompanham essas aberturas. Em publicação na Revista do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1945, José Wasth Rodrigues¹²⁴ observa essas características nos mais diferentes lugares do Brasil. Segundo o autor¹²⁵, janelas ornamentadas com contornos já aparecem em Niterói, Pará e São Luís em fins dos setecentos; no norte, os frisos que emolduram as janelas se arrematam para o alto formando curvas. Embora a utilização de arcos (plenos e abatidos) esteja presente em três das seis casas analisadas, apenas a *Casa velha* possui a utilização de frisos em alto relevo que emolduram as formas das portas e janelas (Figura 27).

¹²⁴ RODRIGUES, José Wasth. A casa de moradia no Brasil Antigo. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1945, n. 9, p. 159-190.

¹²⁵ RODRIGUES, 1945, Pp. 175-186.



Figura 27: Frisos em alto relevo que emolduram as aberturas frontais da *Casa velha*. Foto do autor (2017).

Na mesma publicação, Rodrigues nota traços de parentesco entre a arquitetura residencial e a religiosa, que, no entanto, como o mesmo atenta, não teve a influência de uma sobre a outra¹²⁶. Um desses traços se diz respeito às janelas, que em alguns lugares do Brasil revelava afinidade entre as duas arquiteturas, tanto pelo uso do arco, como pelos ornamentos¹²⁷. Mas, como alerta o autor, o parentesco entre essas duas arquiteturas não vai além desses pormenores, cujo uso paralelo de traços explica-se mais pelo contato do que exatamente por uma imposição artística, resultado da mão de obra e dos materiais utilizados em comum¹²⁸.

¹²⁶ RODRIGUES, 1945, p. 188.

¹²⁷ RODRIGUES, 1945, p.189.

¹²⁸ RODRIGUES, 1945, p. 188-189.

2.4. A moradia sertaneja e seus construtores.

A arquitetura residencial sertaneja, seja ela do século XIX ou XX, quer seja pela imponência de suas estruturas ou de suas fachadas, imprime em seus admiradores e estudiosos a dúvida sobre quem eram os responsáveis por essas construções. Estudá-las ou analisá-las somente, não faria sentido se apesar das escassas informações, não discutíssemos sobre a mão de obra que erigiu essas residências no sertão paraibano, e que seriam, já no século XX, os responsáveis por modificarem a casa sertaneja às novas influências, cuja discussão já fizemos anteriormente.

As poucas informações que aqui citamos são resultado mais de uma garimpagem em trabalhos precedentes sobre a moradia no nordeste brasileiro, do que especificamente de um trabalho que tenham esses construtores como objeto de pesquisa sobre o qual tenhamos tido acesso.

De acordo com o artigo de Fernanda Santos Gentil Araújo e Jair Diniz Miguel (2008) sobre *A arquitetura rural e sertaneja no Rio Grande do Norte*¹²⁹, no Brasil, as técnicas construtivas que para cá vieram fizeram parte de duas vertentes: a erudita, representada pelos engenheiros militares, responsáveis por tratados de fortificações e que detinham conhecimento, mesmo que rudimentar, da Física e da Química, além de utilizarem instrumentos de medição; e a popular, representada pelos Mestres de Ofícios, cujos conhecimentos de origem Românica e Medieval, acumulados durante séculos eram transmitidos oralmente para os aprendizes¹³⁰.

As Organizações de Ofício, proibidas pela Constituição de 1822, eram responsáveis pela transmissão dos conhecimentos dos Mestres de Ofício¹³¹, provavelmente, por meio delas, toda a técnica popular de construção deve ter se irradiado pelo país.

Sobre o sertão paraibano, há referência ao mestre de obras Simão Barbosa Moreira, o mestre pedreiro responsável pela construção da Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso em Pombal em 1721¹³². Segundo Christiane Finizola Sarmiento (2007), o mestre pedreiro Simão

¹²⁹ ARAÚJO, Fernanda S. Gentil; MIGUEL, Jair Diniz. *Arquitetura rural e sertaneja no Rio Grande do Norte*. In: **Encontro de História da Arte**, 4., 2008, IFCH/UNICAMP. p. 43-54.

¹³⁰ ARAÚJO; MIGUEL, 2008, p. 45-46.

¹³¹ ARAÚJO; MIGUEL, 2008, p. 46

¹³² SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697 – 1800**. 2007. 162 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007. p. 101.

Barbosa Moreira assinou a Escritura de Obrigação para a construção da Matriz, o que se supõe que ele “deveria ter conhecimentos mais apurados sobre a construção civil – pois saber escrever o próprio nome era privilégio de poucos à época”¹³³. É provável que a citação ao mestre pedreiro Simão Barbosa Moreira, esteja relacionada ao fato de ser ele o responsável pela construção de um prédio religioso.

Em uma época em que as residências sertanejas eram feitas de taipa, característica que só mudaria no século XIX, questionamos se o referido mestre pedreiro também se responsabilizaria sobre essas construções, ou se o fato de Simão Barbosa souber ler e assumir a construção de um prédio religioso o colocaria em um segmento diferenciado dos construtores da época. Nessa mesma perspectiva, se junta esta indagação a outro questionamento baseado na afirmação de José Wash Rodrigues: até que ponto a afirmação sobre o uso comum de mão de obra na arquitetura religiosa e residencial se aplicaria ao sertão paraibano? Logicamente que tal questionamento se revela difícil de responder, principalmente se considerarmos as poucas referências aos responsáveis pelas construções dessas moradias do sertão paraibano, o que, no entanto, não retira a sua importância para um eventual estudo que se dedique a esta temática.

Se nos detemos sobre o século XIX, as referências sobre os construtores no Brasil se atém aos arquitetos que para aqui vieram juntamente com as ideias de modernização diretas da Europa. Exemplifica-se, nesse caso, o arquiteto Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, convidado por D João VI, em 1816, cuja presença marca uma característica daquela época, quando a maioria dos profissionais que atuavam no Brasil em construção de edifícios eram todos estrangeiros, situação que mudaria com a fundação da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro¹³⁴.

Por suas formações, tanto os estrangeiros quanto os que se formariam na Academia Imperial de Belas Artes, arquitetos e engenheiros deveriam ter sua área de atuação vinculada aos centros urbanos mais importantes do país. No Ceará, por exemplo, “Os projetistas (...) Eram em sua maior parte estrangeiros ou seus descendentes diretos, tais como Paulet, Gouveia, Foglare, Berthot, Thérbege, Privat, Seiffert, Herbster e mais uns quantos de metes de obras portuguesas”¹³⁵.

¹³³ SARMENTO, 2007, p. 102.

¹³⁴ PINTO SANTIAGO, s/d, p. 3.

¹³⁵ CASTRO in FABRIS, 1987, 213 apud PINTO SANTIAGO, s/d, p. 7.

Em Campina Grande durante as primeiras décadas do século XX, os primeiros projetos que intencionavam dar feições modernas a cidade couberam aos técnicos, pedreiros e mestres de obras, mas são os nomes de arquitetos como Isaac Soares e Josué de Sousa – responsáveis pelo projeto de grande parte dos edifícios nas décadas de 30 e 40¹³⁶ - que podem ser conhecidos.

Entre os profissionais de formação e aqueles cujos conhecimentos advinham do saber popular e da experiência, é provável que nas áreas interioranas, como o sertão paraibano, deveriam caber a esses últimos a responsabilidade de construir as casas dos integrantes das classes mais abastadas, entre elas, aquelas ligados à economia da pecuária. No entanto, não podemos desconsiderar que os pedreiros e mestres de obras não conseguissem replicar as características procedentes de trabalhos especializados em outras áreas do país. Se partirmos do fato que estilos arquitetônicos como o Art déco circularam pelo sertão paraibano, é possível que isso fosse resultado também da circulação dessa mão de obra.

¹³⁶ QUEIROZ, 2010/2011, p. 111-122.

2.5. Currais

Como vimos, o sertão paraibano notabilizou-se pela pecuária, atividade que promoveu a colonização do interior da Paraíba. A atividade criatória exigia indispensavelmente a construção de currais, que juntamente com a casa representava o marco de assentamento dos colonizadores que vieram para essa região. O curral era essencial para o trato do gado e designava tanto o cercado propriamente como a casa. Na pesquisa que empreendemos sobre a arquitetura residencial, o curral está presente em cinco residências. A exceção é o chalé de Vicente Xavier, situado no perímetro urbano de Paulista.

Quando apegados ao corpo da residência, como na casa de Chico e João Bezerra, estes se localizam à direita da casa (Figuras 28): “Para chamar a sorte, a fazenda deve olhar para o nascente e os *currais devem ficar a direita* [Grifo nosso]”¹³⁷. Nas demais casas inventariadas, o curral se situa a determinadas distâncias das residências.

Entre os currais visitados, o da casa de Aquilino Marques parece ser o único totalmente contemporâneo à construção daquela residência, em 1910 (Figura 29). Teve como matéria prima a madeira extraída do pereiro - *Aspidosperma pyrifolium* Mart.¹³⁸ - (Figura 30), árvore da Caatinga, e cuja existência na área em que foi construída a casa possibilitou o seu uso como matéria-prima das portas e janelas (Figura 31).



Figura 28: Currais das casas de Chico Bezerra e João Bezerra. Fotos do autor (2017).

¹³⁷ LIMA RABELO, 1935; SILVA, 1991 apud DINIZ, 2013, p. 166

¹³⁸ SOUSA, Marcos A. N. de. et al. Intoxicações naturais e experimentais em *Aspidosperma pyrifolium* Mart. (Pereiro). **Revista Saúde e Ciência: On line**, p. 229-239, set./dez., 2014. p. 229.



Figura 29: Curral da casa de Aquilino Marques. Foto do autor (2016).



Figura 30: Árvore Pereiro. Foto do autor (2017); porta e janela da casa de Aquilino Marques. Fotos do autor (2016).

Embora o curral presente na casa de João Bezerra pareça ser também da época em que foi construída a residência, este é composto de paredes de alvenaria e de cerca de arame farpado. Desse modo, é provável que a parte sem alvenaria tenha sido refeita ao longo dos anos.

Quando construído em alvenaria, eles não eram compostos simplesmente de tijolos amontoados na formação da parede, mas parece ter existido uma diferenciação estilística, como podemos perceber nas paredes dos currais das casas de Chico e João Bezerra (Figura 31).



Figura 31: paredes dos currais da casa de Chico Bezerra e João Bezerra. Fotos do autor (2017).

2.6. Sala, quarto e cozinha: o arranjo espacial das moradias sertanejas.

Ao longo dos 110 anos que compõem o recorte temporal dessa pesquisa, as casas sertanejas passaram por algumas mudanças no arranjo espacial de seus cômodos. Do número de salas incomuns – chegando a três – para os padrões atuais das moradias populares à presença de cômodos não tão comuns – como a copa – podemos perceber características em seus interiores compartilhadas por outros lugares do Nordeste e, embora a maioria esteja situada na zona rural, também por áreas urbanas.

A falta de fontes sobre as casas do século XVII e XVIII no sertão paraibano nos impossibilita de conhecer a organização espacial de seus cômodos e, por conseguinte, torna difícil afirmarmos se as casas construídas no século XIX e XX deram continuidade no arranjo de seus cômodos ou se houve alterações significativas. Aparte a essas lacunas, o objetivo dessa pesquisa é conhecer a casa sertaneja – o que até agora só fizemos externamente. A partir de agora adentraremos nesses espaços e conheceremos, junto com o leitor, as características dessas casas entendendo-as a partir de aspectos da sociedade brasileira e, especificamente, da sociedade sertaneja.

Nas casas que inventariamos não só se diferencia a organização dos setores – principalmente o social e o íntimo como também a forma de circulação dentro do ambiente da casa. Percebemos que no século XIX a circulação dentro das residências dava-se por um corredor, a partir do qual se tinha acesso aos demais cômodos, como salas, quartos e cozinha.

A *Casa velha* e a Casa de Chico Bezerra, ambas construídas no século XIX, são exemplos de residências cuja circulação interna era feita por um corredor central. Na primeira, ao longo do corredor se encontram dispostas as aberturas de acesso aos quartos, situados à direita e à esquerda, como podemos visualizar na reprodução de sua planta baixa (Figura 32):

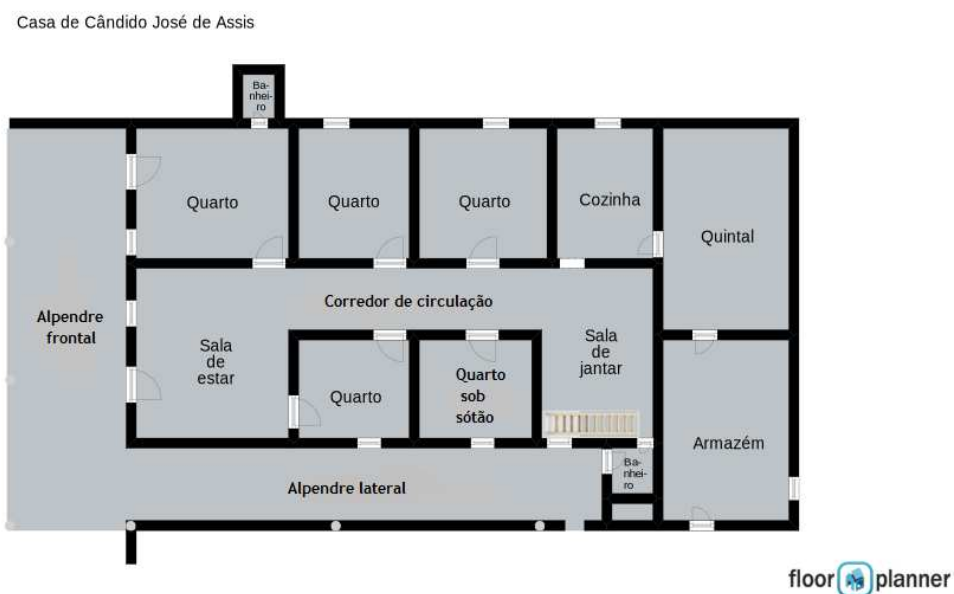
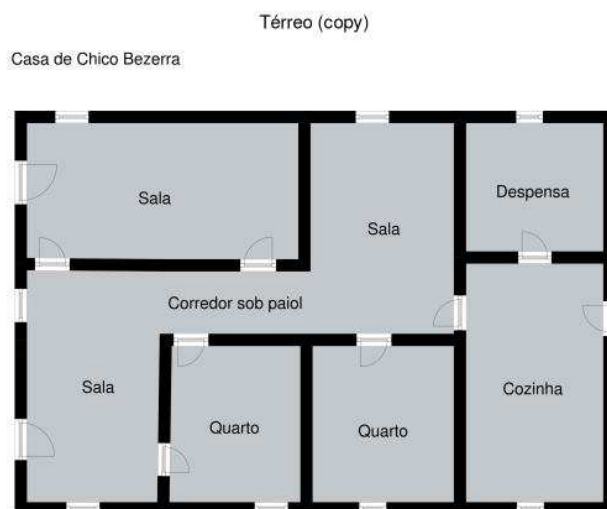


Figura 32: Reprodução da planta baixa atual da *Casa velha*. Construção do autor. Fonte: Floorplanner.

Na casa de Chico Bezerra, ao longo do corredor se encontra o acesso a um dos quartos e à segunda sala frontal, como podemos perceber em sua planta baixa (Figura 33). Os caixilhos presentes no início do corredor (Figura 34) deixam evidente que ali havia uma porta indicando que o acesso ao corredor por meio da sala frontal poderia ser trancado.



floor  planner

Figura 33: Reprodução da planta baixa atual da casa de Chico Bezerra. Construção do autor. Fonte: Floorplanner



Figura 34: Corredor de circulação da Casa de Chico Bezerra. A presença de caixilho é um resquício de uma porta antigamente existente. Foto do autor (2017).

Essa característica não está presente apenas no sertão paraibano, mas também em outros lugares do Nordeste. Em casas do Piauí, construídas no século XIX, o corredor também está presente como forma de promover a circulação no interior da residência¹³⁹,

¹³⁹ DINIZ, 2008, pp. 160-161

assim como no Seridó¹⁴⁰, que foram descritas por Nathália Diniz (2008)¹⁴¹ e que apresentam características significativamente semelhantes com as residências do sertão paraibano:

Há em média, duas ou três salas nas casas rurais seridoenses. A primeira sala, chamada de “sala da frente” é a que se segue ao alpendre (quando existente), ela pode ocupar toda a largura da edificação. Há também uma segunda sala que pode estar disposta ao lado da sala da frente ou contígua a ela. É comum, essas duas salas estarem abertas ao exterior, e interligadas a diversos cômodos da edificação. E a terceira sala é a de refeição, chamada no Seridó de sala de trás ou sala de janta. Ela se localiza seguinte a sala de frente ou à segunda sala, ou então ao final do corredor. (...) A exemplo do alpendre, as mulheres também não utilizavam esse cômodo; elas faziam suas refeições na cozinha. O uso da sala cabia somente aos homens, sem distinção social, reunindo-se ali proprietários e trabalhadores. Quando o elo de ligação entre a parte frontal da casa com a parte posterior é feito por um corredor, é comum esse ter uma porta dividindo essas duas áreas, resguardando assim a área íntima da família (DINIZ, 2008, p. 107. Grifo nosso).

No século XIX, a circulação por meio de corredor é extinta e agora a ligação entre os ambientes por aberturas predominará. Assim essa característica estará presente nas casas que inventariamos construídas no século XX¹⁴². Provavelmente o modelo “chalé” influenciou a nova forma de circulação do interior, já que o seu surgimento é um dos elementos modernizantes que representarão uma maior abertura da família patriarcal por influência dos costumes europeus¹⁴³, influência esta que, em se tratando do resguardo a vigilância familiar ainda subsistiria, agora criando outras formas de policiamento. Assim, a extinção do corredor da planta e a ligação entre os cômodos por várias portas – que se estenderá aos quartos, aspectos sobre o qual nos deteremos mais adiante – facilitará a vigilância dos pais em relação às filhas.

Nos primeiros exemplares das habitações, a sala era única e seu número aumentará assim que invadimos os séculos, chegando a duas (receber e comer) e aumentando ainda mais

¹⁴⁰ Segundo Nathália Diniz (2008), o Seridó é uma região do sertão do Rio Grande do Norte que se desenvolveu com a indústria criatória e algodoeira, fazendo do Estado até o século XIX o principal fornecedor de gado de corte para a Paraíba e Pernambuco.

¹⁴¹ Cf. DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. 205 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹⁴² A exceção é a casa do Coronel José Avelino, genro de Cândido José de Assis, que construída em 1936 preservou algumas características da *Casa velha* como telhado caído para as extremidades e corredor como meio de circulação entre os ambientes. A casa do Coronel José Avelino não consta em nosso acervo.

¹⁴³ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 91.

no século XVIII¹⁴⁴. Quando uma, ou mais de uma sala presente nas residências, compunham o setor social que “(...) na ausência dos terreiros de engenho, das varandas rurais ou urbanas ou jardins, faz a transição entre o exterior (mundo) e o interior (doméstico)”¹⁴⁵.

No sertão paraibano encontramos nas residências do século XIX o número de três salas: duas frontais e uma posterior, cuja ligação se dava pelo corredor. A quantidade de salas permanecerá ainda no século XX, nos modelos chalé. A exceção é o *Chalé de Vicente Xavier* que apresentando somente duas salas - estar e comer – parece representar o retorno às características do setor social de séculos anteriores e cuja configuração passaria a perdurar até os dias de hoje (Figura 35).

Planta-baixa: Casa de Vicente Xavier

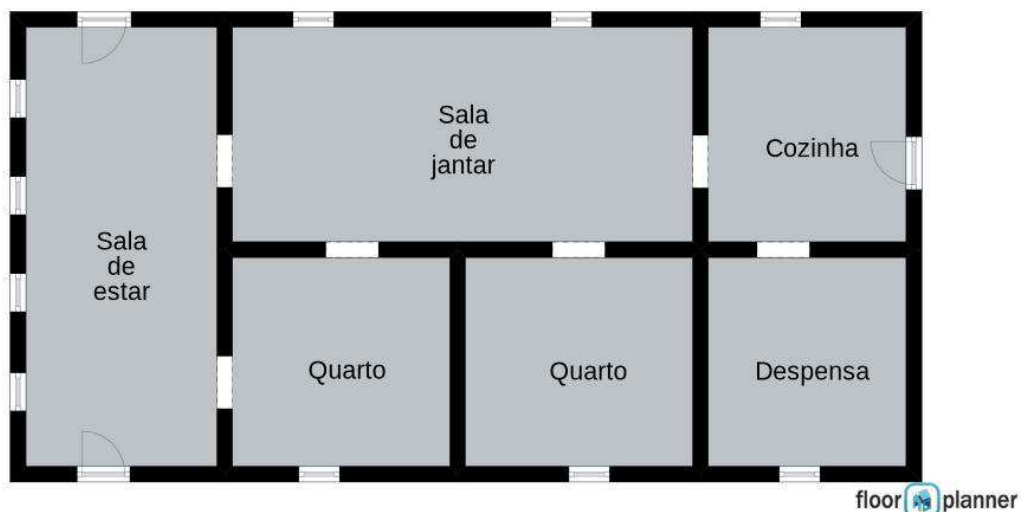


Figura 35: Reprodução da planta baixa do chalé de Vicente Xavier. Construção do autor. Fonte: Floorplanner.

Mesmo construída em 1922, o *Chalé de Vicente Xavier* não marcou o fim da existência de três salas nas casas do sertão paraibano, pois, construída em 1935, a casa de Sady Wanderley exemplifica ainda a perpetuação desse modelo: duas frontais e uma na sequência (Figura 36).

¹⁴⁴ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 57.

¹⁴⁵ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 57.

Planta-baixa: casa de Sady Wanderley



floor  planner

Figura 36: Reprodução da planta baixa atual da casa de Sady Wanderley. Construção do autor. Fonte: FloorPlanner

A diferença reside na disposição, já que nas casas do século XIX era comum a existência de salas posteriores, situadas depois do setor íntimo, característica que mudará no século XX, quando ambos os setores serão dispostos lado a lado. Isso se deve ao fato de que será pelas salas (estar e comer) que se dará a circulação dentro das residências.

É importante que consideremos que ao longo da história da casa brasileira, o grande número de salas representava o uso de funções diversas, chegando a ter “salas de espera, de jantar, escritórios, salas de música, bibliotecas a até salões de baile”¹⁴⁶. Essa característica seria mais urbana. No meio rural nordestino, e especificamente o paraibano, indagamos se a existência de três salas possuía funções específicas que não somente o estar e comer.

No sertão se vivia particularmente nas fazendas e as idas às cidades quando aconteciam se dava em virtude das festas religiosas - ao menos uma ou duas vezes por ano¹⁴⁷. Por esse motivo, é provável que as relações sociais no sertão se dessem mais no íntimo da casa, mesmo considerando que no sertão do século XIX as distâncias entre as fazendas provavelmente tornariam essas relações pouco usuais, mas se acontecidas, seria na sala, ou no alpendre, caso este fosse presente na moradia. Desse modo,

¹⁴⁶ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 57.

¹⁴⁷ FALEI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: Mary Del Priori (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. cap. 8, p. 202-231. p. 206.

A sala, no período colonial, era o espaço destinado a receber os estranhos, ato de receber em casa, envolto por grande cerimonial, quase ritualístico, porque os encontros davam-se principalmente no domínio do público do coletivo, na igreja, na praça (...) (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 60).

Quanto à mobília, Nathália Diniz (2008) percebeu que no sertão seridoense, o mobiliário da sala é “somente composto por bancos de madeira, tamboretas com assentos de couro, cadeiras de encosto cobertas de couro e de sola¹⁴⁸”. No sertão paraibano não devia ser diferente. Mesmo as casas abastadas possuíam mobiliário restrito onde se fazia uso de materiais provenientes da economia local, como o couro, para produzir o que era necessário.

Se observarmos inventários produzidos no sertão de Piranhas no século XVIII e que constam na dissertação de Janice Correia Silva (2013), veremos que o mobiliário não variará de mesas, caixa, canastra, e não muito usual, a cama coberta de couro¹⁴⁹.

Embora o mobiliário fosse restrito, se considerarmos com as características da sociedade atual, a Capitania da Paraíba foi destino de um considerável afluxo de mercadorias em fins do século XVIII e início do XIX vindos de portos das Capitanias de Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte¹⁵⁰. Tal característica não deveria ter se alterado ao longo do século XIX. Citando Paiva (2009), Silva (2013)¹⁵¹ nos diz que “Se produtos como tecidos finos, louças e etc, afluíam para aí [Paraíba] é porque havia um mercado consumidor para os mesmos”. No entanto, é possível que essas mercadorias se tratassem de produtos finos exportados, e que objetos do mobiliário sertanejo como baús, mesas, canastras e cadeiras provavelmente fossem produzidos na mesma região.

¹⁴⁸ DINIZ, 2008, p. 210.

¹⁴⁹ SILVA, Janice Correia. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, capitania da Parahyba Norte** (segunda metade do século XVII). 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013. p. 81.

¹⁵⁰ PAIVA, 2009, p. 37 apud SILVA, 2013, p. 67.

¹⁵¹ PAIVA, 2009, apud SILVA, 2013, p. 67.

2.7. O quarto e a interligação de cômodos na casa sertaneja.

Ao longo da história da casa brasileira o quarto modificou-se à maneira que a sociedade também modificava os seus costumes, por influências que no século XIX se devem principalmente à vinda da família Real para o Brasil e a incorporação do desejo de modernidade, embora que nos três primeiros séculos de colonização nenhuma mudança significativa fosse notada¹⁵². Assim teremos a alcova, que na sociedade patriarcal situava-se geralmente no meio da casa e sem comunicação com o exterior – símbolo do cuidado e zelo com as mulheres de casa, principalmente as filhas: “À dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, ou camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas. Mais uma prisão que aposento de gente livre”¹⁵³.

A partir do século XIX, as alcovas perdem lugar na casa patriarcal e ganham janelas se transformando em quarto¹⁵⁴. Já era a influência da modernidade sobre a rigidez dos costumes patriarcais – assunto que já abordamos previamente. A modernidade que impunha pouco a pouco mudanças sobre a velha sociedade patriarcal, principalmente na criação das filhas mulheres, não vai, no entanto, se caracterizar pelo desapego total dos pais em relação à liberdade das filhas. Se a alcova ganhou janelas, agora era preciso novas formas de policiamento. E para isso existirá

(...) vários acessos para o quarto. Teremos um pelo alpendre – corredor, e outro que se fará por uma circulação interna, através de portas alinhadas em fila para a qual se abrem todos os quartos a partir da sala. A privacidade ainda está sujeita a policiamento, representado pela porta de ligação presente entre quartos, partido que por muito tempo se fará presente. (VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 91)

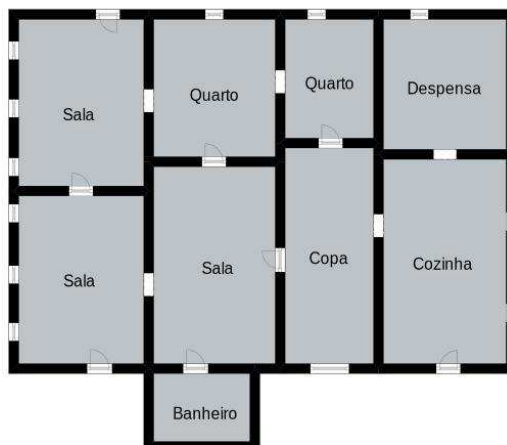
A ligação entre a sala e o quarto esteve presente em todas as residências inventariadas, mas foi na casa de Sady Wanderley, construída em 1935, que encontramos as características descritas por Veríssimo & Bittar (1999), como poderemos visualizar na reprodução de sua planta baixa (Figura 37).

¹⁵² VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 89.

¹⁵³ FREYRE, 2003, p. 2019.

¹⁵⁴ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 90.

Planta-baixa: casa de Sady Wanderley



floor planner

Figura 37: Reprodução da planta **original** da casa de Sady Wanderley¹⁵⁵. Construção do autor. Fonte: Floorplanner.

Originalmente, se tinha na Casa de Sady Wanderley, a partir de uma das salas frontais, a ligação com o primeiro quarto que se ligava ao quarto posterior por outra porta – ligação que hoje se encontra bloqueada. A partir dele se tinha acesso à copa.

A falta de conhecimento aprofundado do cotidiano do sertão paraibano, e, portanto, dos seus costumes, nos impede de conhecer se essa característica reflete no desenho da casa a moralidade ainda vigente – herança da sociedade patriarcal que ainda se refletiria em 1935, ou se se trata da reprodução de um modelo arquitetônico sem qualquer compromisso como o modo de vida daquela época, embora tais características afinassem com as influências da vida urbana que já se modificavam desde o século XIX.

A interligação de cômodos não ficou restrito apenas aos quartos. Com ligações entre salas-quartos e salas-salas e até mesmo quarto-copa, essas casas permitiam criar meios de circulação independentes, que fazendo uso de portas nessas aberturas, poderiam evitar – caso fosse necessário - certos cômodos da residência.

A casa de Sady Wanderley, por exemplo, possuía portas em todas as aberturas internas e se poderia chegar à cozinha utilizando-se de dois modos de circulação diferentes: um por sala-sala-copa-cozinha e outro por sala-quarto-quarto-copa-cozinha (Figura 38).

¹⁵⁵ O banheiro embora conste na reprodução da planta baixa original foi construído posteriormente.

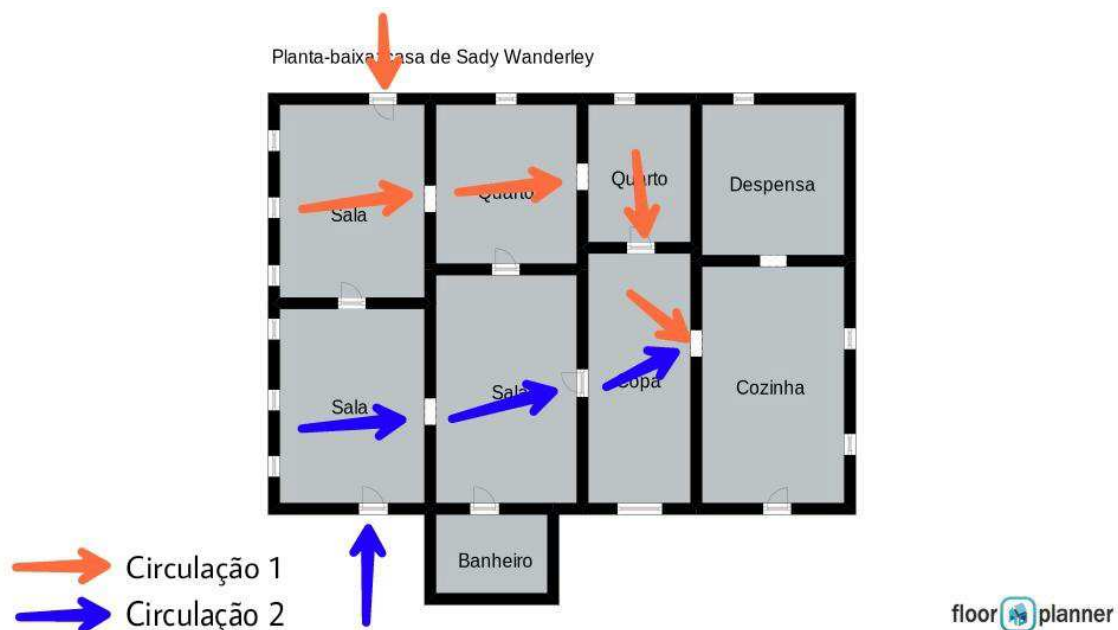


Figura 38: Exemplificação das opções de circulação na Casa de Sady Wanderley. Construção do autor. Fonte: Floorplanner e PicsArt.

Assim como o exemplo anterior, tanto a casa de Chico Bezerra quanto a de João Bezerra (Figura 39) também possuem cômodos interligados que fogem ao padrão atual das moradias sertanejas, principalmente no que se refere aos modelos de residências que dispensam o trabalho de arquitetos. Nas demais residências a interligação de cômodos ficou restrito apenas a sala-quarto, como na Casa de Aquilino Marques (Figura 40) e *Chalé de Vicente Xavier* (rever Figura 35 na página 69) ou quando muito entre as duas salas frontais (rever planta baixa da *Casa velha* na página 65).



floor planner

Figura 39: Reprodução da planta baixa da Casa de João Bezerra¹⁵⁶. Construção do autor. Fonte: Floor planner.

Planta-baixa: casa de Aquilino Marques



Figura 40: reprodução da planta baixa da casa de Aquilino Marques. Construção do autor. Fonte: Floorplanner.

A sociedade paraibana, como nos diz José Octávio de Arruda Mello¹⁵⁷, era também uma sociedade patriarcal e religiosa, onde o proprietário gozava de poderes absolutos que se

¹⁵⁶ É possível que o quarto situado à esquerda e a *despensa* não se trate de tais cômodos. As funções primordiais podem ser distintas das aqui identificadas. Trata-se, portanto, de uma identificação empírica.

¹⁵⁷ Mello, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba** – lutas e resistências. João Pessoa: A União, 1994. p. 30.

estendia a tudo e todos que estivessem no limite de sua propriedade e nesse sistema, as mulheres não dispunham de grande liberdade. No século XIX, os costumes arraigados das famílias patriarcais pouco a pouco se abriam às novas influências, mas, como vimos, as filhas ainda permanecem sob o constante olhar dos pais.

De acordo com Veríssimo & Bittar, a mulher será muitas vezes a alavanca de transformações do ato de morar brasileiro¹⁵⁸. As ligações entre os quartos, que substituíram as alcovas, devem-se às mulheres porque antes de tudo, a vigilância ainda era necessária. Essa preocupação, no entanto, estava atrelada à importância do casamento na sociedade patriarcal, em que “(...) essa rigidez pode ser vista como o único mecanismo existente para a manutenção do sistema de casamento, que envolvia a um só tempo aliança política e econômica”¹⁵⁹.

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (30, 40 e 50), Zélia Maria Mendes Biasoli Alves demonstra em *Continuidades e rupturas do papel da mulher brasileira no século XX* que nem sempre o cuidado e o zelo à privacidade e intimidade das filhas parte dos pais, já que “(...) o processo de socialização empregado pelos adultos, para estabelecer o controle sobre o comportamento, imprime, desde cedo, na menina, a auto-restrição”¹⁶⁰. Desse modo, “fatores essenciais estão presentes numa prática que gera, além de disposição para obedecer, um conhecimento claro do que é certo e do que é errado, bem como a capacidade de se auto conter”¹⁶¹.

O que tentamos gerar com essa discussão é entender se a interligação dos cômodos, presente nas casas sertanejas, se relaciona de alguma forma com as características da sociedade patriarcal, principalmente no que tange a vida íntima das mulheres - essencialmente as filhas.

Se partirmos do pressuposto de que a ligação entre os quartos representou, até certo ponto, a maior abertura da família patriarcal à modernização da vida urbana - que no desenho da casa representou a extinção da alcova -, mas que, no entanto, essa forma de vigilância sob as filhas, em que havia sempre o receio de que elas transgredissem os costumes morais, em parte pela importância que o casamento tinha nessa sociedade, persistiu ainda nas primeiras décadas do século XX, como nos afirma Biasoli Alves, é provável que a presença dessas características nessas casas se devesse ainda ao papel da mulher na sociedade sertaneja.

¹⁵⁸ VERÍSSIMO E BITTAR, 1999, p. 21.

¹⁵⁹ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: Mary Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. cap. 7, p. 187-201. p. 196.

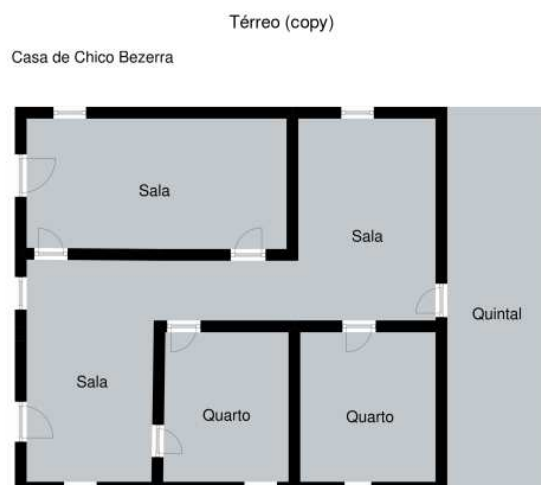
¹⁶⁰ ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. Continuidade e rupturas no papel da mulher no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 16, p. 233-239, set./dez. 2000. p. 235.

¹⁶¹ BIASOLI ALVES, 2000, p. 235.

Mas é possível também que em certos exemplos, como a casa de Sady Wanderley, e mesmo a de João Bezerra, tais características fossem apenas a repetição de um modelo por influência da vida urbana, em que o seu dono tinha total capacidade de reproduzi-lo no meio rural, e desse modo, sem relação com um exacerbado desejo de privacidade familiar, pelo menos, sem considerarmos o cuidado incondicional sobre a prole.

Símbolo da cozinha sertaneja, principalmente na zona rural, a presença do fogão fora do corpo original da casa, nos exemplares construídos no século XIX, tornou esse o cômodo mais difícil de identificar nas casas desse período. Utilizamos a palavra *original*, pois em duas residências – a *Casa velha* e a Casa de Chico Bezerra – o fogão migrou para dentro posteriormente à construção das mesmas. Logo, a dificuldade de identificar o cômodo que cumpria essa função. A *Casa velha* possuía uma sala junto à sala de trás ou posterior – hoje a cozinha - desconsiderando as salas frontais. Se tomarmos como exemplo as casas seridoenses descritas por Nathália Diniz (2008), seria nesse cômodo que funcionaria a cozinha, onde se daria o preparo da alimentação, cabendo ao fogão situado fora da casa, no quintal, sob um pequeno alpendre, o cozimento dos alimentos.

A casa de Chico Bezerra teve a cozinha construída posteriormente, juntamente com a *despensa* (rever planta baixa atual na página 66). Logo, o fogão se situava também fora da residência. Mas esta possui apenas uma sala de trás que provavelmente se tratava da sala de jantar, se considerarmos novamente a descrição de Diniz (2008). Diante da inexistência de outro cômodo dedicado às funções de cozinha, é possível que num primeiro momento essa sala também fosse usada como cozinha, enquanto o fogão se localizava no quintal (Figura 41).



floor  planner

Figura 41: Reprodução da planta baixa original da Casa de Chico Bezerra. Construção do autor. Fonte: Floor planner.

Nos primórdios da casa brasileira o afastamento do fogão do corpo da residência foi, nas palavras de Carlos Lemos, uma medida não só de precaução, como de conveniência, pois

[...] a umidade do ar, essa questão de temperatura relativa, fez com que fossem tomadas providências importantes como, por exemplo, o afastamento da cozinha, coisa que, em Portugal, nunca existiu. Lá a família curte unida o calor do trasfogueiro [sic], depois das refeições inverniais. (LEMOS, 1993, p. 97)

Se o clima motivou o afastamento da cozinha diferenciando-se de Portugal que necessitava do calor do fogão, o cuidado e a precaução também teve seu papel:

A cozinha apartada, mesmo separada totalmente da casa, foi uma das primeiras características da casa brasileira, desde a primeira construção em que a palha comparecia, pelo menos na cobertura, e, portanto, também sujeita a incêndios. Precaução antes de tudo. (LEMOS, 1993, p. 97)

O uso afastado da cozinha em relação ao corpo da casa permaneceu assim até o início do século XX quando “Ela deve ficar próxima aos quintais, no fundo da casa, porém dentro dela, com acesso fácil à sala de jantar das casas mais ricas ou à copa das casas da classe média” ¹⁶². É nesse século, no sertão, que as casas “chalé” já terão a cozinha com o fogão em

¹⁶² VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 112.

seu corpo principal, costumeiramente o último cômodo, compondo um modelo que perdura até os dias de hoje, mas ainda mantendo-a nos fundos da casa.

Na citação anterior notamos a presença da copa, espaço pouco comum na arquitetura sertaneja, principalmente aquela mais popular que dispensa o trabalho dos arquitetos. A casa de Sady Wanderley, já abordada na especificidade da interligação entre os quartos, reaparece aqui como o único exemplar que provavelmente possui este cômodo, que não aparenta tratar-se de uma sala de jantar, tampouco de uma cozinha, já que sua localização se dá anteriormente a ela (rever planta baixa na página 71).

Situada entre a terceira sala e a cozinha, e mantendo ligação com um dos quartos, esse espaço possui uma abertura em formato geométrico que dá para o terreiro sem a presença de janela para a vedação (Figura 42). Logo, era um ambiente aberto para o exterior e aparentemente mantinha duas portas de acesso à cozinha.



Figura 42: Copa da Casa de Sady Wanderley (detalhe interno e externo). Fotos do autor. (2016 - 2012)

De acordo com Veríssimo & Bittar (1999), a copa teve como antecessora a sala de viver. Nesse espaço “as mulheres assistem ao trabalho das escravas, sem o contato com a área social, principalmente se por lá existirem hóspedes, uma espécie de claustro¹⁶³”. Na sala de viver “a família e apenas ela se reúne para suas refeições informais, permitindo liberdade domésticas como arrotar à mesa ou expelir gases de forma barulhenta e malcheirosa”¹⁶⁴.

Na virada do século XIX para o XX, a sala de viver se transforma em salas de jantar nas casas de classe média, enquanto se associa a cozinha com a copa ou mesmo sala de

¹⁶³ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 116.

¹⁶⁴ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 117.

almoço nos palacetes, sendo o espaço destinado a refeições mais informais e privadas¹⁶⁵. Logo a questão que se impõe é sobre como este cômodo viria a estar presente, mesmo que de maneira incomum, na arquitetura residencial sertaneja.

Assim como a platibanda, característica tipicamente urbana, mas que encontrou também lugar na zona rural é possível que o uso da copa tenha sido também uma repetição de um modelo urbano com o qual o dono da casa tenha entrado em contato.

¹⁶⁵ VERÍSSIMO & BITTAR, 1999, p. 117.

2.8. Sótãos, tornos e caritós.

Como vimos anteriormente, a mobília sertaneja era bastante resumida e os baús, canastras e mesas tornavam-se os bens móveis mais usados entre os sertanejos abastados. Sem a diversidade de móveis da atualidade recorria-se aos espaços da própria casa como meio de suprir essa falta e, nesse exemplo, temos os sótãos, tornos e caritós presentes nas casas inventariadas.

A “casa de alvenaria, que permitia edificações mais amplas, com cumeeiras mais altas, (...) favoreceu o aparecimento dos sótãos” ¹⁶⁶. Provavelmente “surgiu mais como um aproveitamento do espaço gerado pela alta cumeeira do que como necessidade do programa arquitetônico” ¹⁶⁷. Em nossa pesquisa, o sótão e o paiol estiveram presentes em três residências. Embora sejam estruturas que podem ter funções semelhantes como guardar alimentos, eles são distintos entre si o que gerava em alguns casos a possibilidade da função de um cômodo.

Localizado sobre um dos quartos, o sótão da *Casa velha* (Figura 43) tem acesso em escada de madeira a partir da sala de trás ou de jantar com piso formado de tábuas sobre barrotes de madeira. Em seu interior foram construídos dois espaços em alvenaria com tampas de madeira semelhante a baús. Há também a presença de porta que poderia trancar o acesso, além de uma janela para ventilação. Não sabemos se ele funcionou especificamente como depósito de alimentos, lugar de pernoite, ou ambos, já que notamos a presença de um armador de ferro ¹⁶⁸.



Figura 43: Escada e abertura de acesso e interior do sótão da *Casa velha*. Fotos do autor (2017).

¹⁶⁶ MEDEIROS, 1983 apud DINIZ, 2008, p. 92.

¹⁶⁷ DINIZ, 2008, p. 107.

¹⁶⁸ Os armadores de ferro, ainda em uso nos lares sertanejos, vieram a substituir os tornos de madeira.

Encontramos outra estrutura na casa de João Bezerra, o que torna essa casa singular, pois se trata da única moradia em modelo chalé deste acervo que abriga um segundo piso. Para tal, a casa foi construída intencionalmente com uma parte mais alta (Figura 44) para ali abrigar o sótão – situado sobre um dos quartos (Figura 45). Ao contrário do sótão presente na *Casa velha*, este possui três lados livres, sem paredes. Sem escada fixa, ela devia ser posta e retirada de acordo com a necessidade. Visualizamos tornos de madeira no espaço, possibilitando o uso de redes de dormi, além de uma janela que auxiliaria ainda mais no arejamento.



Figura 44: Detalhe da parte elevada da Casa de João Bezerra que abriga o sótão. Foto do autor (2015).



Figura 45: Piso do sótão da casa de João Bezerra. Não pudemos visualizar a parte de cima do piso. Foto do autor (2017).

A existência na casa de João Bezerra de um cômodo que acreditamos ser a *despensa*, que nas casas do século XX terão as mesmas funções dos sótãos e paióis, ou seja, guardar alimentos ou apetrechos de uso diário, nos leva a pensar que o uso dessa estrutura poderia ter sido motivado mais pelo desejo de preservar um modelo do que por essencialmente por necessidade.

Já na casa de Chico Bezerra encontramos um paiol (Figura 46). Situado sobre o corredor, e de dimensões menores dos que os sótãos, este também não possuía escada fixa. A escada seria posta sempre que fosse necessário. Em seu interior visualizamos barrotes de madeira dispostos horizontalmente. Numa época em que não existiam as modernas formas de preservação de alimentos, provavelmente era neles que se pendurava a carne para o consumo da família.



Figura 46: Paiol da Casa de Chico Bezerra. Foto do autor (2017).

Os tornos de madeira (Figura 47) estiveram presentes em quase todas as casas visitadas. Insere-se como exceção a Casa de Sady Wanderley, onde somente encontramos os tornos (armadores) de ferro.



Figura 47: Tornos presentes nas residências. Fotos do autor (2017).

Apenas variando os formatos, estes supriam algumas necessidades ligadas ao dia a dia dos sertanejos. Os tornos em formato de cabide eram usados geralmente para pendurar apetrechos. Provavelmente era neles que se penduravam os arreios e roupa de couro usados durante a lida com o gado. Os tornos em formato de gancho eram usados para segurar a corda na armação de redes. Encontramos a referência a esses tornos nas palavras de Gustavo Barroso (1912): “As paredes e as forquilhas dos alpendres são cobertas de pregos e de ganchos onde o matuto arma redes para dormir e descansar, pendura arreios e todos os apetrêchos [sic] necessários aos cavallos [sic] e ao gado” (BARROSO 1912, apud DINIZ, 2013, p. 9).

Geralmente estão presentes em quase todos os cômodos, com exceção da *despensa* – quando existente. A presença de tornos em cômodos como a sala de estar e de jantar atribuía a estes a função secundária de dormitório. Em uma época em que a presença de camas não era

constante no mobiliário das casas sertanejas¹⁶⁹, mesmo do segmento abastado, e quando existente, situava-se geralmente no quarto de casal¹⁷⁰, o uso de redes supria essa ausência: “No dormitório a rede faz as vezes de cama; na varanda faz as vezes de sofá, e é o lugar de honra que o sertanejo, fiel às tradições hospitaleiras do índio seu antepassado, oferece ao hóspede que Deus lhe envia”¹⁷¹. Atualmente, essa característica ainda é encontrada nas casas sertanejas, principalmente no segmento da população que não pode individualizar o uso do quarto.

Na ausência dos atuais armários, fez-se uso da própria estrutura da casa para suprir essa falta. Daí é comum encontrarmos nas casas do século XIX e princípio do XX a presença de nichos embutidos na parede. Popularmente conhecido como *caritó*, eram construídos utilizando o espaço de uma fiada de tijolos.

Em nossa pesquisa encontramos a presença de *caritós* em todas as casas inventariadas, exceto o *Chalé de Vicente Xavier*. Quando encontrados variará apenas o formato e a localização dentro da residência. Alguns possuíam divisórias feitas com tábuas de madeira para melhor aproveitar o espaço criado. Um dos *caritós* localizados na casa de Chico Bezerra é o único que possui portas de madeira, além de não ser embutido na parede - aparentando semelhanças com os atuais armários (Figura 48). Além deste situado na sala posterior, a Casa de Chico Bezerra apresenta um segundo *caritó*, localizado na cozinha, cômodo este construído posteriormente. Estes deviam ser usados como espaço para guardar os utensílios domésticos ou objetos de uso diário, pois se encontram principalmente na sala de jantar ou na cozinha. Na *Casa velha* o *caritó* se localiza no armazém, fora do corpo principal da casa (Figura 49).

¹⁶⁹ DINIZ, 2013, p. 156.

¹⁷⁰ GENTIL ARAÚJO; MIGUEL, 2008, p. 43.

¹⁷¹ ALENCAR, José de. **O sertanejo**. Editora Martin Claret, 1875, p. 65.



Figura 48: Caritó com portas de madeira da Casa de Chico Bezerra. Fotos do autor (2017).



Figura 49: Caritó localizado no armazém da *Casa velha*. Foto do autor (2017).

Encontramos também a presença de caritós nos quartos das casas de Aquilino Marques e João Bezerra (Figura 50). A maioria possuindo o formato de oratório pode ou não possuir divisória. De acordo com Nathália Diniz (2013), os caritós eram “usados para colocar lamparinas, pequenos objetos e imagens sacras”¹⁷².

¹⁷² DINIZ, 2013, p. 213.



Figura 50: Caritós encontrados nas casas de Aquilino Marques e João Bezerra. Fotos do autor (2017).

O *caritó* que possuía a utilização funcional dentro das residências passou para o vocabulário popular como termo carregado de preconceito ao definir a mulher solteira¹⁷³ que “ficou na prateleira, sem uso, esquecida, guardada, intacta”¹⁷⁴. De acordo com Miridan Knox Falei¹⁷⁵, no sertão, o casamento das filhas mulheres era uma preocupação constante, e por isso já aos doze anos iniciava-se a confecção do enxoval, pois o casamento das moças de elite devia se dar entre os 15 e 18 anos, já que “(...) se passasse dos 25 anos sem se casar seria considerada ‘moça velha’, ‘moça que tinha dado o tiro na macaca’, ou ainda moça que chegara ao ‘caritó’”¹⁷⁶.

¹⁷³ Além do termo “ficar no caritó”, as moças que ficavam solteiras eram chamadas de “vitalina” (FARIA GRILLO, Maria Ângela de. Evas ou Marias? As mulheres na literatura de cordel (1900-1940). [In: **Revista Esboços**, UFSC, v. 14, n.17, p. 123-155, 2007], p. 5.)

¹⁷⁴ O CRUZEIRO. Disponível em: http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/19091959/190959_7.htm Acesso em: 03/05/2017 às 11:04

¹⁷⁵ FALEI, 2004, p. 213 - 215

¹⁷⁶ FALEI, 2004, p. 216.

A citação a seguir, extraída do romance *O sertanejo* de José de Alencar, que se passa no século XVIII, demonstra a exemplificação da preocupação da família com o matrimônio das filhas:

(...)

D. Genoveva calou-se, e por algum tempo seguiu o marido silenciosamente; mas levado pelo fio das ideias, seu espírito passara a outro assunto, pois de repente voltou-se para perguntar ao marido:

— E Flor?

O capitão-mór refletiu antes de responder:

— Já temos pensado no seu futuro, D. Genoveva, disse o capitão-mór.

— Ela está com dezenove anos.

— Até os vinte não é tarde.

— Mas o noivo?

(...)¹⁷⁷

Como vimos, a casa sertaneja se caracterizou por apresentar soluções funcionais. Na ausência da variação de objetos de uso de seus ocupantes, o sertanejo – que não é apenas o trabalhador diário e não somente o vaqueiro, mas também o senhor das terras – encontrou nos espaços e nas paredes de suas casas o necessário para suprir as demandas do dia a dia. Vimos que os costumes morais da sociedade brasileira eram materializados no desenho da casa e que aspectos da casa – como o *caritó* - se incorporavam aos costumes da sociedade entrando para o linguajar popular. Embora localizada maioritariamente na zona rural, essas casas estiveram propensas a influências urbanas e revelam a circulação de aspectos entre as diversas regiões do país, muitos deles provenientes da Europa.

No clima do semiárido essas moradias foram construídas de modo a utilizar a sua própria estrutura em favor do conforto de seus moradores, como a orientação espacial, dado a tirar o melhor proveito das características naturais dessa região – como a ventilação vinda do Leste (nascente).

É importante que se diga que essas casas pertenceram a donos de terras e de gado e, portanto, de pessoas que possuíam posses materiais para construir casas sólidas e que hoje são centenárias ainda se mantendo de pé. Logo, ainda é faltoso o conhecimento das moradias dos segmentos mais pobres da população que, provavelmente pelo uso de materiais menos resistentes, foram apagadas pela passagem do tempo.

¹⁷⁷ ALENCAR, 1875, p. 129.

O nosso objetivo foi trazer para o leitor – quer seja acadêmico ou não –, o foco sobre a arquitetura residencial do sertão paraibano localizada em uma área ainda pouco explorada. A partir de aspectos da sociedade brasileira e da sociedade local, sertaneja, tentamos entender o porquê de essas casas apresentarem as características que conhecemos ao longo desse capítulo.

Ao mesmo tempo em que as conhecemos, tais características são reveladores do valor que essas casas possuem como a materialização ainda presente da sociedade que se instalou no sertão paraibano por meio da colonização e da implantação da pecuária. Esse valor, embora pouco reconhecido, é importante para que se cogite numa política de preservação dessas casas, sendo elas testemunhas da origem dessa sociedade da qual hoje fazemos parte, e cuja discussão será o objetivo do capítulo que se segue.

CAPÍTULO III

A moradia sertaneja como objeto das políticas de preservação patrimonial.

As seis residências que conhecemos no segundo capítulo, problematizando-as como resultado da sociedade sertaneja do século XIX e XX e de modo geral, da sociedade brasileira, e que reconhecemos no primeiro capítulo como parte do processo de colonização do sertão paraibano, iniciado no século XVII por meio da atividade da pecuária, desperta, ainda que em uma minoria da sociedade, o sentimento de preocupação quanto ao futuro de sua existência. Dessas residências, três exemplares se encontram desocupados e sem a presença de pessoas – donos ou moradores- que zelem por sua integridade, elas estão sujeitas ao desaparecimento. Além disso, essas casas não recebem o reconhecimento da sociedade em que elas estão inseridas do valor que têm e detêm como símbolos ainda em pé do processo de construção dessa própria sociedade.

Indiscutivelmente, essas residências revelam não somente o modo de morar influenciado pelos valores contemporâneos a sua construção, no caso dessa pesquisa da década de 1820 a 1935, como também o modelo econômico da sociedade em que estavam inseridas - que também influenciou a arquitetura, além dos modos de construção disponíveis a época.

O que propomos nesse capítulo, é discutir se essas residências podem e devem ser preservados como patrimônios mantenedores na atualidade de uma memória ligada a uma sociedade cujos valores atuaram em seus desenhos e condicionaram a elas as características que possuem e que conhecemos no capítulo anterior. E se, passíveis de serem alvos de uma política de preservação, que no Brasil ocorre em virtude do tombamento como patrimônio, em que isso culminaria, considerando o local em que essas residências estão inseridas.

Já vimos que o sertão nordestino se notabilizou pela atividade da pecuária e, embora a agricultura fosse praticada, deve-se à primeira a interiorização do Nordeste. Devido a isso, a sociedade que se desenvolveu nos *interiores* nordestinos estava intimamente ligada a prática da pecuária, atividade para qual convergia a lida diária nas fazendas.

Embora atualmente a criação de gado ainda seja praticada nos interiores nordestinos, os valores e os costumes se alteraram com o passar do tempo. Em alguns casos, a morte dos patriarcas que residiam nessas casas fez com que a herança fosse passada a seus descendentes,

quando não vendidas a pessoas de fora do círculo familiar. Sendo a terra a parte mais valorizada entre as negociações, coube às residências ali situadas - e quando sem utilização - o papel de esquecimento, tornando-se algo que na atualidade não faz mais sentido preservar. Em outros casos, essas casas ainda são mantidas entre os descendentes e ainda é visível um sentimento de preservação, mas somente como parte de uma memória familiar. Mesmo nesses casos, em que a memória ainda insiste em se manter, mesmo entre poucos indivíduos, essas residências já demonstram a ação desgastante do tempo em sua estrutura (Figura 51).



Figura 51: Degradação da Casa de João Bezerra à esquerda e da Casa de Aquilino Marques à direita (interior).
Fotos do autor.

A preocupação com o futuro dessas casas espalhadas pelo sertão, relegadas à ação do tempo e ao esquecimento, resistindo continuamente aos anos que passam abandonadas dentro da caatinga sertaneja, só é trazida à tona quando se transformam em objetos de estudos. Do contrário, quando ocupados como moradias, cumprem a função de abrigo, e não se sabe em que momento é evocado como símbolos resultantes de uma sociedade que as fomentou, mas que não existe mais. Estão expostas, sempre que necessário e possível, a uma reforma em sua estrutura, que possibilitará que elas cumpram ainda por muito tempo a função de moradia. Mas só podemos pensá-las como alvo de preservação se também pensarmos nessas casas como monumentos históricos.

Ao contrário de um monumento criado já com a intencionalidade de perpetuar uma memória (bustos, obeliscos, etc.), a transformação dessas casas em monumentos acontece muitas vezes algumas décadas após a sua construção – e no caso das casas inventariadas para essa pesquisa, algumas já são centenárias - e não se dará se não forem objetos de estudos que

argumentem sobre seu valor histórico e nesse processo a memória tem papel fundamental. Desse modo, revela-se importante que também saibamos do que se trata um monumento e monumento histórico.

Alois Riegl apontou duas distinções entre os monumentos que ele definiu como volúveis e não volúveis. Os primeiros englobam somente “aquelas obras que pelo desejo dos seus criadores, deveriam lembrar um determinado momento (ou vários momentos) do passado”¹⁷⁸. No segundo grupo – não volúveis – estariam incluídos os “monumentos históricos”, ou seja, aqueles “que indicam um determinado momento, mas cuja escolha foi resultado da nossa vontade subjetiva”¹⁷⁹. Assim, ao ser atribuído um valor histórico a qualquer criação humana que possa ser tocada e vista, estaria esta obra sendo considerada um monumento histórico¹⁸⁰. Mas é preciso que entendamos, também, o que é valor histórico e nos diz Riegl: “Chamamos de histórico, tudo o que foi e não é mais nos dias de hoje. (...) toda atividade humana e todo destino humano, dos quais nos ficamos testemunhos ou conhecimento, pode aspirar, sem exceção, a ter um valor histórico (...)”¹⁸¹. Nesse caso, essas casas seriam monumentos históricos ao ser atribuído a elas um valor histórico – questão essa que abordaremos mais adiante. Mas, o conceito de monumento histórico nem sempre teve essa mesma acepção e, segundo Françoise Choay, foi uma invenção do Ocidente¹⁸².

Riegl nos diz que,

Por monumento, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos) (RIEGL, 2014, p. 31).

A própria noção de monumento, segundo Françoise Choay, original do termo latino *monumentum*, deriva “de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória”¹⁸³. Para Choay, não só o monumento “a trabalha como também a mobiliza pela mediação da

¹⁷⁸ RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88p. (Elos, 64). Tradução do original: *Der moderne Denkmallismus, sein Wesen und seine Entstehung*. p. 39.

¹⁷⁹ RIEGL, 2014, p. 39.

¹⁸⁰ RIEGL, 2014, p. 32.

¹⁸¹ RIEGL, 2014, p. 32.

¹⁸² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 1982, 1996, 1999. p. 16.

¹⁸³ CHOAY, 1999, p. 16.

afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente”¹⁸⁴. Para Pierre Nora,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

O papel de monumento, entendido no seu conceito mais antigo, foi mudando nas sociedades ocidentais, como também a própria palavra ganhou outros significados ¹⁸⁵. O surgimento do “monumento histórico”, segundo Choay, pode ser situado por volta do ano de 1420 em Roma¹⁸⁶. Advém de duas visões – dos humanistas e artistas - até então opostas sobre o mesmo objeto: os monumentos. “Antes dessa época, móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não representam assim o papel de monumentos históricos. A sua preservação é com efeito, uma reutilização”¹⁸⁷, quando não destruídos e reinseridos como embelezamento e decoração em novas construções¹⁸⁸.

No *Quattrocento*, os monumentos passaram a constituir um novo valor para os humanistas. Eram testemunhos de uma realidade que não mais existia, mas cuja presença física materializava a fabulosidade dos textos gregos e latinos¹⁸⁹. Os humanistas, como enfatiza Choay, “Preferem as inscrições que cobrem os edifícios antigos aos próprios edifícios”¹⁹⁰. Segundo a autora, em oposição a essa maneira dos humanistas de portar-se dos perante os edifícios, na virada do século XIV para o XV, opõe-se outra visão, dos *artífices* (homens de arte), que se aproximam desses edifícios simplesmente por suas formas, assumindo e reivindicando uma contemplação desinteressada¹⁹¹.

O ponto de convergência entre os interesses dos humanistas e dos artistas se daria entre os anos de 1420 e 1430 e “desse processo ‘de impregnação mútua’, artistas e humanistas

¹⁸⁴ CHOAY, 1999, p. 16.

¹⁸⁵ CHOAY, 1999, p. 17.

¹⁸⁶ CHOAY, 1999, p. 29

¹⁸⁷ CHOAY, 1999, p. 35.

¹⁸⁸ CHOAY, 1999, p. 36.

¹⁸⁹ CHOAY, 1999, p 39-40.

¹⁹⁰ CHOAY, 1999, p. 40.

¹⁹¹ CHOAY, 1999, p. 41.

traçaram em conjunto, o território da arte e articularam-no com o da história para aí implantar o monumento histórico”¹⁹².

Se os monumentos da Antiguidade passaram a partir daí a serem valorizados tanto pelo saber que atribuíam aos textos escritos, como pela importância artística de suas formas – representando a única proteção dos quais se dispunham - isso não significou, no entanto, que essa junção, importante para o conceito de monumento histórico, fosse suficiente para a formulação efetiva de um programa de proteção e preservação desses monumentos¹⁹³.

Deve-se aos papas, como nos atesta Françoise Choay, a tarefa de preservação dos monumentos, agora “(...) de uma conservação moderna, já não apropriada e lesiva¹⁹⁴, mas distanciada, objectiva (sic) e provida de medidas de restauro e de proteção dos edifícios antigos contra as agressões múltiplas de que são alvo”¹⁹⁵.

Foi na França que se instituiu uma metodologia de preservação e de gestão dos bens que deveriam ser preservados como símbolos de uma nação que nascia pelas mãos da Revolução Francesa. Essa nação necessitava de símbolos que evocassem uma identidade nacional, e “Um dos primeiros actos jurídicos da Constituinte, em 2 de outubro de 1789, tinha sido o de colocar os bens do clero ‘à disposição da nação’. Seguir-se-ão a estes os dos emigrantes e depois da Coroa”¹⁹⁶. Seguiria este ato o de criar uma metodologia de preservação do patrimônio que agora pertencia à nação:

Devia classificar, antes de mais, as diferentes categorias de bens recuperados pela nação. De seguida, cada categoria é ela própria *inventariada* e é relatado o *estado* dos bens que a compõem (Decreto de 13 de Outubro de 1790) (CHOAY, 1999, p. 88, grifo do autor).

Pertencendo agora à nação, o patrimônio foi repartido entre bens móveis e imóveis, cuja proteção e preservação exigiam para essas duas categorias tratamentos diferenciados¹⁹⁷.

Diferentemente dos bens móveis que foram alocados em lugares abertos ao público – que passariam ser denominados de *museum* – e cujo objetivo deveria ser de instrução à nação

¹⁹² CHOAY, 1999, p. 43.

¹⁹³ CHOAY, 1999, p. 44.

¹⁹⁴ Essa mudança na forma de preservação que Choay caracteriza não mais como apropriada e lesiva, advém do fato de que no século VI o papa Gregório I reutiliza as habitações patrícias e os templos pagãos romanos, dando-lhe novos destinos em favor da religião cristã. Seria ainda preservação, mas com novas caracterizações dos edifícios (CHOAY, 1999, p. 33).

¹⁹⁵ CHOAY, 1999, p. 45.

¹⁹⁶ CHOAY, 1999, p. 87.

¹⁹⁷ CHOAY, 1999, p. 88.

em escala nacional, coube aos bens imóveis, a mais problemática elaboração de uma política de preservação e conservação¹⁹⁸. Isso se explica, segundo Choay, pelo fato de que os

[...] bens imóveis, conventos, igrejas, castelos e palácios particulares colocavam outros problemas, numa outra escala, e as comissões revolucionárias incumbidas da conservação estavam ainda menos preparadas para os enfrentar. Do estrito ponto de vista da manutenção, elas não dispunham de infra-estruturas técnicas e financeiras que lhes permitissem substituir-se aos antigos proprietários eclesiásticos, reais ou feudais (CHOAY, 1999, p. 90-91).

Desse período, surgiu o termo *Patrimônio* “para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”¹⁹⁹. Mas a institucionalização, pelo Estado, da atividade de preservação só viria a ocorrer a partir de 1830, na ocasião, com a criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos²⁰⁰.

A desapropriação na França dos bens do clero e da aristocracia, transformando-os em bens da nação, como indispensáveis para a construção de uma identidade nacional, exemplifica o papel que a noção de patrimônio desempenharia nesse sentido. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca, “a noção de patrimônio se inseriu [...] no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos”²⁰¹ tendo entre outros papéis o de

(...) reforçar a noção de cidadania, na medida em que são identificados, no espaço público, bens que não são de posse privada, mas propriedade de todos os cidadãos, a serem utilizados em nome do interesse público. Nesse caso, o Estado atua como guardião e gestor desses bens. (FONSECA, 1997, p. 59)

No século XX a noção de patrimônio viria a englobar uma série de bens que não constavam anteriormente como bens patrimoniais. Fonseca nos diz que as produções de operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas, tiveram seus bens postos como patrimônio, e isto se deve, em particular, ao papel que a antropologia e a etnografia desempenhariam no sentido de legitimá-los frente às exigências, em termos de valor histórico

¹⁹⁸ CHOAY, 1999, p. 88.

¹⁹⁹ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ: IPHAN, 1997. 316 p. 15x20,5 cm. p. 58.

²⁰⁰ FONSECA, 1997, p. 60.

²⁰¹ FONSECA, 1997, p. 59

e artístico, que o patrimônio tradicional exigia²⁰². A autora cita a posição de dois autores - Chastel e Babelon -, que, definindo os bens patrimoniais como apenas aqueles de valor excepcional, se portavam contrariamente a inclusão desses bens como antiguidade, por defenderem a opinião de que apenas alimentaria o mercado dos antiquários²⁰³. Fonseca caracteriza esse posicionamento de Chastel e Babelon como inapropriado para os dias de hoje, julgando-o como uma postura museológica ultrapassada e elitista²⁰⁴. Para a autora, “(...) a ideologia do nacionalismo que, durante dois séculos, sustentou as políticas estatais de patrimônio, vem sendo substituída pela noção de direitos culturais como nova forma de legitimar essas políticas”²⁰⁵. Isto implica em uma maior participação da sociedade em demandar a preservação do patrimônio, entendendo-o como parte da política cultural dos quais ela própria tem direito.

Se atualmente discutimos nesse capítulo, a possibilidades de habitações do século XIX e XX do sertão paraibano ser passíveis de preservação e proteção, é importante que não deixemos de citar, mesmo resumidamente, as ideias de John Ruskin - crítico de arte inglês²⁰⁶ que, segundo Françoise Choay, “enriqueceram o conteúdo do conceito de monumento histórico ao incluírem, como elemento, de pleno direito, a arquitetura doméstica”²⁰⁷. Numa sociedade que os monumentos históricos eram compostos de bens provenientes da aristocracia e da Igreja, “ao criticarem os que se interessam pela ‘riqueza *isolada* dos palácios’ Ruskin sonha também com a *continuidade* do tecido formado pelas habitações mais humildes”²⁰⁸.

Ruskin acreditava, como nos demonstra Choay, que a mais humilde casa tinha a mesma capacidade, assim como de um edifício glorioso, de nos colocar em comunicação com as gerações anteriores²⁰⁹. Para Ruskin: “Tudo que é manifestação do esforço humano deve ser objeto de reverência, daí seu intuito de preservar não apenas os monumentos excepcionais, como também o mundo doméstico e o do trabalho”²¹⁰.

²⁰² FONSECA, 1997, p. 73

²⁰³ FONSECA, 1997, p. 73.

²⁰⁴ FONSECA, 1997, p. 74.

²⁰⁵ FONSECA, 1997, p. 74.

²⁰⁶ FONSECA, 1997, p. 63.

²⁰⁷ CHOAY, 1999, p. 122.

²⁰⁸ CHOAY, 1999, p. 122, grifos do autor.

²⁰⁹ CHOAY, 1999, p. 121.

²¹⁰ FONSECA, 1997, p. 63.

Pensar nas habitações do século XIX e XX, no caso das residências inventariadas para essa pesquisa, mas de forma geral, também as do século XVIII, implica uma série de reflexões e considerações sobre o próprio objeto, localização, e suas características e considerá-los como fatores determinantes de uma possível política de preservação.

Antes de mais, é preciso saber que tombamento e preservação não são a mesma coisa. Citando Sônia Rabello de Castro (1991), Fonseca nos diz que, “Na atividade desenvolvida pelo SPHAN desde 1937, o tombamento tem se constituído no instrumento de preservação por excelência a ponto de (...) confundir-se tombamento com preservação”²¹¹.

No Brasil, de acordo com Maria Cecília Londres Fonseca, é na década de vinte do século passado que o patrimônio nacional começa a despertar preocupação quanto a sua conservação, de modo tão politicamente relevante que acaba influenciando o envolvimento do Estado nessa questão, que seria efetivado somente em 1936 com a mobilização do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema²¹². Segundo a autora, os museus nacionais já funcionavam, mas os bens imóveis que, logicamente, não faziam parte da coleção, não dispunham de qualquer forma de proteção²¹³. O gatilho que desencadeia essa ação parte de “denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um ‘tesouro’ da Nação, perda irreparável para as gerações futuras, pela qual as elites e o Estado seriam chamados a responder (...)”²¹⁴.

Na década de 1930, precisamente em 1936, seria criado o serviço que a partir de então, se incumbiria de preservar o patrimônio histórico e artístico nacional, o SPHAN²¹⁵, vindo a integrar definitivamente o Ministério da Educação e Saúde em 1937, com base na Lei nº 378, de 13 de janeiro do mesmo ano²¹⁶. É exaltado o papel que os intelectuais modernistas desempenhariam nesse processo, formulando as primeiras diretrizes e textos legislativos, como participando da administração inicial do SPHAN²¹⁷.

A partir de então, ficava a cargo do SPHAN a responsabilidade de identificar e desenvolver o trabalho de proteção dos bens patrimoniais brasileiros com a ajuda tanto do seu

²¹¹ FONSECA, 1997, p. 206.

²¹² FONSECA, 1997, p. 85- 104.

²¹³ FONSECA, 1997, p. 85.

²¹⁴ FONSECA, 1997, p. 85.

²¹⁵ Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

²¹⁶ FONSECA, 1997, p. 86-105

²¹⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Sphan/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, 143 p. p. 14.

corpo administrativo e técnico, como das delegacias regionais. A delegacia regional da região Nordeste coube a Airton Carvalho, que também respondia pela região Norte - (1º DR –N/NE)²¹⁸.

A essas delegacias, o então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigia algumas recomendações que deveriam acompanhar os pedidos de tombamento, como:

(...) histórico da obra, sua descrição pormenorizada (técnica quanto possível, sic), informações sobre seu estado atual de conservação, assim como as alterações que tiver sofrido, referências bibliográficas que houver a seu respeito e documentação fotográfica (Minc/SPHAN/FNPM, 1988 apud FONSECA, 1997, p. 122).

Seguindo essas recomendações, foram feitos trabalhos no Distrito Federal e em sete estados²¹⁹, entre eles a Paraíba²²⁰.

Diferentemente do IPHAN – antigo SPHAN -, cujo acervo contendo os processos de tombamento está disponível para o público interessado, o mesmo não se pode dizer do serviço estadual na Paraíba, o IPHAEP (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA). Em sua página digital é possível apenas saber quais cidades do estado da Paraíba possuem centros históricos tombados²²¹, assim como o mecanismo de encaminhamento de um pedido²²², mas pouco sabemos o que é considerado nos processos.

Todo tombamento parte do pressuposto de que aquele bem, para o qual é requerida a inclusão em um dos livros do Tombo - (Arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas-artes; e artes aplicadas)²²³ - possua o valor necessário que o justifique. Assim, só será inscrito no Livro Histórico, se aquele bem que está sendo alvo de estudo do IPHAN, possua de fato valor histórico.

²¹⁸ FONSECA, 1997, p. 106.

²¹⁹ Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo (FONSECA, p. 122).

²²⁰ FONSECA, p. 122.

²²¹ Municípios com centros históricos tombados. **Governo da Paraíba**. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/municipios-com-centros-historicos-tombados/>>. Acesso em 18/07/2017 as 15:40.

²²² Elementos necessários à tramitação de processo no IPHAEP. **Governo da Paraíba**. Disponível: <<http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/elementos-necessarios-a-tramitacao-de-processos-no-iphaep/>>. Acesso em 18/07/2017 às 15:56.

²²³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 84 p. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 3). p. 22.

Neste sentido, este capítulo busca entender - a partir do estudo da institucionalização da prática de tombamento ao longo da história do SPHAN, se as residências que inventariamos, construídas entre a década de 1820 e 1935 e que servem como amostragem da realidade das habitações no sertão paraibano – tem o potencial necessário para requerer uma política de preservação que culminaria no seu tombamento como patrimônio. Essa análise parte de uma perspectiva histórica, ou seja, se essas casas possuem o valor histórico necessário a requerer de um ponto de vista menos otimista a abertura de um processo por parte dos órgãos competentes ou, na melhor das hipóteses, a uma efetivação do tombamento como patrimônio estadual.

Importante retomarmos a discussão, pelo menos brevemente, do conceito de valor histórico formulado por Alois Riegl. Ao estudar o culto aos monumentos, Riegl identificou nos monumentos três valores de memória, entre os quais o valor histórico – que já citamos anteriormente. De acordo com Riegl, sob o ponto de vista desse valor “não nos interessa no monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana”²²⁴. No entanto, ao analisarmos essas casas como resultado do processo de ocupação do sertão paraibano, e da construção dessa mesma sociedade, tornando essas moradias fontes históricas de um estudo acadêmico, objetiva-se não somente pô-las em evidência – que pode culminar em novos estudos - como também colocá-las no centro de uma discussão acerca de sua preservação – situação que hoje se revela cada vez mais necessária. Isto se alinha com uma faceta do valor histórico formulado por Riegl, ou seja, mesmo que as ações do tempo que até agora atuaram degradando essas moradias, não seja de interesse para o culto do valor histórico do monumento, ele não deseja, no entanto, a progressão dessa degradação.

Segundo Riegl,

As degradações feitas pelas forças da natureza são irreversíveis e, do ponto de vista do valor histórico, não devem ser eliminadas; entretanto, degradações posteriores, a contar de hoje, [...] são não apenas inúteis, mas devem ser categoricamente evitadas, pois qualquer degradação posterior torna mais difícil a reconstituição científica da obra humana original (RIEGL, 2014, p. 56-57).

²²⁴ RIEGL, 2014, p. 55.

Ainda para Riegl, o objetivo do culto ao valor histórico é manter o monumento no estado em que se encontra, exigindo alguma intervenção humana, no limite de suas possibilidades, que detenham o curso natural de degradação²²⁵.

No capítulo anterior, fizemos uma análise dessas residências e, por meio de suas características, pudemos constatar o seu valor histórico como materialização não somente da economia que se desenvolveu no sertão, como também da própria sociedade brasileira. Com dois exemplares construídos no século XIX e quatro no século XX, essas residências são resultado do processo de ocupação no sertão paraibano e da sociedade que aqui se desenvolveu. Centrada na pecuária e na agricultura, resultou uma arquitetura residencial que, antes de tudo, se caracterizou pela funcionalidade, refletindo em seu desenho a capacidade de responder as demandas dos sertanejos, tanto no ambiente familiar, como de trabalho.

Ao analisarmos a sua arquitetura, vimos que essas casas foram construídas de maneira a aproveitar os espaços em benefício de seus ocupantes. Assim, os espaços oriundos das altas cumeeiras se transformavam em sótãos que tanto podiam ser utilizados como depósito das provisões e das colheitas, como teriam, se necessário, a utilidade de um cômodo; ou em paióis, que serviriam também para guardar as provisões de sustento da família. Na ausência da oferta de variação de aparelhos mobiliários, suas paredes – dada a espessura com que eram construídas – podiam abrigar nichos que cumpriam a função de guardar objetos de uso diário.

Os currais, indispensáveis para o manejo do gado, eram construídos costumeiramente apegados ao corpo principal da casa, ou quando muito, proximamente. Os tornos encravados em suas paredes tanto serviam ao uso das redes de dormir como lugar de se pendurar os apetrechos da lida diária com o gado, e a presença deles em cômodos como as salas, revela a superposição das funções dos cômodos, transformando uma área social em dormitórios – característica ainda hoje presente em lares sertanejos.

Ao avançar das décadas, deixando o século XIX e entrando no século XX, pudemos perceber como os costumes da sociedade brasileira - que mudava muito em parte por influência da modernidade europeia importada para o Brasil, acabaram refletindo nessas casas. O estilo eclético que passou a ser adotado pelas cidades brasileiras chegou até o sertão e acabou influenciando nos modelos das casas sertanejas, como vimos no capítulo anterior. A interligação dos cômodos, notadamente a que se faz presente entre os quartos e que

²²⁵ RIEGL, 2014, p. 57.

representou certa abertura na rigidez dos costumes patriarcais, foi reproduzido em uma das casas que inventariamos.

As características aqui observadas, e que pudemos dimensionar mais profundamente no capítulo anterior, revelam a importância dessas residências como vestígios materiais ainda em pé de uma sociedade que se desenvolveu por meio da pecuária e por meio dela se solidificou. Ao analisarmos essas residências podemos não somente entender a dinâmica no próprio espaço em que foram construídas – a exemplo, da relação com a pecuária, como a relação desses lugares com os centros urbanos, ao refletir no meio rural, características típicas das cidades. Sem esquecer, porém, que por meio delas pudemos conhecer, mesmo limitadamente, o ato de morar que se desenvolveu no sertão paraibano, embora as primeiras casas, como vimos no capítulo 1 e que hoje é provável que poucas ainda existam, tenham sido construídas usando a técnica da taipa.

A atribuição de valor histórico, embora seja imprescindível para a inclusão do monumento em dos livros do Tombo – nesse caso o Livro Histórico, revela-se muitas vezes como não sendo o bastante, especificamente se nos referirmos às seis casas que inventariamos e que esperamos que tenhamos contribuído neste sentido. Primeiramente, não somente pelo espaço em que essas residências se encontram, como também pelas próprias habitações e pela sociedade em que estão inseridas. Partimos de algumas considerações a respeito da prática de tombamento tanto a nível federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, o SPHAN respondia pelas práticas do tombamento e é curioso o fato de que uma das primeiras publicações desse órgão fosse sobre a arquitetura civil, no caso, um ensaio de Gilberto Freire sobre os mocambos do Nordeste²²⁶. Maria Cecília Londres Fonseca cita o interesse de Lúcio Costa pelas habitações populares, interesse este que não era somente técnico ou histórico, mas plástico, mesmo pelas habitações mais primitivas²²⁷. No entanto, era a arquitetura religiosa que se notabilizava pelo maior número de tombamentos, explicado “pelo lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-brasileiras”²²⁸. Até o final de 1969, de 803 bens tombados, 368 correspondia à arquitetura religiosa e 289 à arquitetura civil²²⁹. Não se sabe, no entanto, se o valor histórico era considerado necessário

²²⁶ FONSECA, 1997, p. 116.

²²⁷ ANDRADE, 1987, p. 93 apud FONSECA, 1997, p. 117.

²²⁸ FONSECA, 1997, p. 119.

²²⁹ FONSECA, 1997, p. 125.

para o tombamento dos imóveis de arquitetura civil, mas podemos apreender alguns direcionamentos baseados em um processo que nos ateremos mais adiante.

Maria Cecília Londres Fonseca nos diz que, ao contrário do valor artístico, não houve elaboração de critérios para a avaliação do valor histórico dos bens, e que o Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico acabavam por abrigar aqueles bens que não possuíam valor estético relevante ou encontravam-se degradados demais para serem inscritos no Livro de Belas Artes²³⁰.

Se as habitações despertaram a atenção inicial do SPHAN, na prática, a arquitetura religiosa se notabilizou entre os números de bens tombados. Não cabe, entretanto, a este trabalho julgar e discutir essa questão profundamente, mas tão somente naquilo que interessa a essa discussão que é entender a possibilidade de preservação das habitações do sertão paraibano pelos órgãos competentes.

Utilizaremos como exemplificação para essa discussão o tombamento da fazenda Acauã²³¹, localizada em Aparecida, Paraíba, que embora apresente em seu conjunto um edifício religioso, trata-se de uma habitação. A partir desse processo podemos entender o que é considerado na abertura e no fechamento de um processo de pedido de tombamento. Também faremos referência a um projeto do IPHAEP de tombamento da casa de Chico Pereira, localizada em Nazarezinho, também na Paraíba.

A proposta de tombamento da Fazenda Acauã foi feita por Luís Saia, então diretor do Distrito Regional da Região Sul²³², em 1939, ao dirigir para o então diretor do SPHAN considerações a respeito das características físicas do conjunto da fazenda, observadas, como ele próprio diz, “tão ligeiramente”. De imediato, Saia estabelece uma ligação histórica da sede da fazenda com o bandeirismo baiano, sendo ela resultado da presença da Casa da Torre, no Nordeste, e especificamente no sertão paraibano. Posteriormente, em 1949, A. R. Miranda²³³ propõe o tombamento da referida fazenda por suas características primitivas.

Em 1953, Renato Morato, perito em Belas Artes, dá o seu parecer sobre a proposta de tombamento do conjunto arquitetônico de Acauã, de imediato enfatizando que o conjunto possui pouco interesse arquitetônico. Morato chama a atenção para as obras de reparo e

²³⁰ FONSECA, 1999, p. 126.

²³¹ Casa da Fazenda Acauã, inclusive a Capela e o Sobrado Anexo. **Acervo Digital do IPHAN**. <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4894?discover?rpp=10&etal=0&query=Fazenda+Acauã>>. Acesso em: 12/07/2017 às 09:00.

²³² FONSECA, 2007, p. 106.

²³³ Não conseguimos identificar de quem se tratava e qual sua função no SPHAN.

ampliação, que em suas palavras, comprometeram “o seu conjunto primitivo”. Há uma estreita relação entre o parecer de Renato Morato sobre o conjunto arquitetônico de Acauã e a prática de tombamento do SPHAN. Maria Cecília Londres Fonseca explica que nas primeiras décadas de funcionamento do SPHAN, as inscrições de bens incidiam prioritariamente sobre o valor artístico, o que explica que o parecer tenha partido de uma análise sobre a importância artística do conjunto²³⁴. Assim a opinião do perito sobre o comprometimento do conjunto primitivo por posteriores restaurações, que o tirava qualquer pretensão de ser inscrito no Livro Artístico, fazia parte do direcionamento do SPHAN quanto a atribuição do valor artístico, como demonstra Fonseca:

A atribuição do valor artístico requer um julgamento especializado, que considera o bem sobretudo em seus aspectos formais – no sentido do uso dos materiais, do apuro da execução e de seu estado de conservação. Reformas ou restaurações que descaracterizassem o programa original eram impedimentos para a atribuição de valor artístico (FONSECA, 1997, p. 233).

No mesmo parecer, Renato Morato destaca o fato de 1824 o então padre Luís Correia de Sá, então Capelão da fazenda Acauã, ter dado abrigo ao revolucionário Frei Caneca. O parecer de Renato Morato é favorável ao tombamento do conjunto arquitetônico da Fazenda Acauã apenas do ponto de vista histórico, ao considerar um pouco da sua história e a capela - esta por apresentar ainda elementos de interesse. Carlos Drummond de Andrade, então Chefe da Seção de História do SPHAN²³⁵, considera assim justificável o tombamento do conjunto sob o ponto de vista histórico, mas solicita a opinião do Chefe da Seção de Artes quanto ao valor artístico. Assim, em abril de 1967, o conjunto arquitetônico da Fazenda Acauã é inscrito no Livro Histórico.

O que apreendemos desse processo é que, embora a Fazenda Acauã date do século XVIII – referência esta que consta no processo, o que implica, talvez, que seja uma das mais antigas fazendas do sertão paraibano ainda de pé -, o seu valor histórico foi relacionado a fatos excepcionais e não como parte de processo de ocupação da sociedade sertaneja. Foi então relegada a ela a importância resultante da presença do bandeirismo baiano na Paraíba, ou do fato dela ter abrigado o revolucionário Frei Caneca. Assim, justifica-se a sua inclusão no Livro Histórico ao se considerar um pouco da sua história e a capela, por ainda apresentar elementos de interesse.

²³⁴ FONSECA, 1997, p. 233.

²³⁵ FONSECA, 1997, p. 106.

É importante que tenhamos algumas considerações sobre esse processo. Em primeiro lugar, o pedido de tombamento partiu de Luís Saia - arquiteto e diretor da DR SUL, que por alguma razão não explicitada esteve em Acauã - e não do delegado regional que respondia pela região Nordeste, embora que na continuidade do processo ele fosse convocado a contribuir. Em segundo lugar, o tombamento ocorreu em nível federal, e podemos supor que o fato do pedido ter sido encaminhado por Luís Saia teria contribuído para que a fazenda Acauã fosse tombada como patrimônio nacional, apesar do irrelevante valor artístico e pouco valor histórico à qual foi atribuída.

Isso pode ser reafirmado se atentarmos às palavras de Maria Cecília Londres Fonseca, quando diz que “(...) o processo de decisão quanto à seleção e à valoração dos bens a serem tombados era conduzido quase que exclusivamente pelos funcionários da instituição ou por seus colaboradores”²³⁶. Segundo a autora, isso mudaria a partir da década de 70 quando irá surgir pedidos de tombamento externos a instituição - o SPHAN²³⁷. Entretanto, Fonseca atenta

(...) que o fato de o pedido partir de agente institucional constitui fator favorável ao tombamento, o que pode ser atribuído a duas causas: seja que esse agente está mais familiarizado com os critérios técnicos que orientam a seleção dos bens passíveis de tombamento, seja que, por estar ciente e envolvido no processo – que, em princípio, é do interesse da instituição – contribui para o seu andamento. (FONSECA, 1999, p 210)

Não sabemos, pois, se o tombamento em nível federal já implica também em nível estadual ou se se trata de dois processos diferentes, e se, no caso da fazenda Acauã ser tombada como patrimônio estadual, foram considerados outros valores que não aqueles do processo do SPHAN, valores estes que atentem para a história da região onde ela se encontra.

Outro processo que ajuda a discutir a viabilidade de um possível tombamento das casas analisadas nessa pesquisa, trata-se da casa do cangaceiro Chico Pereira, localizada em Nazarezinho, e construída no início do século XX. O que há em comum entre essa casa e as que foram inventariadas para essa pesquisa é a individualidade do edifício, com exceção do *Chalé de Vicente Xavier* – que localizado atualmente em área urbana, situa-se juntamente com

²³⁶ FONSECA, 1997, p. 125.

²³⁷ FONSECA, 1997, p. 10.

outras residências na primeira rua do hoje município de Paulista, e que por isso poderia ser tratado como um “centro histórico”.

As informações a respeito da Casa de Chico Pereira foram retiradas da página digital do IPHAEP²³⁸, e por isso não sabemos em que estágio se encontra o processo. A reportagem data de 4 de agosto de 2016, e o que se apreende da motivação para o desejo de tombamento da casa é que esta pertenceu ao cangaceiro Chico Pereira. Deste modo, nota-se que a valorização da memória está ligada a um personagem do movimento dos cangaceiros presente no Nordeste entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX. É importante considerarmos que o processo foi relatado pelo representante do IHGP - o professor e conselheiro, Carlos Azevedo - aprovado por unanimidade. De igual modo, destaca-se também o relevante papel de intelectuais e pesquisadores do Cangaço na cobrança pela preservação do imóvel²³⁹.

A partir desse exemplo, entendemos que o tombamento em nível estadual aplica-se a imóveis individuais, no entanto, como notamos, o seu valor histórico foi atribuído ao fato da casa ter pertencido a Chico Pereira, um dos expoentes do cangaceirismo. É de se supor que se não fosse por tal razão e não houvesse a articulação de grupos especializado no tema do cangaço para a preservação da mesma, talvez ela não estivesse sendo alvo de tombamento.

Não há interesse em julgarmos se a referida casa deve ou não ser tombada e preservada, mas a utilizamos como exemplo para traçarmos um paralelo e assim discutirmos o que se considera ao iniciar um processo de tombamento de uma habitação.

Já em 1939, o então diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, chamava a atenção para a importância do poder municipal em atuar também na preservação dos bens patrimoniais²⁴⁰. Mas no caso do município de Paulista – onde se localizavam as moradias estudadas, não há - como não houve - nenhum interesse pelos monumentos que não somente são símbolos da evolução da sociedade sertaneja, como também da própria cidade e cujo valor histórico já discutimos anteriormente.

²³⁸ Conselho Deliberativo do IPHAEP empossa novos conselheiros e aprova tombamentos em João Pessoa, Sumé e Nazarezinho. **Governo da Paraíba**. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/conselho-deliberativo-do-iphaep-empossa-novos-conselheiros-e-aprova-tombamentos-em-joao-pessoa-sume-e-nazarezinho/>>. Acesso em 19/07/2017 às 10:41.

²³⁹ Mobilização pela restauração da casa de Chico Pereira. **Cariri Cangaço**. 2013. Disponível em: <http://cariricangaco.blogspot.com.br/2013/07/mobilizacao-pela-restauracao-da-casa-de.html> Acesso em: 19/07/2017 às 11:51.

²⁴⁰ FONSECA, 1997, p. 132.

Tivemos acesso a Lei Orgânica do Município de Paulista do ano de 1990, e a única referência aos bens imóveis enquanto patrimônio consta no Parágrafo 4º do Artigo 150 do capítulo IV:

Artigo 150: O município estimulará o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, observado o disposto na Constituição Federal.

Parágrafo 4º: Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PAULISTA, 1990, p. 38).

Entendemos que é possível que essa disposição seja comum a todos os municípios brasileiros, mas devendo cada um deles cumpri-la de acordo com as especificidades locais. No entanto, no caso, do município de Paulista, isto não acontece. Os bens tombados restringem-se àqueles relativos ao patrimônio público, e mesmo que entre eles estejam edifícios que mereçam outro tipo de atenção como, por exemplo, o mercado público, ele não foi tombado como patrimônio histórico do município. É possível também que o parágrafo citado diga respeito a uma função do município em proteger bens já tombados, no entanto, seja qual for a hipótese, não há nenhum edifício – quer sejam as casas que inventariamos, quer sejam tantas outras que existam – como alvo de uma política municipal de preservação.

É importante considerarmos que as casas que inventariamos são propriedades privadas, o que representaria para a gestão pública – numa hipótese de abertura de processo de tombamento – não somente uma questão que poderia ser discutida judicialmente, como também algo em que o poder público teria que arcar com os custos da preservação e restauração – se necessário.

Tanto quanto as questões anteriormente discutidas, há outras também que merecem uma reflexão. É importante considerarmos que as residências que inventariamos encontram-se dispersas, mesmo se considerarmos apenas o limite político de Paulista, sendo cinco delas localizadas na zona rural. Mas há tantas outras casas construídas do século XIX, e quem sabe do século XVIII, que só um levantamento poderia dimensionar. E se essas casas, ou pelo menos algumas dessas residências, fosse alvo de tombamento como patrimônio estadual ou municipal, em que isto implicaria em retorno para a comunidade em que elas se inserem?

Maria Cecília Fonseca tece algumas considerações sobre a indagação que fecha o parágrafo anterior. Vejamos o que diz a autora:

[...] a proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação. Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, de outros fatores além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico etc., devidamente protegidos em sua feição material. (FONSECA, 1999, p. 39)

A preocupação de Fonseca é não somente pertinente sobre a questão dos patrimônios, como pertinente sobre a questão dos patrimônios no sertão paraibano. O problema se colocaria não somente no final do processo, supondo que o tombamento se efetivaria, como no início do processo, quando se teceria as motivações para um pedido de tombamento. Assim, segundo o pensamento de Fonseca, de nada valeria que uma habitação sertaneja fosse tombada, se a população não tivesse acesso aos valores que justificaram seu tombamento, e principalmente que compartilhassem os valores daquele patrimônio para a compreensão da evolução da sociedade em que elas se encontram. Do mesmo modo, poucas pessoas entendem a importância dessas habitações não somente para a compreensão da evolução do ato de morar no sertão, como resultado da civilização material que se desenvolveu nessa região em virtude da sociedade que aqui se instalou.

Muitas das pessoas que habitam essas residências não conseguem enxergar outro valor que não somente o de abrigo e quando descendentes dos que as construíram, o valor liga-se a uma memória familiar. Quanto ao primeiro grupo, não se pode culpá-los. Como nos diz Fonseca, contribui para esse quadro “uma escola que cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito”²⁴¹.

Ao estudar os pedidos de tombamentos de bens ao SPHAN que partiam de fora da instituição, Fonseca identificou que esses pedidos partiam “(...) de proprietários, ou de pessoas de algum modo familiarizadas com a questão da preservação – arquitetos, artistas, historiadores, intelectuais em geral”²⁴². Logo, não será imprudente afirmar que ainda hoje os pedidos de tombamento continuam restritos a uma minoria da sociedade, instruída e que mantém algum tipo de relação com o bem ao qual solicitam proteção, seja uma relação de propriedade ou de estudo.

²⁴¹ FONSECA, 1997, p. 39.

²⁴² FONSECA, 1997, p. 211.

Logicamente que a instrução não significa um maior envolvimento com essas questões, depende também se há difusão da cultura e qual o alcance dela, e nesse sentido não é demais considerar que mesmo nas escolas, pouco se trata de bens patrimoniais, mais raro ainda da importância de monumentos que muitas vezes se encontram bem próximos delas.

O que propusemos neste capítulo foi discutir a possibilidade das residências que inventariamos para essa pesquisa serem vistas como objeto de preservação e proteção por parte não somente do Estado como da própria sociedade. Mas quanto a isso há muitas variantes a se considerar. Ao analisarmos o processo de tombamento da fazenda Acauã, o valor histórico foi atribuído a fatos como o bandeirismo baiano ou a estadia de Frei Caneca, e não podemos duvidar que o processo de tombamento não fosse arquivado se não tivesse partido de pessoas de dentro do próprio SPHAN. Por se tratar de um tombamento a nível federal, não se evidenciou o valor histórico da fazenda Acauã em relação a localidade em que ela se encontra. Mesmo que não tenhamos tido acesso ao processo da casa de Chico Pereira em Nazarezinho, percebemos que a motivação para a abertura do processo de tombamento ligava-se a vida do dono e não à própria casa. Isso nos leva a considerar que o valor histórico que evidenciamos – ou que esperamos que tenhamos conseguido –, das seis residências para essa pesquisa, ainda não é o necessário para um tombamento a nível estadual. Isso não seria, entretanto, um empecilho para a questão da preservação desse tipo de imóvel. Se cada governo municipal atentasse para a importância dessas moradias situadas em suas áreas como fundamentais para entender a história da ocupação do sertão e a história da formação de seus respectivos municípios, a preservação e a proteção desses imóveis seriam mais viáveis.

A partir das reflexões que fizemos ao longo do texto, entendemos que a questão não deveria parar no tombamento em si, mas também em como a sociedade usufruiria e como esses patrimônios poderiam ser usados como recurso pedagógico. Seria de extrema importância trabalhar a valorização desses patrimônios e trabalhar a identificação da sociedade local com eles. Inserir-los como parte de um projeto didático escolar objetivando a construção de uma história regional e, por meio dela, promover visitas a essas residências permitindo aos alunos conhecerem por meio dessas casas aspectos da sociedade que as fomentaram.

Desse modo, o estudo da moradia sertaneja, não somente as que foram citadas nesse trabalho, mas tantas outras existentes no território paraibano, como também outros aspectos da produção material do sertão – como ferramentas de trabalho, mobiliário e objetos de uso

diário - possibilitaria novas problematizações acerca da sociedade sertaneja, que além da história da ocupação dessa região, permitiria a construção e a escrita da história do cotidiano sertanejo.

Mas, para que isso aconteça, a proteção e a preservação dessas casas são essencialmente necessárias, bem como um trabalho de recuperação, já que nos estados atuais em que muitas dessas moradias se encontram, não há nenhuma possibilidade de promover visitas com segurança, tampouco muitas delas, poderão ser encontradas ainda de pé dentro de alguns anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, visitamos e conhecemos a casa sertaneja a partir de um conjunto de residências. Adentramos nos espaços dessas casas e pudemos conhecer os setores sociais, íntimos e de serviço e conhecer suas características comuns e específicas.

Situadas maioritariamente na zona rural, as casas aqui analisadas sofreram a influência urbana no que diz respeito a novos elementos, muito em parte, é verdade, por ser a cidade que primeiro recebia novas ideias – muito delas vindas de fora. No entanto, essas casas apresentavam soluções adaptadas ao ambiente rural e principalmente ao sistema econômico que se desenvolveu no sertão.

As visitas *in loco* resultaram não somente na visualização dos aspectos dessas residências, essenciais para a construção do estudo, como também em recursos visuais pensados com o objetivo de ajudar a ilustrar sempre que necessário o que estava sendo dito textualmente. Foi desse modo que surgiram fotografias, mapas e plantas baixas, que ajudavam a entender e assimilar as informações abordadas.

O estudo dessas residências e o entendimento de suas características, não teria sido possível sem o apoio de uma bibliografia. Apesar de limitada, no que diz respeito a obras que tratam de estudos sobre a casa brasileira, pudemos entender como certos aspectos das residências analisadas surgiam, se transformavam e se repetiam. Assim pudemos conhecer a transformações pelas quais os setores dessas moradias passaram ao longo do tempo, refletindo muitas vezes os costumes então vigentes na sociedade da época.

Estudos precedentes sobre o sertão paraibano e de outras localidades do Nordeste, nos auxiliaram a entender como eram as primeiras casas sertanejas - que antecederam as casas de alvenaria do século XIX. Pudemos assimilar que mesmo quando construídas em taipa, essas casas pertenciam a segmentos abastados da sociedade sertaneja e que o advento da alvenaria no século XIX permitiria que as residências sertanejas passassem a ter novos espaços, como sótão e paióis assim como a presença de um mobiliário limitado eram supridos por soluções práticas que utilizavam a própria estrutura dessas casas.

À medida que deixávamos o século XIX – que marca o início do recorte temporal desse estudo – e invadíamos o século XX, a casa sertaneja foi registrando em seu desenho e em suas formas as novas influências que apareciam na sociedade brasileira. As influências

francesas que atingiam os centros urbanos eram levadas para o interior sertanejo. Assim aspectos tipicamente urbanos como a platibanda foram replicados na zona rural vindo a ser usados nas casas de modelo chalé como uma característica totalmente decorativa. Inclusive nos dedicamos a discutir, mesmo com informações limitadas, de que forma essas influências circularam pelas regiões brasileiras e pelo sertão paraibano pelas mãos de construtores.

Desse estudo surgiria a justificativa social que não deixa de ser pertinente nos dias de hoje: a preservação dessas casas como vestígios materiais da sociedade que se desenvolveu no sertão paraibano. Procuramos discutir o valor histórico dessas casas, e entender a partir da história da prática de tombamento do IPHAN e da atuação do IPHAEP se essas casas, considerando suas especificidades, como a localização e a dispersão no território paraibano, poderiam almejar a iniciativa de preservação por parte desses órgãos – que na prática que se dá pelo tombamento.

A escolha de trabalhar com as moradias sertanejas objetivou também despertar atenção de outros pesquisadores para que tratem essas casas como objeto de novas problematizações, independentemente de qual seja a perspectiva. Só desse modo, com maior evidenciação e articulação de outros atores, quer sejam pesquisadores ou não, é que essas casas podem despertar a atenção da sociedade em que elas estão inseridas e serem utilizadas em proveito dessa mesma sociedade.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marcos Ferreira de. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, p. 91-128, jan./dez. 2004.

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. Continuidade e rupturas no papel da mulher no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 16, p. 233-239, set./dez. 2000.

ARAÚJO, Fernanda S. Gentil; MIGUEL, Jair Diniz. Arquitetura rural e sertaneja no Rio Grande do Norte. In: **Encontro de História da Arte**, 4., 2008, IFCH/UNICAMP. p. 43-54.

BARISON, Maria Bernadete. Arcos. **Geométrica: desenho geométrico**. Disponível em: http://www.uel.br/cce/mat/geometrica/php/dg/dg_8t.php Acesso em: 27/07/2017 às 10:28.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa, vol. 16, p. 11-47, 1989.

Casa da Fazenda Acauã, inclusive a Capela e o Sobrado Anexo. **Acervo Digital do IPHAN**. <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/4894?discover?rpp=10&etal=0&query=Fazenda+Acauã>>. Acesso em: 12/07/2017 às 09:00.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 1999.

Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=251090&search=paraibalpaustalinfograficos:-historico> Acesso em: 19/02/2017 às 11:55.

Conselho Deliberativo do IPHAEP empossa novos conselheiros e aprova tombamentos em João Pessoa, Sumé e Nazarezinho. **Governo da Paraíba**. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/conselho-deliberativo-do-iphaep-empossa-novos-conselheiros-e-aprova-tombamentos-em-joao-pessoa-sume-e-nazarezinho/>>. Acesso em 19/07/2017 as 10:41.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua** – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: Mary Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. cap. 7, p. 187–201.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. 205 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Um sertão entre tantos outros**: fazendas de gado das Ribeiras do Norte. 2013. 307 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Elementos necessários à tramitação de processo no IPHAEP. **Governo da Paraíba**. Disponível: <<http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/elementos-necessarios-a-tramitacao-de-processos-no-iphaep/>>. Acesso em 18/07/2017 às 15:56.

FALEI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: Mary Del Priori (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. cap. 8, p. 202-231.

FARIA GRILLO, Maria Ângela de. Evas ou Marias? As mulheres na literatura de cordel (1900-1940). [In: **Revista Esboços**, UFSC, v. 14, n.17, p. 123-155, 2007].

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, UFRJ: IPHAN, 1997. 316 p. 15x20,5 cm.

FREHSE, Fraya. Carlos A. C. Lemos. *Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo, EDUSP, 1999, 264 p. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 43, n. 1, 10 p., 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81-110.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. História, memória e patrimônio. In: CHUVA, Márcia. **História e Patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 2012, n. 34, p. 91-111.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Manual de Conservação de Telhados**. [S.I.], 1999, 50 f.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: Sphan/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, 143 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. 84 p. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 3).

JUSTI PISANI, Maria Augusta. Taipas: A Arquitetura da terra. **Sinergia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 09-15, jan./jun. 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LE MOS, Carlos A. Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridos na arquitetura brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista: Nova Série**, n. 1, p. 95-106, 1993.

Mobilização pela restauração da casa de Chico Pereira. **Cariri Cangaco**. 2013. Disponível em: <http://cariricangaco.blogspot.com.br/2013/07/mobilizacao-pela-restauracao-da-casa-de.html> Acesso em: 19/07/2017 às 11:51.

Municípios com centros históricos tombados. **Governo da Paraíba**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/iphaep/municipios-com-centros-historicos-tombados/>. Acesso em 18/07/2017 as 15:40.

MELLO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba – lutas e resistências**. João Pessoa: A União, 1994.

MONTEIRO, Hugo Stênio de Carvalho. **Estudo da formação e características da situação socioeconômica e física da microrregião do Curimataú**. 2014. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Curso de Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. Sertão, sociedade e meio ambiente no Rio Piranhas, capitania da Paraíba do Norte, 1670 – 1750. **Espacialidades**, vol. 7, n. 1, p. 80-95, 2014.

MORAIS, Yan Bezerra. **Nos mares de terras: o bando dos conquistadores e a dinâmica social na povoação do Piancó, Capitania da Paraíba do Norte (c. 1700 – c. 1760)**. 2016. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História. Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, PB, 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Proj. História**, São Paulo, 10, dez. 1993, p. 7-28.

O CRUZEIRO. Disponível em: http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/19091959/190959_7.htm Acesso em: 03/05/2017 às 11:04

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME). **Mesorregiões Geográficas**. Disponível em: <<http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos/mesorregioes.pdf/view>>. Acesso em: 22/07/2017 às 11:58.

PASSOS, Luciana Andrade dos; PEDROSA, Nádia de Almeida. **O ideário urbano no meio rural**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFPB, João Pessoa, p. 5-14.

PAULISTA. Prefeitura Municipal. **Lei orgânica do município de Paulista**. Paulista, 1990.

PINTO SANTIAGO, Zilsa Maria. **A influência do neoclassicismo na Arquitetura Brasileira a partir da missão francesa**. Universidade Federal do Ceará. p. 1-15.

PISANI, Maria Augusta Justi. Taipas: a arquitetura da terra. **Sinergia**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 9-15, jan./jun., 2004.

Polígonos dos municípios da Paraíba. **Gmapas**. Disponível em: <<http://www.gmapas.com/poligonos-ibge/poligonos-municipios-ibge-paraiba>> Acesso em: 10/09/2017 às 11:30.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. Editora Brasiliense. [1981].

QUEIROZ, Marcus Vinícius Dantas de. O século 20 e a constituição de algumas de suas modernidades arquitetônicas: Campina Grande (PB) 1930 – 1950. **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 103-135, nov. 2010/abr., 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes; MAGALHÃES, Aline Montenegro. A lição da pedra: usos do passado e da cultura material. **hist. historiogr.**, Ouro Preto, n. 13, p. 96-113, dez. 2013.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88p. (Elos, 64). Tradução do original: *Die moderne Denkmalkunst, ihre Wesen und Entstehung*.

RODRIGUES, José Wash. A casa de moradia no Brasil Antigo. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1945, n. 9, p. 159-190.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, freguesias e vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697 – 1800.** 2007. 162 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2007.

SILVA, Janice Correa. **Em busca de distinção e riquezas: patrimônios materiais e poder no sertão do Rio Piranhas, capitania da Parahyba Norte (segunda metade do século XVII).** 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

SOARES, Baíza Faustino. Vestígios de dotes: as alianças matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (Capitania da Parahyba do Norte, 1740-1790). In: **Encontro Estadual de História – ANPUH/PB**, vol. 17, n. 1, p. 497 -503, 2016.

SOUSA, Marcos A. N. de. et al. Intoxicações naturais e experimentais em *Aspidosperma pyrifolium* Mart. (Pereiro). **Revista Saúde e Ciência: On line**, p. 229-239, set./dez., 2014.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, Wiliam S. Mallmann. **500 anos da casa no Brasil: As transformações da arquitetura e da utilização de espaço de moradia.** Ediouro, 1999.

WANDERLEY, Lauro Vercélio Bezerra. **Família entrelaçadas, história e genealogia.** No prelo. Não paginado.

ZORRAQUINO, Luis D. **A evolução da casa no Brasil**. 2006. 67 p. Programa para análise de revalidação de diploma. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.